

UFRRJ
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS / INSTITUTO
MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO

Da Militarização do Espaço Urbano ao
Encarceramento: Reflexões Sobre o Município do
Rio de Janeiro

Mariana dos Santos Nesimi

2022



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DA MILITARIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO AO
ENCARCERAMENTO: REFLEXÕES SOBRE O MUNICÍPIO DO RIO
DE JANEIRO**

MARIANA DOS SANTOS NESIMI

Sob a Orientação do Professor
Maurilio Lima Botelho

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em Geografia**, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

Seropédica, RJ
Dezembro de 2022

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001”.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N457m Nesimi, Mariana dos Santos, 1996-
Da militarização do espaço urbano ao encarceramento:
reflexões sobre o município do Rio de Janeiro /
Mariana dos Santos Nesimi. - Seropédica-RJ, 2022.
116 f.: il.

Orientador: MaurilioLima Botelho.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Ruraldo
Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia,
2022.

1. Militarização do espaço urbano. 2. Encarceramento.
3. Confinamento espacial. I. Botelho, MaurilioLima, 1978-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação em Geografia III. Título.

É permitida a cópia parcial ou total desta dissertação, desde que seja citada a fonte.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

MARIANA DOS SANTOS NESIMI

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em Geografia**, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 22/12/2022.

MAURILIO LIMA BOTELHO, Dr. UFRRJ

THIAGO CANETTIERI DE MELLO E SÁ, Dr. UFMG

MARCIO RUFINO SILVA, Dr. UFRRJ

LEANDRO DIAS DE OLIVEIRA, Dr. UFRRJ



Emitido em 13/01/2023

HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 6/2023 - PPGGEO (12.28.01.00.00.35)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 10/02/2023 10:21)

LEANDRO DIAS DE OLIVEIRA
PRO-REITOR(A) ADJUNTO(A) - SUBSTITUTO
PROPPG (12.28.01.18)
Matricula: ###863#8

(Assinado digitalmente em 10/02/2023 08:15)

MARCIO RUFINO SILVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeGEOIA (11.39.39)
Matricula: ###412#7

(Assinado digitalmente em 13/02/2023 18:46)

MAURILIO LIMA BOTELHO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeGEOIA (11.39.39)
Matricula: ###854#7

(Assinado digitalmente em 09/02/2023 12:52)

THIAGO CANETTIERI DE MELLO E SÁ
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.006-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: **6**, ano: **2023**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão: **09/02/2023** e o código de verificação: **56de9f8ccd**

DEDICATÓRIAS

Para Ciela Cynthia (*in memoriam*),
que entre os seus sonhos, estava o
de obter o título de ensino superior.

AGRADECIMENTOS

À minha família, representada principalmente pela minha mãe Cláudia Penha, vó Maria da Penha e irmã Amana, que é sinônimo de amor genuíno e fonte de apoio permanente.

Aos meus amigos, que tornaram as dúvidas menos angustiantes e o caminho mais leve. Em especial, meus companheiros de mestrado: Saulo, Claudinho, Faleiro, Rafael, Mateus e minhas queridas amigas Maria e Luanna.

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e aos meus professores, que incitaram reflexões e inquietações ao longo destes anos de Geografia.

Ao meu orientador Maurilio, por compartilhar seu conhecimento de forma sensível e encorajadora, deixando marcas permanentes em minha vida.

A todos que caminham comigo.

Igualmente à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida e consequente viabilização deste trabalho.

RESUMO

NESIMI, Mariana dos Santos. **Da militarização do espaço urbano ao encarceramento: reflexões sobre o município do Rio de Janeiro.** 2022. 102 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências / Instituto Multidisciplinar. Departamento de Geografia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2022.

O presente trabalho tem como objetivo discutir a distribuição espacial do encarceramento no município do Rio de Janeiro, tendo 2015 e 2022 como os anos de referência. O caminho metodológico adotado para a sua realização foi abordar o tema do encarceramento a partir de uma discussão geral sobre o processo de militarização do espaço urbano, responsável por efetivar uma lógica de controle ostensivo, inclusive, a céu aberto; além de manter uma relação com a tentativa de construir uma cidade que esteja alinhada aos interesses econômicos. Sendo assim, diferentes autores como Mike Davis e Stephen Graham foram utilizados para promover as reflexões pretendidas. Ademais, também foi estabelecida uma análise quantitativa a partir de dados fornecidos pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), bem como por outros órgãos que estudam o fenômeno da violência na cidade do Rio de Janeiro. Através deles foi percebido que cinco bairros no município concentravam o maior número de apreensões: Centro, Copacabana, Barra da Tijuca, Bangu e Campo Grande. Portanto, diferente do que é normalmente divulgado, as prisões acontecem predominantemente em espaços onde há uma volumosa circulação de mercadorias, pessoas e serviços, o que convergiu com a lógica de esses bairros serem considerados subcentros nessa análise. Historicamente, as unidades penais concentram os rejeitados da economia urbana. Na contemporaneidade, esse elemento continua sendo uma constante, já que o perfil das pessoas encarceradas demonstra que a maior parte delas está excluída da lógica do emprego ou vive na informalidade. Dessa forma, é possível identificar um aprofundamento da lógica de segregação urbana no município do Rio de Janeiro, que passa a apresentar características próprias de um confinamento dos indesejáveis ao objetivar afastar eventuais imagens negativas que pudessem prejudicar a atração de investimentos ou pessoas para a cidade.

Palavras-chave: Militarização do espaço urbano. Encarceramento. Confinamento espacial.

ABSTRACT

NESIMI, Mariana dos Santos. **From militarization of urban space to incarceration: reflections on the city of Rio de Janeiro.** 2022. 102 p. Dissertation (Masters in Geography). Institute of Geosciences Multidisciplinary Institute. Department of Geography, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2022.

This research study the spatial distribution of incarceration in the city of Rio de Janeiro, using 2015 and 2022 as reference years for analysis. The methodological process selected was to explore the topic of incarceration based on a general discussion about the process of militarization of urban space, which is responsible for the implementation of a logic of ostensive control, even in the open air; besides maintaining a relationship with the effort to build a city that is in line with economic interests. Therefore, different authors like Mike Davis and Stephen Graham were used to promote the intended reflections. In addition, a quantitative analysis was also established based on data provided by the Public Security Institute (ISP), as well as other institutions that study the phenomenon of violence in the city of Rio de Janeiro. Through them, it was noticed that five neighborhoods in the city concentrated the highest number of arrests: Centro, Copacabana, Barra da Tijuca, Bangu, and Campo Grande. However, different from what is usually reported, arrests happen predominantly in spaces where there is a voluminous circulation of commerce, people, and services, which converged with the logic that these neighborhoods are considered sub-centers. Historically, penal units concentrate the rejects of the urban economy. In contemporary times, this element continues to be a constant since the profile of incarcerated people shows that most of them are excluded from the logic of employment or live in informality. In this way, it is possible to identify a deepening of the logic of urban segregation in the city of Rio de Janeiro, which begins to present its own characteristics of a confinement of the undesirable, to keep away possible negative images that could harm the attraction of investments or people to the city.

Keywords: Militarization of urban space. Incarceration. Spatial confinement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Taxa de Desocupação no Rio de Janeiro (2005 – 2015).....	20
Figura 2. Municípios no estado do Rio de Janeiro com o Segurança Presente (2022).	45
Figura 3. Perspectiva do encarceramento no Brasil (2001- 2016).	52
Figura 4. Declaração racial dos apenados no município do Rio de Janeiro (2015 – 2022). ...	65
Figura 5. Declaração quanto ao sexo dos apenados no município do Rio de Janeiro (2015 – 2022).	66
Figura 6. Declaração quanto a escolaridade dos apenados no município do Rio de Janeiro (2015 – 2022).	67
Figura 7. Declaração quanto ocupação dos apenados no município do Rio de Janeiro (2015 – 2022).	68
Figura 8. Bairros no município do Rio de Janeiro com unidades penais (2022).....	70
Figura 9. Segundo Comando de Policiamento de Área (2º CPA) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, localizado em Gericinó. Ao fundo, o Instituto Penal Talavera Bruce.	74
Figura 10. Entrada oficial do Complexo Penitenciário de Gericinó, ao lado de uma área, com bancos de madeira, que frequentemente é ocupada por pessoas que vão realizar visitas nas unidades.....	74
Figura 11. Muro do Instituto Penal Santo Expedito, localizado no Gericinó.	75
Figura 12. Exemplo de comércio instituído no Gericinó, voltado para o atendimento das demandas das unidades prisionais.	75
Figura 13. Mais exemplos do comércio voltado para as unidades prisionais.	76
Figura 14. Imagens de um mercado localizado no Gericinó que tem seções voltadas para atender as exigências impostas à visitação, o que inclui as embalagens transparentes que possibilitarão a entrada de alimentos nas unidades.....	76
Figura 15. Placa localizada no Gericinó.....	77
Figura 16. Taxas de prisões e apreensões por bairro no município do Rio de Janeiro (2015 – 2022).	78
Figura 17. Crimes cometidos por bairros no município do Rio de Janeiro (2015-2022).....	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Taxa de desocupação no Brasil (2016- 2022).....	21
Tabela 2. Tipos de Unidades.	56
Tabela 3. Arrecadação de impostos sobre serviço por regiões administrativas por bairros no município do Rio de Janeiro (2007).	86
Tabela 4. Arrecadação do IPTU por logradouro e bairros (2022).....	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Distribuição espacial das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro.....	43
Quadro 2. Distribuição das Operações Segurança Presente na cidade do Rio de Janeiro	44
Quadro 3. Distribuição das Operações Segurança Presente em outras regiões do estado do Rio de Janeiro.	44

LISTA DE ABREVIACÕES E SÍMBOLOS

- ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
- CBERJ – Corpo de bombeiros
- CEP – Coordenação de Estudos e Pesquisa
- DPRJ – Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro
- DPU – Defensoria Pública da União
- E-sic – Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
- FNSP – Força Nacional de Segurança Pública
- FUNPEN – Fundo Penitenciário Nacional
- GLO – Garantia da Lei e da Ordem
- GM - Guardas Municipais dos municípios do Estado do Rio de Janeiro
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- INFOPEN – Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
- ISP – Instituto de Segurança Pública
- LEP – Lei de Execução Penal
- MCMV – Minha Casa Minha Vida
- Olerj – Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro
- PCERJ – Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro
- PF – Polícia Federal
- PMERJ – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
- PRF – Polícia Rodoviária Federal
- SEAP – Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
- SEDEC – Secretaria de Estado de Defesa Civil
- SESEG – Superintendência de Comunicações Críticas
- UPPs – Unidades de Polícia Pacificadoras

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 CAPÍTULO I A PRODUÇÃO DE UMA MASSA SUPÉRFLUA.....	4
2.1 Traçando um Horizonte Geral.....	5
2.2 Discutindo a Noção de Uma População Supérflua	11
2.3 O Desemprego Como Realidade: o Caso Brasileiro	17
2.4 A Punição Como Resposta Imediata à Criminalidade	23
2.5 O Controle Como Parte da Crise Urbana.....	26
3 CAPÍTULO II A VIDA PERMEADA PELO CONTROLE	29
3.1 Para Pensar a Militarização do Espaço Urbano	30
3.2 Militarização e Cidades.....	34
3.3 A Militarização nos Trópicos: o Caso do Rio de Janeiro	38
3.4 Prisões e o Confinamento Espacial	46
3.5 Paisagem Prisionarizada	54
3.6 A radicalização do Processo de Militarização: o Apelo Direto às Prisões	57
4 CAPÍTULO III A CIDADE MARCADA PELA CONTRADIÇÃO	61
4.1 Apresentando o Encarceramento na Cidade do Rio de Janeiro	62
4.2 Distribuição Espacial do Encarceramento no Rio de Janeiro	78
4.3 Quando a Alternativa não Soluciona	89
5 CONCLUSÃO	91
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	93
ANEXOS.....	98
Anexo A – Bairros com o número total de prisões e apreensões (2015 – 2022) (Continua).....	98
ANEXO B – Nome das unidades penais por bairros no município do Rio de Janeiro (2022).....	102

1 INTRODUÇÃO

Antes de apresentar o trabalho de forma direta, creio ser interessante expor alguns pontos pertinentes à minha formação que justificam a escolha do presente tema. Desde a graduação, estabeleço pesquisas no grupo Espaço, Teoria Social e Cidade, vinculado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sob orientação do professor Maurilio Lima Botelho. Inclusive, foi de forma conjunta que iniciei minhas reflexões acerca do processo de militarização do espaço urbano e do encarceramento, tendo como recorte espacial a cidade do Rio de Janeiro.

À época, essas reflexões se desdobraram até o meu trabalho monográfico voltado para a conclusão do curso em licenciatura plena em Geografia, intitulado *Encarceramento e confinamento espacial: uma interpretação sobre o padrão de segregação urbana no município do Rio de Janeiro*, em que tive como base o estudo *Geografia do Encarceramento*, de 2015, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que apresentava os bairros da cidade do Rio de Janeiro que mais concentravam declarações de residência de pessoas que passaram pela experiência do cárcere ao longo daquele ano. Dentre os bairros com números mais expressivos estavam Bangu e Bonsucesso, no entanto, nessa mesma pesquisa, era evidenciado que na verdade esses locais também concentravam as taxas de residência relacionadas à Vila Kennedy e ao Complexo da Maré, que estabeleciam relação histórica e locacional com os bairros antes mencionados.

Em um primeiro momento, na intenção de abordar o encarceramento em termos espaciais, a proposta era refazer a pesquisa elaborada pela Fundação Getúlio Vargas a partir do encarceramento feminino, que embora muito inferior em termos estatísticos se comparado ao masculino, já na época apresentava um crescimento vertiginoso. No entanto, depois de muitas tentativas, incluindo trocas de *e-mails* e visitas presenciais frustradas, a dificuldade de obtenção dos dados fez com que os planos fossem alterados e o objetivo passou a ser estabelecer uma relação entre a militarização do espaço urbano e o encarceramento.

Ainda de forma bastante inicial, essa relação foi apresentada em função de ter sido percebido que as áreas que mais concentravam taxas de declaração de moradia de pessoas aprisionadas também tinham sido áreas que haviam passado, em diferentes momentos, por operações ostensivas voltadas para o controle territorial e da vida social. Nesses casos específicos, percebeu-se uma militarização direta, quando há o emprego das forças militares no patrulhamento urbano. O trabalho, então, buscou focar nesses dois casos, apresentando as particularidades da Operação São Francisco, realizada no complexo da Maré, em 2014; e da Intervenção Federal no Rio de Janeiro, em 2018, que embora não estivesse restrita à Vila Kennedy, a favela foi palco das primeiras operações realizadas a cargo dessa intervenção.

O trabalho concluiu que existia uma criminalização de alguns territórios na cidade, bem como dos moradores. De forma não surpreendente, tratava-se de territórios favelizados que, historicamente, foram submetidos a um processo de segregação urbana. Essa criminalização, que passou a ser cada vez mais “combatida” através da militarização e com o incremento da violência, acabou sendo uma justificativa conveniente com o surgimento de um novo *status* que apontava para a regulação direta. E o encarceramento pode ser visto como uma parte desse processo, já que ele promove um afastamento completo de parte da população do convívio urbano.

É a partir desse repertório que se estabelece o presente trabalho de mestrado. Embora não de forma direta, ele representa uma continuação de um trabalho iniciado em 2019. Ainda que esteja ciente de que não se trata de uma discussão que esteja esgotada teoricamente, a

intenção versa sobre a tentativa de demonstrar como através de distintos processos históricos ocorrem mudanças sociais que sinalizam para a produção de um grupo de pessoas que não possui mais função para a economia, sendo encaradas como marginais ou supérfluas. E é justamente em função de não apresentar mais importância que elas recebem o título de “descartáveis”, se tornando alvos das ações violentas cotidianas e prisões.

Sendo assim, o primeiro capítulo, *A produção de uma massa supérflua*, busca contar essa história ressaltando as crises vividas pelo capitalismo mundial e demonstrando como elas impactaram diretamente na geração de empregos e na absorção da mão de obra. Também nesse capítulo é evidenciado os efeitos do neoliberalismo, sobretudo em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Na intenção de trazer a discussão mais para o recorte espacial proposto, são trazidos dados relativos à questão do emprego, tanto do país, quanto do Rio de Janeiro, para estabelecer uma análise geral sobre o tema. Através da sintetização de uma discussão ampla, objetivamos demonstrar como a questão do emprego é um ponto crucial para se pensar as políticas ostensivas que são efetivadas nas cidades.

No segundo capítulo, *A vida permeada pelo controle*, a proposta é demonstrar como as mencionadas mudanças contribuem para a consolidação de um sentimento permanente que envolve o medo; além de uma busca incessante por políticas reguladoras de controle social e de segurança ostensiva, que embora estejam presentes na sociedade como um todo, impactam mais na vida de uma parcela da população. Tais elementos levam a crer que vivemos uma guerra urbana de baixa intensidade. Para explicar esse fenômeno, é necessário conceituar o processo de militarização do espaço urbano, expondo como ele se desenvolve ao longo do tempo. Em seguida, a reflexão é encaminhada na intenção de demonstrar o quanto, hoje, vivemos em uma sociedade que é pautada tanto no controle a céu aberto quanto na expansão das unidades penais: ou seja, é possível dizer que o encarceramento representa uma radicalização do processo de militarização, uma vez que intensifica o discurso de afastamento e controle ao tirar da circulação e do convívio urbano pessoas que são indesejadas.

Também é nesse momento que outro ponto crucial para a discussão é focado: a questão racial. Ao ter como base principalmente o caso dos Estados Unidos da América, que conserva muitos pontos de contato com o caso brasileiro, foi exposto como as estruturas políticas foram marcadas por diferentes ações que caminhavam lado a lado com o racismo. Na intenção de promover uma mediação com o caso brasileiro, são trazidos elementos presentes no nosso cotidiano, além da sistematização de dados que, dada as suas proporções, também indicam um *modus operandi* similar empreendido pelos governos brasileiros quando o assunto é o encarceramento.

Já no terceiro capítulo, que é voltado para o trabalho empírico, busca-se trazer ainda mais pontos sobre o caso do município do Rio de Janeiro que consigam evidenciar a relação entre o processo de militarização do espaço urbano e o encarceramento. Para isso, foram solicitados dados ao Serviço Eletrônico de informações ao cidadão (e-SIC.RJ), do governo do Estado do Rio de Janeiro, plataforma que promete transparência de dados para o cidadão sobre quaisquer órgãos do estado. Dentre os dados obtidos, que compreendem o ano de 2015 até parte de 2022, constam a ocupação das pessoas presas, a “raça” identificada, o crime praticado, a idade e o que é mais pertinente para a nossa exposição: a informação de onde ocorreram as detenções, compreendendo os bairros, municípios, Circunscrições Integradas de Segurança Pública (CISP), Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP).

A partir dos resultados obtidos, os seguintes bairros da cidade do Rio de Janeiro foram escolhidos para serem alvo das reflexões mais concretas desse trabalho: Centro, Copacabana, Barra da Tijuca, Bangu e Campo Grande. Embora esses bairros vivenciem experiências urbanas distintas, bem como processos históricos diferentes, são eles que apresentam os números mais expressivos relativos ao aprisionamento na cidade do Rio de Janeiro.

Em relação ao recorte espacial, ele foi escolhido em função de a cidade do Rio de Janeiro apresentar casos mais robustos relacionados à militarização expressa do espaço urbano, embora se tenha ciência sobre a importância de assumir uma visão comprometida com a escala metropolitana. Já o recorte temporal foi escolhido por acreditar que este período compreende um momento em que houve um recrudescimento no que tange à utilização de práticas que envolvem o controle direto da população. A cidade do Rio de Janeiro, já nos anos anteriores, apresentava indícios de uma militarização crescente, no entanto, com o passar do tempo, há um crescimento de uma naturalização frente aos discursos de “combate à violência”. Os referidos fatos revelam, ainda, o aprofundamento de uma crise urbana.

Como referencial teórico utilizado ao longo da dissertação, destaca-se uma bibliografia presente, inclusive, em âmbito internacional. Sem ter a aspiração de mencionar todos os autores que contribuíram diretamente para a consolidação do estudo desse fenômeno, destacamos alguns exemplos: Mike Davis, escritor de reflexões contundentes acerca das desigualdades presentes no espaço urbano; Stephen Graham, também estudioso das teorias urbanas e professor da Universidade de Newcastle; Ruth Gilmore, geógrafa e abolicionista penal; Jackie Wang, escritora e pesquisadora do departamento de Estudos Africanos e Afro-americanos na Universidade de Harvard e Marcelo Lopes de Souza, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e responsável por desenvolver diversos trabalhos relacionados ao cotidiano violento da cidade do Rio de Janeiro. Suas contribuições ressaltam a importância e a atualidade do tema, além da possibilidade de ele ser discutido à luz da ciência geográfica.

Sendo assim, o presente trabalho busca contribuir com discussões voltadas para o processo de militarização do espaço urbano e o encarceramento, tendo em mente que se trata de um tema socialmente relevante, sobretudo no Brasil, que registrou nos últimos anos uma ampliação da população carcerária, formada principalmente por jovens negros, com baixa escolaridade e sem ou com baixa inserção no mercado de trabalho formal, o que reforça o argumento defendido ao longo dessa dissertação. Como síntese, é possível elencar que o caminho metodológico utilizado se ampara na leitura de um referencial teórico voltado para os temas principais do trabalho, além da aquisição de dados através do Instituto de Segurança Pública (ISP) e outros órgãos.

Ao mesmo tempo que o trabalho é fruto de estudos que objetivavam pensar e repensar o espaço urbano, ele também corresponde a uma insatisfação pessoal sentida toda vez que organizava o material de antigos alunos que frequentavam a Educação de Jovens e Adultos em um município do Rio de Janeiro onde trabalhava. Esse material era composto por questões quase sempre vazias, em que o gabarito era pensado para que eles fossem levados a crer que o esforço pessoal os direcionaria de forma imediata a um caminho de sucesso, que seria traduzido em bons salários. O contraste, no entanto, era demonstrado a partir da tragédia cotidiana que indicava uma precarização absoluta do trabalho e da vida social, fato que foi agravado durante a pandemia.

Sem a intenção de formular falsas expectativas, autores importantes para a Geografia como David Harvey e Milton Santos, salientam como o pensamento crítico pode proporcionar, ainda que não de forma imediata, novos caminhos. Nesse sentido, o presente trabalho é um estudo contra as naturalizações que são cotidianamente impostas a nós, como a própria precarização da vida social e a manutenção ou a criação das prisões para que as cidades possam existir enquanto espaços pretensamente seguros.

Por fim, mas não menos importante, optei por abrir os capítulos desta dissertação com trechos do livro *Ressocializando na Cidade do Caos*, recém-lançado pelo autor Samuel Loureço, egresso do sistema prisional e morador da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Espero que tal escolha represente um convite a todos os futuros leitores desse trabalho a conhecerem as obras do autor.

2 CAPÍTULO I

A PRODUÇÃO DE UMA MASSA SUPÉRFLUA

“Há uma sensação de que a prisão é coisa de outro mundo ou planeta. E não é. A prisão está na cidade, dentro dela, e é na prisão da cidade que nasce o ressocializado. Não sei se o ressocializado nasce na prisão ou se ele nasce como qualquer coisa, coisa mesmo, e só depois ele é ressocializado. De todo modo, esse fenômeno se dá na cidade e é para a cidade que isso é feito. (LOURENÇO, 2022, p. 29).

2.1 Traçando um Horizonte Geral

Muitos autores há tempos apontam para o fato de que a vida social na modernidade é diretamente atravessada pela questão do trabalho, principal meio de regulação social. Entretanto, num momento em que parte crescente da humanidade não consegue vender sua força de trabalho, é a própria humanidade das pessoas excluídas que é negada. A consequência é o direcionamento delas para uma espécie de limbo social, fazendo com que recebam o *status* de supérfluas para o sistema vigente.

Seguindo essa lógica, há bases cada vez mais contundentes que apontam para uma exclusão social crescente do mundo do trabalho e, por outro lado, uma precarização total das suas relações, o que passa por um processo de decomposição das condições salariais, direitos e mesmo dos padrões mínimos de emprego. Esse processo não é restrito ao grande exército de trabalhadores de baixa renda, sendo percebido, também, nos estratos superiores: cada vez mais, as pessoas são levadas a assumir postos cada vez mais inferiores quando comparados às suas respectivas formações acadêmicas e profissionais. Robert Kurz, em 1999, já apontava para essa tendência que se agravou na década de 1980 através da emergência da revolução microeletrônica e do aprofundamento das constantes crises do sistema capitalista. O autor afirmava que, ao lado do desemprego estrutural crescente, um número cada vez maior de pessoas passa a ser encaminhadas para trabalhos aquém de suas qualificações porque o mercado de trabalho não consegue as contemplar mais, fazendo com que elas sejam consideradas “superqualificadas” para a função que desempenham.

Outra tendência desse período acontece através da explosão dos trabalhos de meio período ou temporário que, em algum momento, eram marcados por uma expectativa futura de progressão em uma carreira pretendida ou até a garantia de uma maior autonomia aos trabalhadores, que passariam a ter mais poder de decisão. No entanto, percebe-se uma precariedade notável que tende ao seu agravamento, uma vez que não há alternativas que assegurem a mobilidade social para as pessoas de um modo geral (STANDING, 2020, p. 35). O embaraço da situação se torna perceptível quando, ainda assim, ao final do dia essas pessoas devem esboçar uma expressão de alívio por estarem à frente de muitas outras, que além de não conseguirem essa absorção restrita e parcial no mercado de trabalho, mais tarde, serão culpadas pela condição de exclusão a qual são submetidas diariamente. Aqui é a própria *crise do trabalho* que está em questão.

Decerto, o conceito de trabalho assume diferentes classificações e é acompanhado por uma ambiguidade e conseqüente abstração social. Como exposto por Kurz (2020, p. 57), em diferentes contextos a palavra trabalho recebia os significados de “menor de idade”, “dependente” ou “escravo”, sendo correspondente aos que de alguma forma foram privados de suas liberdades em um determinado período. Norbert Trenkle (1998), em outro momento, o definiu como sendo uma atividade que se enquadraria na produção de mercadorias, sendo desenvolvida precisamente em troca de dinheiro. De todo modo, entendendo que o conceito de trabalho assume várias versões que não necessariamente são opostas ou que se anulam, para entendê-lo é necessário situá-lo diante de um sistema que vive em meio a diversas crises e que possui, como motor principal, a valorização e a transformação de todas as coisas em mercadoria e dinheiro. Com esse fim, emerge a contradição principal da sociedade capitalista que ressalta o fato de que embora o trabalho assalariado seja absolutamente necessário para a reprodução econômica do sistema, ele se torna uma grande barreira a ser superada.

Os escritos voltados à discussão que versa sobre a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo para Marx, de Anselm Jappe, destacam que o primeiro deve necessariamente produzir mais-valia, acrescentando que com o passar dos anos essa diferenciação passou a ser mais compreensível. Em síntese, um trabalho produtivo deve ter seus produtos voltados para o processo de acumulação do capital, assim como devem atender a produção em larga escala do

capital (2006, p. 144). Dessa forma, ao tratar de uma crise do trabalho, fala-se sobre uma diminuição da oferta dos postos de trabalho, mas também de um aumento abrupto daquilo que é entendido como produtividade, o que solapa as condições para o trabalho produtivo, responsável por retroalimentar o sistema capitalista através do acréscimo de mais-valia.

Nesse ponto, analisando a história capitalista e seus marcos principais, como salienta Ernst Lohoff (2020, pp. 46 e 47), há quatro grandes momentos de expropriação que o definem. O primeiro separou as terras cultiváveis dos produtores, desarticulando um tipo específico de economia tradicional que antes era estabelecida naquele espaço. Por intermédio dessa mudança, há uma redução intensa na qualidade de vida das pessoas à época, se comparada aos padrões de vida dos anos anteriores. O segundo momento estava relacionado à produção industrial e a tentativa de aniquilar as formas primárias de produção, fazendo com que fosse criada uma dependência das máquinas. Nesse momento, a capacidade produtiva humana autônoma é posta em xeque e a produção tradicional sucessivamente passa a ser substituída pelo robusto aparato capitalista.

Nos anos pós 1ª Guerra Mundial, em meados de 1920, inicia-se o período fordista, que vai até a década de 1970 e se configura como o terceiro grande impulso de expropriação. Esse momento é marcado por uma série de inovações tecnológicas e industriais no setor automobilístico que foram iniciadas nos Estados Unidos da América, mas que gradativamente foram difundidas para outros países ocidentais. Para além dos impactos no setor automobilístico, houve um impacto direto na forma de produzir e na forma com que as pessoas se relacionavam. Dentre as consequências diretas, tem-se a exploração cada vez mais agressiva dos recursos naturais, a emergência de uma dependência do maquinário capitalista e uma influência direta do sistema capitalista no dia-a-dia das pessoas.

O fordismo andou a par dos métodos keynesianos em matéria de política econômica; os resultados foram a produção em massa de bens semiduráveis a baixo preço, os salários elevados, o pleno emprego, a democracia política, os investimentos maciços do Estado nas infraestruturas e nos serviços sociais, a estabilidade monetária e a penetração dos bens de consumo em todos os domínios da vida (JAPPE, 2006, p. 147).

Este momento da história, que deu prosseguimento às ações empreendidas no século XIX, no entanto, só foi concretizado a partir da atuação do Estado, que desenvolveu um papel fundamental na oferta e na realização de diversos investimentos pagos a crédito. Esses meios foram fundamentais para que essas novas dinâmicas pudessem ser colocadas em prática nas cidades, assim como para que o aumento produtivo de mercadorias fosse uma realidade concreta. Posteriormente, uma onda de crises, começando pela de 1929, começou a mudar tal quadro. Esse terceiro momento foi caracterizado pelo avanço das relações sociais capitalistas, e da inserção da lógica do na reprodução social.

No entanto, foi na década de 1970 que aconteceu uma ruptura mais contundente através do advento da informática. A revolução microeletrônica contribuiu para que as empresas de tecnologia que surgiram não absorvessem mais força de trabalho como acontecia anteriormente com as indústrias. A partir das transformações tecnológicas capitalistas, há uma mudança ainda maior na relação que envolve o ritmo de trabalho e o de produção, que começou a ser substancialmente modificado a partir das relações fordistas.

Em uma sociedade que caminha em direção às mediações que são desenvolvidas quase completamente a partir dos computadores e da utilização de aparelhos produtivos microeletrônicos, passa a não existir mais setores econômicos de compensação, responsáveis por criar postos de trabalhos que poderiam suprir as carências de empregos existentes. Além da substituição de mão de obra, destaca-se o fato de que as máquinas não exigem manutenções periódicas, então, até nesse aspecto, há uma redução da importância do trabalho vivo. Tais

episódios retratam a reorganização ampla e geral dos processos produtivos promovidos diante do momento anterior, evidenciando uma crise do próprio modelo fordista.

Quanto a isso, é importante destacar que o setor terciário era apontado como sendo eficiente no que diz respeito à absorção da força de trabalho, que passou a ser desempregada em função da utilização da tecnologia. O capital que a partir da destruição de alguns empregos foi poupado deveria ser investido em outro setor da economia para que outros postos de trabalho fossem criados. Esse período também foi marcado pela lógica de que as atividades terciárias, embora fossem grandes empregadoras, careciam de pouco capital. Contudo, o que se percebe hoje é que até esse setor sofreu com essas agressivas mudanças promovidas pela revolução microeletrônica.

A pobreza e a miséria sempre estiveram presentes nas cidades, ao mesmo tempo em que sempre fizeram parte do capitalismo, só que durante o período fordista elas tinham sido reduzidas ou parcialmente escondidas, sobretudo entre os anos finais da Segunda Guerra Mundial e início dos anos 70, quando esse modelo viveu seu auge econômico. Nos anos que sucederam, dados que envolvia elementos como a pobreza e a miséria voltaram a se destacar.

Constata-se, então, a grande contradição capitalista: de um lado, é necessário que haja uma grande quantidade de força de trabalho para que haja a valorização do capital; de outro, em função da enorme produtividade que é esperada, é preciso que ocorra a eliminação do trabalho vivo (TRENKLE, 2020, p. 41). Desse jeito, se reforça a ideia de que as pessoas que não serão utilizadas diretamente no sistema econômico, passam a ser vistas como dispensáveis, bem como a ideia de que a produtividade não pode ser percebida como um caminho para a melhora da qualidade de vida, pelo menos de forma integral para a população. Assim, a consequência dessa produtividade crescente aponta para uma concentração de riquezas e para um recrudescimento da exclusão.

Nas relações capitalistas o tempo exerce uma importância crucial, se sobrepondo à importância da mão de obra humana: a quantidade de tempo gasta na produção de uma mercadoria é o fator que vai interessar mais prontamente, já que a preocupação principal está centrada na produção de mais-valia. Para que isso ocorra de forma mais eficiente, menos tempo precisa ser gasto, em razão disso a produção é submetida a uma forma de trabalho abstrato, que passa a ser administrado através do tempo (KURZ, 1999). No entanto, menos tempo para produzir cada vez mais mercadorias significa também menos trabalhadores a serem empregados.

A tendência básica global, no entanto, não é mais de inclusão capitalista parcial de alguns setores da população, ainda que progressiva, e de exclusão de outros, mas um processo de exclusão em massa que abrange também aqueles segmentos da sociedade que haviam sido incluídos pelo fordismo; e tal processo não se reverte de forma imanente pelo capitalismo, apenas se acelera (TRENKLE, 2020, p. 41).

Em função das referidas barreiras surgidas frente à acumulação, novas tentativas são postas em prática tentando retardar algo que já é concreto: o declínio desse sistema. Uma *crise da sociedade do trabalho*, no entanto, sempre foi relativizada pelos movimentos neoliberais que defendiam que o problema estava no encarecimento da força de trabalho (TRENKLE, 1999, p. 1). Segundo Robert Kurz (1999, p. 496), as décadas de 1980 e 1990, junto à redução da atuação do Estado frente às atividades de reprodução social, culminaram na maior onda de empobrecimento em massa desde o início do século XIX.

Seguindo essa lógica, entra em cena o capital fictício, em que através da especulação e da concessão de créditos, o sistema capitalista consegue provisoriamente manter seus ciclos, se encaixando enquanto um meio de produção de riquezas monetárias no sistema capitalista. Assim, negociações passam a ser assentidas a partir de pagamentos futuros, cujo principal objetivo é que o dinheiro se multiplique de forma mais rápida do que o trabalho morto (JAPPE,

2006, p. 149). Tal fato fez com que se acreditasse que estaria acontecendo uma transição de uma antiga sociedade industrial para uma sociedade marcada pelos serviços e finanças (TRENKLE, 2020, p. 43). Embora não seja uma completa verdade, já que a parte dos serviços é vista como improdutiva.

Ao retomar os quatro grandes impulsos defendidos por Ernst Lohoff (2020, p. 48), o quarto deles seria o esgotamento do sistema capitalista, que passa a não comportar mais sua produtividade. Se comparado ao período fordista, a força de trabalho ainda apresentava uma proteção considerável, mas a partir de uma perspectiva essencialmente capitalista, isso se torna irrelevante porque os sucessivos avanços na parte de microeletrônica transformam a força de trabalho em algo substituível. Uma consequência direta é um movimento de expulsão: a emergência de uma parcela da população, ou, em alguns casos, de populações inteiras que são inúteis no sentido da exploração capitalista. Dessa forma, não são mais proletários que serão direcionados para os chãos das fábricas, com jornadas de trabalho extremas; agora essas pessoas passam a integrar uma “humanidade supérflua” (JAPPE, 2006, p. 156).

Assim como anteriormente destacado, a busca por uma incessante produtividade no sistema capitalista contribui para um processo que apresenta uma forma destrutiva e gera, como consequência, uma parcela de pessoas marginalizadas ou excluídas. Até mesmo em países onde a lógica do trabalho é levada até a última instância, essa autodestruição parece cada vez mais expressiva. Os anos que sucederam o Pós-Guerra foram acompanhados de substanciais mudanças no mundo do trabalho, incluindo o período pós-fordista, marcado pela diminuição do desemprego e por relativas conquistas no âmbito do trabalho e da vida social. A produção em massa típica do sistema fordista, além de reduzir os preços, fornecia acesso ao consumo. Esse fato foi percebido também no Brasil durante o período pós-Guerra, já que o país conseguiu permanecer com boas taxas relativas ao crescimento econômico, além de ofertar empregos em uma quantidade superior se comparado a maioria dos países do mundo (MATTOSO, 2000, p. 9). Ainda que não seja possível falar de um fordismo pleno no Brasil, é um fato que houve uma ampliação da força de trabalho assalariada através do processo de industrialização e urbanização – ainda que esta tenha sido acompanhada também por uma crescente massa de trabalhadores informais.

Certamente o período fordista-keynesiano acarretou diversas mudanças nas dinâmicas sociais e espaciais. No entanto, como aponta David Harvey (2008, p. 121), algumas delas antecederam esse período. Para ilustrar esse argumento, o autor destaca ações que foram anteriormente realizadas, mas que depois foram aperfeiçoadas e possibilitaram que Henry Ford assegurasse uma produtividade bastante significativa.

A produtividade, que era o resultado pretendido de todo o processo, deveria ser consequência da construção de um novo tipo de sociedade que era defendida por Ford, pautada em uma disciplina que seria adquirida a partir de rotinas impostas aos trabalhadores e de uma aproximação dos próprios trabalhadores com o consumo, já que seria oferecido o tempo e a renda necessária para que eles pudessem adquirir os produtos que passaram a ser fabricados em uma escala cada vez maior. Na tentativa de efetivar suas ideias para a economia e para a construção de uma “nova” sociedade, ocorreu um aumento salarial. Esse episódio foi um dos responsáveis para que esse período recebesse certo destaque positivo quanto à política do trabalho, mesmo paralelamente havendo espaço para uma insatisfação popular, já que muitos não eram beneficiados por todas as vantagens que o fordismo parecia fornecer no momento.

Como exemplos de mudanças ocorridas no sistema de produção a partir do fordismo, é possível listar a produção em massa; a fragmentação das tarefas realizadas no contexto fabril; a criação de um sistema que envolvesse uma linha de montagem a ser seguida; a padronização das peças produzidas e uma automatização cada vez maior das fábricas. Todos os pontos da lista vislumbravam assegurar uma produção mais eficiente e, em função disso, mais escalável e lucrativa. Junto a essas mudanças de cunho mais operacional, soma-se o fato de que houve a

aplicação de um treinamento específico destinado aos operários com o objetivo de inculcar a lógica do trabalho em suas respectivas vivências.

Durante a década de 1970, ficou evidente que as expectativas em relação ao fordismo, no que tange ao controle das crises do capitalismo, não seriam tão exitosas. Nesse momento é importante estabelecer uma relação entre o fordismo e a periferia do capitalismo, já que ele não teve um impacto homogêneo em todas as porções do globo. De acordo com Ermínia Maricato (2015, p. 70), ocorreu uma transferência tanto de tecnologias quanto de métodos para centros metropolitanos periféricos, objetivando expandir o mercado interno; mas essa “onda” não se espalhou pelos territórios da periferia, e, conseqüentemente, criou uma desproporção entre a alta capacidade produtiva e segmentos econômicos integrados aos grandes centros capitalistas e zonas periféricas com informalidade e miséria de massa. A exposição da autora contribui definitivamente para a hipótese de que nem todos os países gozaram dos benefícios do modelo fordista, sobretudo aqueles que não integram os circuitos econômicos tidos como centrais.

Sendo assim, todo esse quadro gerou um aumento da desigualdade e do número de pessoas excluídas que, em alguns momentos, manifestavam seu descontentamento e causavam “desordens” nas cidades. O Estado, neste momento, passa a ter como obrigação pensar em ações que pudessem reverter tal quadro, criando políticas e medidas que tentassem conter o empobrecimento crescente e os sentimentos de insatisfação que poderiam aparecer, ainda que de forma não-declarada. Entretanto, na periferia do capitalismo, o próprio Estado atuou de modo desigual e seletivo, mostrando-se incapaz de administrar tanto os efeitos das contradições fordistas quanto à nova realidade de um capitalismo excludente.

O fordismo, marcado por sua rigidez como afirma Harvey, foi substituído pela acumulação flexível, que tem como características principais a flexibilização no mundo do trabalho, o surgimento de novos setores produtivos, pela inovação tanto no comércio e nas tecnologias empregadas, quanto na própria gestão do mercado; além de possibilitar uma compressão na relação entre espaço-tempo (2008, p. 140), por intermédio do avanço dos sistemas de comunicação e transporte.

As referidas mudanças surgidas a partir da acumulação flexível impactaram diretamente no mundo do trabalho e no funcionamento das indústrias, uma vez que permitiram um controle mais exposto sobre a força de trabalho, contribuindo para o fortalecimento do desemprego estrutural. Destaca-se, também, a onda neoliberal que se expandiu pelo mundo na final da década de 1970, através da eleição da Margaret Thatcher, em 1979, no Reino Unido; e de Ronald Regan, em 1980, nos Estados Unidos da América.

Neste movimento, em *O neoliberalismo: história e implicações* (2008), David Harvey vai argumentar que a partir da crise de 1970 algumas ideias passaram a ser articuladas no sentido de crer que as liberdades individuais e as eventuais inclinações das pessoas para caminhos voltados ao empreendedorismo, junto à defesa consistente do direito à propriedade privada e do livre comércio, poderiam garantir uma sociedade melhor, com um bem-estar coletivo plenamente assegurado. Logo, é possível dizer que o neoliberalismo se trata de uma doutrina que leva, pelo menos em tese, a liberdade como bandeira principal; no entanto, como também demonstrado pelo autor, é marcado por uma série de instabilidades e contradições.

Outras características particulares desse modelo podem ser evidenciadas, sendo uma delas a relação entre o próprio neoliberalismo e a democracia: a governança administrada por uma maioria é vista como uma possível ameaça aos direitos individuais (HARVEY, 2008, p. 77). Assim, para que a democracia pudesse ser associada a uma estabilidade política, ela precisaria estar associada a uma forte presença da classe média ou das “elites”; caso contrário, passaria a ser considerada como perigosa. Ao pensar na questão da pobreza e na sua possível mitigação, há a crença de que uma alternativa seria avançar nas políticas voltadas para o livre mercado objetivando seu fortalecimento. Como consequência, diversos setores, sobretudo na

parte social, deixam de ser incumbência do Estado, dando espaço para a precarização e para a emergência de uma desigualdade exorbitante.

O neoliberalismo seria a tentativa de encaixar as relações humanas nos interesses do mercado (HARVEY, 2008). O desenvolvimento e o crescimento social estariam diretamente conectados e subordinados à competitividade estabelecida pelo mercado. No mais, o modelo neoliberal foi marcado pela retirada do Estado de bem-estar, assim como pela caça e desarticulação das bases sindicais, atos que já tinham começado no início dos anos 1970 em função da crise que acontecia à época, mas que chegou a um outro patamar a partir de sua ascensão.

O movimento de “neoliberalização”, portanto, seria um dos produtos diretos da crise do capitalismo e, por isso, tentaria compor um projeto que buscasse pensar numa nova forma de organizar o capitalismo mundial, além de pensar em maneiras de reverter o quadro de baixa na acumulação do capital, favorecendo o poder das elites econômicas. Dentre os resultados desse movimento, têm-se o aumento da inflação e do desemprego como consequência do crescimento da “flexibilidade” nas relações de trabalho.

Por essa razão, é interessante reforçar a importância da discussão da crise do trabalho frente aos pontos até então discutidos. “O Estado neoliberal é necessariamente hostil à toda forma de solidariedade social que imponha restrições à acumulação do capital” (HARVEY, 2008, p. 85). A frase mencionada revela a desconformidade das relações que se perpetuam diante de um mundo globalizado. Todos os países que adotaram o neoliberalismo passaram a apresentar um padrão de conduta que inclui a perseguição de grupos que se organizavam coletivamente nos ambientes laborais.

A crise do trabalho tem por característica a substituição da força de trabalho humano a partir de aparatos eletrônicos; a promoção de uma reorganização dos processos produtivos que culmina na eliminação dos postos de trabalho, além de uma marca crescente da improdutividade na força de trabalho. Indo além da eliminação direta dos postos de trabalho, há uma movimentação que conduz para uma destruição veloz dos empregos que foram criados de acordo com os ciclos vividos. Com a década de 1970, o sistema capitalista passa a ser marcado por diferentes crises progressivas que se estabelecem em campos distintos, mas que geram um impacto diversificado que não fica restrito ao seu ponto inicial.

A questão relativa à flexibilidade, segundo Guy Standing (2020, p. 22), por mais que tenha tipos específicos e características particulares, converge com um cenário onde há uma insegurança quase absoluta e nenhuma proteção ao trabalho, nem mesmo em esferas antes protegidas, como é o caso dos setores públicos. Com o avanço das políticas neoliberais, o setor foi ainda mais impactado com duros ataques e tentativas de privatização e terceirização, passando a ser incorporado na lógica de flexibilização. A crise de 2008, nesse sentido, acabou respaldando a aplicação de um projeto político iniciado anos antes que seguia uma agenda de flexibilização num campo protegido.

Assim como demonstrado, as mudanças suscitadas pelo neoliberalismo acarretaram o aumento da pobreza e da marginalização. O efeito desse movimento é visto a partir da perpetuação das distintas formas de controle que passam a ser um meio de administrar os efeitos relativos às políticas neoliberais e, posteriormente, acabam assumindo níveis espaciais, principalmente no contexto urbano. Loïc Wacquant afirma que a “mão invisível” do mercado de trabalho estabelece uma relação direta com o “punho de ferro do Estado, que tem sido colocado em prática objetivando controlar as desordens urbanas que culminam de uma situação de insegurança social” (2008, p. 94).

Ainda segundo Wacquant, a adoção da ideologia neoliberal contribuiu para três transformações na atuação do Estado, sendo elas: a remoção do Estado econômico; o desmantelamento do Estado social e o fortalecimento do Estado penal. Assim, onde há a implementação do modelo neoliberal, é perceptível uma dependência e uma utilização massiva

de polícias, aparatos militares e instituições penais, justamente para conter essa parcela indesejada que é consequência do desemprego em massa; da perpetuação dos excluídos no contexto urbano; da precarização das condições e relações de trabalho e da ausência de investimento no âmbito social (2008, p. 96).

Dessa forma, o Estado neoliberal revela sua face divergente e contraditória: em busca da garantia pelo funcionamento social em conformidade com sua noção de liberdade, esse mesmo Estado estabelece intervenções repressivas diversas voltadas para uma parcela específica da sociedade, agindo na contramão do seu argumento basilar de garantia das liberdades individuais (HARVEY, 2008, p. 80). A partir dessa argumentação, é reforçada a ideia de que a governança é pensada para um grupo social em detrimento de outro.

2.2 Discutindo a Noção de Uma População Supérflua

Diversos autores elaboraram suas teses relacionadas ao fenômeno da marginalidade. Considerando as características de cada país onde essas teses foram desenvolvidas e seus respectivos processos históricos, parece haver uma convergência em relação a ideia de existir uma aproximação do conceito de marginalidade com a questão do trabalho, situando essa relação junto ao modo de produção capitalista. Um dos autores importantes para pensar o conceito, assim como a questão da desigualdade espacial, foi Loic Wacquant, que embora direcionasse com mais ênfase seus estudos para os Estados Unidos da América e alguns países da Europa, foi além com suas questões e apresentou ideias relevantes para pensar o caso de países periféricos, como o Brasil.

No livro *Condenados da Cidade* (2001), o autor defende a ideia de existir, hoje, uma marginalidade avançada, que seria um desdobramento de antigos processos como a exclusão e a segregação, que ganharam novos contornos e se intensificaram nas cidades no período pós-fordista. A marginalidade avançada teria como alvo a parcela mais pobre da população, além de possuir uma marca racial muito evidente. Um outro ponto seria a sua associação com territórios que são historicamente estigmatizados. Esses elementos contribuiriam para o surgimento de uma metrópole fragmentada em que determinados grupos ficavam restritos a locais específicos, sem que houvesse uma integração entre as pessoas ou demais pontos das cidades. Assim, visando embasar seu argumento central, o autor cita os casos dos guetos estadunidenses, as *banlieue* francesas e as *innercities* britânicas e holandesas como sendo exemplos de uma intensificação e crescimento da marginalidade urbana na contemporaneidade.

Esse processo, que o autor vislumbra um crescimento impulsivo futuro, possui seis características principais (WACQUANT, 2001, p. 166) que devem ser lidas e analisadas com cada contexto. A primeira delas está relacionada diretamente a ideia de o trabalho assalariado ser um problema. Durante o período fordista houve uma expectativa de melhora de qualidade de vida que estava relacionada com os salários. No entanto, uma série de medidas foram tomadas que contribuíram para a construção de um clima de instabilidade, ao passo que intensificaram os processos de marginalidade. Segundo o autor, a relação trabalho-salário durante o período fordista pareceu resolver em termos os problemas ligados à marginalidade urbana da época. O assalariamento garantiu, pelo menos no centro do capitalismo e nos principais setores econômicos da periferia, a integração social por meio de um acesso aos bens de consumo básicos. No entanto, no presente momento, ela já não desempenha a mesma função. O trabalho assalariado, segundo essa lógica, passa a apresentar uma disposição para a instabilidade, uma vez que não fornece ou garante boas condições de trabalho e seu nível decrescente de remuneração coloca a marginalidade como um temor permanente.

A segunda característica destacada pelo autor é de que há uma distância entre a marginalidade e as variações econômicas, até mesmo as anunciadas como positivas: mesmo

que haja temporariamente uma elevação nas taxas de emprego que possibilitariam, por exemplo, o aumento do consumo, as pessoas que já se encontram excluídas do sistema não são beneficiadas. Os impulsos de crescimento das economias capitalistas ficam reduzidos a uma parcela seleta da população, o que acaba não promovendo mudanças sociais de ordem estrutural. Sendo assim, mesmo que sejam criadas políticas voltadas para gerar uma movimentação maior no mercado de trabalho, as pessoas que passam pelos referidos processos históricos que vão ao encontro da exclusão, não serão contempladas.

O terceiro ponto é sobre como a marginalidade vai se distribuir espacialmente e criar pontos concretos de estigmatização territorial nas cidades. Essas áreas, que tendem a ser cada vez mais evidenciadas, também costumam ser frequentemente e progressivamente isoladas da lógica urbana. Nesse momento, o estigma existente sobre a pobreza e a questão racial se juntam ao estigma territorial, contribuindo para que seja fortalecida a visão de que determinadas áreas das cidades são completamente inóspitas e “condenáveis”.

O quarto ponto, alienação territorial e a dissociação do ‘lugar’, ocorre quando as pessoas marginalizadas perdem suas conexões com os locais que um dia já representaram uma segurança mesmo que parcial. Como relembra Wacquant (2001, p.169), embora a situação dessa camada da população nunca tenha sido boa, o que ocorre com a ampliação desse processo é que ela parece ser mais repressiva e incisiva, havendo uma piora substancial na sensação de insegurança e do medo sentido. Trata-se, portanto, do oposto do movimento de estigmatização territorial demonstrado, em que até mesmo a população que mora nessas áreas apresenta uma certa repulsa e constrangimento por ocuparem esses locais.

A quinta característica seria a perda do interior e corresponde a uma mudança de configuração propiciada pelo fortalecimento do capitalismo. Em outras fases, os trabalhadores que estavam momentaneamente desocupados poderiam regressar aos seus locais de origem e a comunidade que antes integravam. No entanto, com as variações econômicas e com o aumento das demissões, sobretudo realizadas nas fábricas, esses locais sofreram um processo de degradação e de perda do seu meio de sustento principal. Em função dos novos problemas que passam a acontecer, eles deixam de serem vistos como esse lugar de apoio aos que estão fora do mercado de trabalho. Nesse ponto, é válido ressaltar que os trabalhos informais e clandestinos passam a ser alternativas para garantir a sobrevivência daqueles que perderam o pouco amparo que tinham.

A sexta e última característica, denominada de fragmentação simbólica e social, salienta o fato de que todas essas mudanças não são mais sustentadas por uma ideia de classe e coletividade como antes era percebido. Assim, a ausência de uma voz une frente às injustiças amplia a sensação de degradação coletiva sentida, já que sua falta não possibilita a construção de uma frente ampla, organizada, que possa reivindicar questões pertinentes tanto à questão do trabalho, quanto à vida das pessoas atingidas pelo processo de marginalização.

Outro ponto pertinente a essa discussão é a questão da contribuição direta ou indireta do Estado para o aumento da pobreza nas metrópoles. Utilizando os EUA como exemplo, elemento que será discutido com mais ênfase no segundo capítulo, é possível compreender algumas ações voltadas para a redução de investimentos estatais ampliados a partir do modo neoliberal de gestão de cidades, possibilitando a curto e a longo prazo o aumento da marginalidade. Ainda segundo o autor, quatro lógicas norteiam e sustentam esse aumento: a dinâmica macrossocial; a dinâmica econômica; a dinâmica política e a dinâmica espacial. Na primeira, há um apontamento para a marginalidade como parte evidente da desigualdade relativa ao mundo do trabalho.

As novas formas de produtividade e a busca dos lucros no degradado setor manufatureiro *high tech* e no setor de serviços produtivos e financeiros que conduzem o capitalismo *fin-de-siecle* estão fragmentando a força de trabalho e polarizando o

acesso ao emprego e às suas recompensas. A modernização pós-industrial traduz-se, por um lado, na multiplicação de postos altamente qualificados e remunerados para profissionais com curso superior e para técnicos e, por outro, no engavetamento e na eliminação imediata de milhões de empregos, assim como no inchaço de vagas em serviços ocasionais, para trabalhadores desqualificados (SASSEN, 1991; CARNOY *et al*, 1993; *apud* Wacquant, 2001, p. 187).

Através do avanço do processo de marginalidade, novas discussões passam a ser postas. Nessa direção, torna-se possível perceber empresas transnacionais vivendo grandes momentos de aceleração econômica enquanto concomitantemente crescia o número de desempregados e sem-teto habitando as cidades (WACQUANT, 2001, p. 188), reforçando que as variações econômicas não estabelecem, necessariamente, relação direta com toda população; pelo contrário: em função do seu espectro limitado, há uma tendência de ampliar os processos de segregação e marginalidade como já demonstrado.

Na dinâmica econômica, mais uma vez o trabalho aparece como elemento central na abordagem conceitual. Seja pela redução direta dos postos de trabalho ou pelas sucessivas mudanças que culminaram na insegurança social nesse meio, há uma refutação do argumento de que o trabalho assalariado poderia reverter todos os problemas urbanos relativos à pobreza e à exclusão. A conclusão dessa nova fase do capitalismo é justamente a consolidação de uma massa sobrando, supérflua, que não é interessante do ponto de vista econômico e que, em determinado momento, foi substituída ou por mão de obra mais barata -- envolvendo a mão de obra de imigrantes no centro do capitalismo --, ou por máquinas.

A dinâmica política remonta ao papel do Estado e a sua parcela de responsabilidade no que toca ao aprimoramento desse modelo. Ora diretamente, com intervenções diretas, ora indiretamente, através da omissão ou de proibições estabelecidas, a vida de uma parte da população passa a ser drasticamente alterada. Assim, a “redução e a desarticulação do Estado de Bem-Estar são as duas principais causas da deterioração e da destituição sociais visíveis nas metrópoles” (WACQUANT, 2001, p. 190).

Por último, através da dinâmica espacial o autor chama atenção para o fato de que durante o pós-guerra, a pobreza estava reservada principalmente aos distritos proletários, agora ela se concentra em áreas estigmatizadas que parecem não pertencer às cidades. Trata-se de lugares que são reportados rotineiramente como sendo perigosos, inacessíveis e inabitáveis e que, por isso, devem ser afastados e excluídos. Dessa forma, ao analisar as teorias do autor sobre as características daquilo que ele entende como um processo de marginalidade avançada e seus escritos sobre as noções de pobreza, sobretudo nas cidades, é perceptível pontos de contato com demais autores, salvo suas particularidades teóricas.

Na América Latina, principalmente a partir da década de 1960, foram desenvolvidos debates acerca do processo de marginalização. Entendendo que existia uma tendência global, distintos autores perceberam a necessidade de chamar atenção para alguns pontos que, em seu entendimento, eram típicos da América Latina. Os primeiros estudos desenvolvidos na temática investigavam os problemas habitacionais, posteriormente, surgiram estudos sobre a relação entre os que estavam à margem do sistema econômico e os que estavam integrados, e, mais tarde, passaram a pensar a marginalidade junto às relações sociais de produção.

Um dos tópicos que ganharam força à época foi a teoria da dependência, que se debruçava sobre a possibilidade da economia de alguns países como os latinos, estarem subordinadas às economias mais centrais e seus respectivos movimentos de expansão. No entanto, acreditava-se que essa relação de subordinação ia além, passando a adentrar outros aspectos da vida social.

Segundo Duarte (2016, p.96), essa corrente, perseguindo um viés marxista, defendia que as especificidades da economia latino-americana apresentavam uma barreira para o desenvolvimento pleno do sistema capitalista, tal se deu nos países com economias

consideradas avançadas. Ela se interessa, portanto, em pensar a história desses países observando como essa dependência e subordinação enfrentadas impactaram nas relações socioespaciais até o presente momento. Em virtude de uma das características principais do capitalismo dependente ser o fato de ele produzir uma massa dispensável de mão de obra, a teoria da marginalidade passa a ter dois objetivos: analisar o referido processo de não-absorção de mão de obra e pensar em como a população pode se organizar frente a esses pontos. Discute-se ainda que essa parcial, ou às vezes nenhuma integração econômica, estabelece relações com as mudanças propiciadas pelo período do desenvolvimento industrial, ao passo que as classes trabalhadoras são direcionadas para trabalhos marginais, reconhecidos por suas elevadas jornadas de trabalho e pela instabilidade e insegurança (DUARTE, 2016, p. 99).

Um dos autores que se destacou dentro desse contexto foi José Nun. Tendo como base as ideias de Karl Marx, buscou discutir o conceito de superpopulação. Na tentativa de contestar autores que observavam uma funcionalidade estática para essa parcela da população, Nun desenvolveu escritos expondo a visão de que a marginalidade estaria relacionada às populações excedentes e ao sistema o qual elas estão inseridas (NUN, 2000, p. 46). Seria a partir da junção de ambos e das dinâmicas impostas por eles que poderia ser medido o tamanho da população julgada como adequada para que fosse garantido a efetivação do sistema. As pessoas que excedem esse quantitativo visto como necessário vão compor a superpopulação. Dessa forma, a partir do avanço tecnológico, da substituição de mão de obra e da busca por uma mais qualificada, cria-se um vácuo entre os que tinham algum tipo de ocupação e os que estavam desempregados, entendidos como sem valor ou marginais.

As ideias de Marx estavam circunscritas ao capitalismo industrial e ao contexto da Inglaterra de 1870, em que o capitalismo poderia ser visto como uma grande expectativa teórica e prática. Operando numa escala muito menor, a população excedente poderia ter funcionalidade dentro desse sistema, já que ela “supria os braços necessários na etapa ascendente do ciclo econômico e nos momentos de “expansão súbita” do capital”; além de representar uma ameaça e fonte reguladora aos que estavam empregados e que temiam a perda dos seus postos (Marx, 1956, vol. I: 509, 512 e 515 *apud* NUN, 2000, p. 47).

No entanto, o que José Nun defendia era que no transcorrer dos anos a questão da funcionalidade havia se tornado insuficiente para explicar os eventos econômico-sociais contemporâneos. Ele cita três motivos principais para sustentar sua argumentação: com a fase monopolística do capitalismo, novas mudanças são incrementadas, tendo o avanço da ciência e sua incorporação consequente junto ao sistema produtivo, bem como a busca por mão de obra qualificada, a inserção de legislações e a organização de sindicatos; o movimento de internacionalização do capital durante o século XX, em que tudo passou a ser operado em uma escala mundial; e as recentes mudanças nos setores industriais e no Estado de bem-estar do pós-guerra que impactaram e muito no debate sobre trabalho (NUN, 2000, p. 48).

Dentre os objetivos que percorria, o autor pretendia, além de evidenciar a relação entre o processo de acumulação capitalista com a produção da pobreza na América Latina, romper com teorias que apontavam uma funcionalidade para todas as pessoas, seguindo a ideia de que todos no sistema capitalista desempenhariam um papel importante no movimento de reprodução do capital.

A teoria da marginalidade foi parcialmente deixada de lado à medida em que foi sendo encarada como insuficiente e ambígua. Milton Santos (2013, pp. 36 e 37) aponta que dentre as diversas críticas direcionadas à teoria, têm-se a “possibilidade de ocultar a ocorrência de um etnocentrismo, a retomada por uma questão ideológica e sua dependência entre os esquemas entre rural *versus* urbano e agro *versus* industrial”. Também aponta que foi através dos questionamentos gerados a partir dela que houve um incentivo a reabertura de debates acerca do exército industrial de reserva, iniciados por Marx.

Com o passar do tempo, novas noções teóricas foram postas, como o conceito de exclusão social. Esse, por sua vez, embora bastante disseminado, não possui uma definição irrefutável (DUPAS, 1998, p. 121). No entanto, parece haver uma série de autores que concordam com seu emprego e no seu espalhamento em ascensão, seja em países de economias centrais ou não. Uma visão comum na literatura parece apontar para o crescimento desse fenômeno junto à ocorrência do processo de globalização e, conseqüentemente, pelas mudanças econômicas propiciadas por ele a partir da década de 1980. Portanto, foi observado que os debates em torno do conceito eram amplos e contemplavam uma série de fatores que apontavam para uma baixa qualidade de vida (DUPAS, 1998, p. 122).

O processo de exclusão demonstra uma conexão com a expansão da globalização que corresponde a um momento em que o capitalismo atinge outro grau e passa a apresentar características mundiais. Essas mudanças na economia, que acontecem em outra escala, incluem a superação da “restrição” imposta por barreiras físicas a essa circulação, embora segmentos da população não sejam perfeitamente integrados a esse modelo econômico, contrariando a visão de “aldeia global”, em que tudo parece conectado e de fácil acesso ao outro. Como destaca Trenkle (1996), inicialmente a globalização se apresenta como um meio de apaziguar uma crise, seguindo uma lógica que foi plenamente estabelecida pelo mercado. Nesse sentido, os avanços tecnológicos são ovacionados, bem como as inúmeras possibilidades que parecem passar a existir. No entanto, aos poucos ela mostra o seu lado cruel ao contribuir com a redução dos salários, com a falta de relação com questões sociais e ambientais e com a ausência de compromisso com as pessoas.

No desenrolar dos anos, percebeu-se que o crescimento econômico propiciado a partir da globalização ficava restrito a uma tríade que era composta pelos Estados Unidos da América, alguns países da Europa e do Sudeste Asiático; embora mesmo nesses países a globalização não tenha gerado efeitos universais, diferente de um movimento de pauperização que conseguiu se espalhar rapidamente por várias partes do mundo.

Exprimindo ainda ideias sobre a globalização e suas conseqüências, alguns autores apontam para uma estratificação social. Nesse sentido, Standing (2020, p. 25) fornece o conceito de precariado. Segundo o autor, trata-se de um grupo que se encontra abaixo de outros, como a elite, que corresponde à parcela endinheirada da população e que possui, em muitos casos, direitos políticos; dos assalariados, que correspondem às pessoas que possuem empregos com estabilidade e que dispõem consigo um desejo de serem transformadas em elite no futuro; os *proficians*, que são as pessoas que podem, de forma autônoma, vender suas habilidades e os trabalhadores manuais, que guardam características relativas à classe trabalhadora.

O precariado, atrás de todas essas, seria um grupo não-homogêneo em que as pessoas ou não possuem ocupação, compondo uma massa desempregada e sendo postas totalmente à margem sem possuir expectativa de um futuro diferente ou melhor; ou corresponde às pessoas que são direcionadas para os trabalhos de meio período, informais, temporários, que não possuem segurança alguma. Sinal da degradação total, inclusive, é a tendência expressiva de os assalariados também serem direcionados para o grupo do precariado, aumentando, portanto, esse grupo.

O precariado tem características de classe. Consiste em pessoas que têm relações e confiança mínima com o capital e o Estado, o que as torna completamente diferentes do assalariado. E ela não tem nenhuma das relações de contrato social do proletariado, por meio das quais as garantias de trabalho são fornecidas em troca de subordinação e eventual lealdade, o acordo tácito que serve de base para os Estados de bem-estar social (STANDING, 2008, p. 25).

O autor vai além e diz que a parcela composta pelo precariado está alijada das sete formas de garantia e segurança de trabalho. São elas: garantia de mercado de trabalho; garantia

de vínculo empregatício; segurança no emprego; segurança do trabalho; garantia da reprodução de habilidade; segurança de renda e garantia de representação (STANDING, 2008, p. 28). A primeira estaria voltada para oportunidades vistas como justas em relação a renda-salário, acompanhando a ideia de pleno emprego; a segunda seria uma proteção frente às ações arbitrárias empreendidas, ainda, corresponderia a imposição de custos aos empregadores caso eles não sigam as regras definidas.

Na segurança no emprego, terceira da lista, o foco é a capacidade e a produção de oportunidades, envolvendo mobilidade; na segurança do trabalho a preocupação é a garantia da saúde física e a integridade dos trabalhadores. Na garantia de reprodução de habilidade, fala-se sobre a possibilidade de aprimorar seus conhecimentos, seja através da realização de estágios ou de treinamentos. Já na segurança de renda, há o estabelecimento de um valor que seja protegido, como através da criação de um teto mínimo salarial para os trabalhadores. Por último, a garantia de representação está focalizada em afirmar a existência de uma voz coletiva, como a de um sindicato, que possui importância para reivindicar e expor possíveis excessos.

Nesse ponto, o autor vai costurando características que retratam a queda nas condições de vida dos trabalhadores. E pensando no contexto da América Latina, onde aconteceu o mencionado pioneirismo da discussão referente à marginalidade, esses estudos tiveram uma relevante contribuição por ressaltar que parte da população não estabelecia vínculos diretos ou definitivos com o sistema capitalista, independente do período em que se observe: até quando houve um ufanismo a partir da fase de industrialização, os dados da América Latina estavam muito aquém se comparado aos das economias centrais (NUN, 2000, pp. 57 e 58).

De todo modo, embora a construção dessa teoria tenha apontado para um caminho importante, responsável por encorajar a ocorrência de sucessivos debates, muitos autores perceberam uma perspectiva reducionista. Até a própria questão do salário foi observada como uma possibilidade para refutar a teoria: alguns autores acreditam que os trabalhos desempenhados pela massa marginal impactam no mercado de trabalho não-intelectual, fazendo com que, por consequência, ocorresse uma baixa nos salários. Esse movimento, posteriormente, poderia gerar um excedente para o empresariado, além de aumentar o lucro. Tal fato faria com que, diferente do que é defendido por José Nun, a massa marginal não fosse “disfuncional ou afuncional” e desempenhasse um papel importante no sistema capitalista (SANTOS, 2013, p. 40).

Ademais, existem autores que defendem que os processos de exclusão e marginalidade na economia urbana nutrem uma relação estreita com a questão da modernização. Assim, o trio composto pela marginalização, economia e modernização seria marcado por uma dialética agressiva. Nessa configuração, a economia, ao mesmo tempo que vai incorporar parte da população em novos postos de trabalho, também vai expulsar um número cada vez maior de pessoas, fortalecendo os níveis de subemprego e desemprego. Dessa forma, como afirma Santos (2014, p. 42): “É para esses remanescentes da força de trabalho nos níveis mais baixos do espectro socioprofissional que foi reservado o termo marginal”.

Esses estudos, no entanto, não são espacialmente restritos. A partir das ideias conservadas por muitos autores, inclusive Wacquant, que observa o fenômeno da produção de uma massa marginal principalmente a partir dos EUA e países da Europa; sustenta-se teoricamente o surgimento de uma população que absolutamente não tem serventia ao sistema, chegando a destacar que os EUA se assemelham, em termos, aos países subdesenvolvidos da América Latina em virtude da produção dessa massa marginal crescente.

Seguindo essa ideia, Kurz também salienta que essa relação cada vez se torna mais próxima ao afirmar que o mundo, em função das dinâmicas impostas pelo capital, assume características dos países do “Terceiro Mundo” que vivem um *apartheid* social, em que a questão do emprego, envolvendo a produção da informalidade, vive graves e constantes alterações (KURZ, 1999). Assim, torna-se perceptível que embora partes do globo sofram esse

processo de maneiras distintas, o *modus operandi* do sistema é generalizado, tal como sua brutalidade.

Dessa forma, a exclusão se torna uma realidade e passa a assumir contornos de uma tragédia urbana que é evidenciada pelos mais variados dados. Pessoas, independentemente de suas formações, estão tentando sobreviver em situações cada vez mais precárias e sem expectativa de melhora. A dimensão da tragédia é escancarada quando ela pode ser percebida para além dos guetos e das áreas periféricas, onde tais pontos já eram sabidos, passando a contemplar partes que compartilhavam a ideia de que o sistema capitalista era benéfico e próspero.

2.3 O Desemprego Como Realidade: o Caso Brasileiro

O movimento que se intensificou nas economias centrais principalmente a partir da década de 1970, posteriormente se alastrou até a periferia do capitalismo, o que inclui as suas consequências. Dessa forma, além das características que apontavam para a consolidação de um desemprego estrutural, ocorre uma intensificação dos índices de precarização no trabalho. De acordo com Antunes e Pochmann, foi também durante essa década que ocorreram fortes mudanças no capitalismo e no sistema de produção de mercadorias que buscavam reparar alguns danos acumulados desde a década de 1960 (2007, p. 196).

Como salientado por Mattoso (2000, p. 10), o Brasil possuía na década de 1970, além de uma estrutura industrial complexa, um mercado de trabalho urbano com integração, mas, que ainda assim, tinha salários baixos e grandes índices de concentração de renda ao longo do território nacional. Essa discrepância social poderia ser explicada por quatro fatores: o passado escravocrata do país que deu margem para um conservadorismo na questão agrária e também para um favorecimento à concentração de terras; o demorado processo de mobilização dos trabalhadores, destacando que, sobretudo no período ditatorial que se inicia na década de 1960 eles foram duramente perseguidos e enfrentaram ainda mais dificuldades de articulação; a demora para a implantação de políticas sociais voltadas para combater este fim junto ao não-acesso a outros serviços e, por último, o rebaixamento do salário mínimo, que começou a ocorrer na década de 1960, responsável por aumentar a diferenciação salarial e, consequentemente, a desigualdade.

Essas mudanças foram seguidas pelo início da acumulação flexível (HARVEY, 1992), mais tarde, agravada pelo incremento e a expansão do neoliberalismo, que favorecia a ocorrência de privatizações, a redução da interferência do Estado, especialmente em pautas sociais e na economia, sucessivas desregulamentações no mundo do trabalho e uma subserviência às ideias e leis regidas pelo mercado. Embora seja um movimento que tenha se iniciado na Inglaterra, ele foi absorvido ainda que tardiamente em países periféricos, como é o caso do Brasil. As consequências iminentes são o desemprego, que atinge taxas elevadas; a perda quase absoluta dos direitos trabalhistas; a substituição de mão de obra por máquinas; as demissões cada vez mais intensas ou uma tendência à informalização do trabalho (ANTUNES; POCHMANN, 2007, p. 198).

Ao reconstruir a história do trabalho no Brasil, Mattoso (2000, p. 9) aponta que na década de 1980 houve um aumento do desemprego urbano e uma ampliação da informalidade, mas, segundo o autor, os números eram relativamente constrangidos devido a sua vinculação com as oscilações enfrentadas pelos ciclos econômicos. Essa década também foi marcada por um baixo desempenho econômico, que lhe garantiu o nome de “década perdida”. De acordo com Antunes e Pochmann (2008, p. 4), durante esse período o Brasil sofreu os primeiros impulsos de um processo de reestruturação produtiva próprio, em que as empresas passaram a operar de uma nova forma, havendo a entrada de novas tecnologias, a incorporação de modelos

de produção externo e, ainda, a realização de mudanças na relação entre os trabalhadores e as empresas.

Durante a segunda metade de década de 1980, com a recuperação parcial da economia brasileira, ampliaram-se as inovações tecnológicas, através da introdução da automação industrial de base microeletrônica nos setores metal-mecânico, automobilístico, petroquímico, siderúrgico e bancário, entre tantos outros, configurando um grau relativamente elevado de diferenciação e heterogeneidade tecnológica e produtiva no interior das empresas, heterogeneidade que foi uma marca particular da reestruturação produtiva no Brasil recente (ANTUNES; POCHMANN, 2008, p. 5).

Com a década perdida, a economia do Brasil sofreu um forte impacto quando passou a apresentar um distanciamento dos dados apresentados no período da industrialização no país. Essas mudanças levaram a uma posterior queda dos salários e a uma intensificação de problemas anteriormente mencionados, como a concentração de renda no país.

Um outro ponto interessante refere-se ao fato de que no início da década de 1980, constata-se um grandioso número de trabalhadores no Brasil que não possui vínculos formais de emprego. Dados mostram que, em 1981, 28% da população ocupada não apresentava carteira de trabalho assinada (ULYSSEA, 2006, p. 596). A partir de 1986, começa a ocorrer um aumento do desemprego no país, principalmente em grupos que possuíam uma educação considerada intermediária (CURI; FILHO, 2006, p. 876). Junto ao aumento do desemprego, percebia-se uma diminuição no movimento de transição entre o desemprego para o ingresso no setor formal.

Com a chegada da década de 1990, inicia-se uma nova fase em que há um crescimento do trabalho informal sem precedentes na história do país, explicado através dos seguintes argumentos: crescimento no número de trabalhadores autônomos e no número dos que trabalhavam sem carteira assinada. Esse deslocamento, por sua vez, se estende por toda década de 1990, acompanhado, conseqüentemente, dessa redução no número de trabalhadores formais no mercado brasileiro independentemente da escolaridade ou outros fatores, embora essa questão fosse ainda mais perceptível na faixa de trabalhadores mais escolarizados, que superavam os 11 anos de estudo (ULYSSEA, 2006, pp. 598 e 599).

Estabelecendo um balanço geral, de acordo com Pochmann (2010, p. 12), o desemprego no governo Sarney ficava em torno de 6.6%; 8.5% nos governos Collor e Itamar Franco, 10.2%; no primeiro mandato do Fernando Henrique Cardoso e 11.7% no segundo. Durante a década de 1990, ocorre uma abertura financeira nacional para o mercado externo, ao mesmo tempo em que ocorre uma inversão da política cambial do país e um forte movimento de dependência de fluxos vindos do exterior (MATTOSO, 2000, p. 26). Temas associados à precarização direta do trabalho sofreram uma explosão na década de 1990, sobretudo no primeiro mandato do Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), que acarretou um processo de desestruturação do mercado de trabalho, dificultando a abertura de postos de empregos formais.

O avanço do neoliberalismo, por sua vez, foi responsável por ampliar as más condições do trabalho e as taxas de desemprego que, embora globais, contribuem para que se tenha uma “uma dimensão quantitativa do processo de degradação do trabalho na periferia do capitalismo mundial” (ANTUNES; POCHMANN, 2008, p. 8). Dessa forma, o recrudescimento do desemprego e de outros pontos sociais durante o período neoliberal no país podem ser lidas junto ao fato de ter havido, durante o governo Collor, uma abertura comercial da economia sem que fosse cogitado o impacto de suas implicações para a estrutura nacional, principalmente na questão industrial do país. Tal movimento foi seguido pelos projetos empreendidos que não foram capazes de reverter o quadro do desemprego crescente, como o próprio Plano Real.

No início dos anos 2000 a situação se manteve sem muitas alterações. Determinados fatores como o caso do atentado às torres gêmeas, sofrido em 2001 pelos Estados Unidos da

América, mais a consequente redução do número de investimentos e a queda nos preços das *commodities*, contribuíram para um clima de instabilidade econômica no mundo que, evidentemente, impactou na política brasileira. Com a eleição do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, é possível averiguar a comprovação desse quadro desfavorável: ocorre uma diminuição do capital externo; um aumento na taxa de juros imposta aos empréstimos brasileiros; uma desvalorização do real etc. (CACCIAMALI; TATEI, 2016, pp. 105 e 106), fazendo com que o crescimento da atividade econômica do país passasse por um processo de desvalorização e o desemprego aberto subisse de forma vertiginosa.

De acordo com Waldir Quadros (2003, p. 110), o Brasil passa por uma explosão nas taxas referentes à desocupação, apresentando um crescimento de 70% entre os anos de 1992 e 2001, destacando, em primeiro lugar, o desemprego de longa duração, que se refere às pessoas que perderam seus empregos alguns anos antes da realização da coleta de dados e, posteriormente, às pessoas que nunca conseguiram se inserir no mercado de trabalho. Ainda, é possível dizer que esse crescimento na taxa de desocupação atingia predominantemente a população urbana, Indo além, o autor destaca que os dados que abordavam o desemprego entre adultos, à época, poderiam mascarar a realidade das demissões realizadas, já que eles não contemplariam as atividades precárias ou informais desenvolvidas, que, como anteriormente exposto, tornam-se cada vez mais corriqueiras (QUADROS, 2003, p. 126). Outro ponto que ficava evidente na observação dos dados eram as dificuldades que seriam impostas aos jovens quando eles tentassem entrar no mercado de trabalho, o que gerava uma preocupação geral por eles serem considerados uma parcela expressiva nas taxas relativas ao desemprego.

Todos os fatos expostos até aqui reforçam um agravamento da questão do trabalho no mundo e no Brasil, que teve início a partir da década de 1970, mas que recrudescer a partir dos anos 1990, revelando efeitos sociais perversos. Posteriormente, com a eleição e o avançar do primeiro mandato do governo Lula, ocorre uma diminuição nas taxas de desemprego, fato que é associado por muitos autores à política de valorização do salário mínimo e aos programas de transferência de renda que foram implementados.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) elaborou, a começar pelo ano de 1980, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), que foi encerrada no mês de março de 2016. Sua finalidade era perceber a questão do trabalho junto às questões sociais, tendo como foco seis Regiões Metropolitanas do país: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. A proposta, que sofreu mudanças metodológicas durante esses anos, foi substituída pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua, que contempla todo o país. Embora a pesquisa não abrangesse todas as regiões do país na época em que foi realizada, ela tornou possível que diversas análises com foco na questão do trabalho fossem desenvolvidas.

Ao olhar os primeiros dados relativos às taxas correspondentes a média anual de desemprego aberto, ou seja, o percentual de pessoas que integravam a população economicamente ativa que não tinha trabalhado e que tinha buscado trabalho na semana anterior à realização da entrevista, percebe-se que em 1983 a taxa era de 5.6%. Nos anos seguintes, ela reduziu e manteve uma certa constância. A partir da década de 1990, ela volta a subir com algumas oscilações, embora ainda se mantivesse inferior aos números apresentados em 1983. Já entre 1998 e 1999, a taxa não só permanece a mesma como registra o número mais elevado desde que a coleta de dados passou a ser feita: o desemprego aberto chegava a 6.3% ao ano (IBGE, 2022).

A partir de 2002, a forma de exposição desses dados mudou na intenção de apresentar um estudo mais amplo. Ao estabelecer uma comparação dos meses de março de 2002 até o de 2015, percebe-se que a nível nacional a taxa geral de desocupação foi gradativamente diminuindo. O mês de 2002, inclusive, apresentou o número mais elevado de todos: 12.9%. O mais baixo, por sua vez, foi em março de 2014, chegando a 5%. Ainda observando esses dados,

é possível perceber esse movimento junto à questão de gênero, já que fica evidente a discrepância dos dados quando se compara o caso das mulheres com os homens: em todos os meses as mulheres registraram números mais elevados se comparadas aos homens.

Já o rendimento médio do trabalho, seguindo o mesmo tipo de análise, em março de 2002, começou com 2041.36; nos meses seguintes, ainda que com oscilações, há registro de números inferiores; somente em março de 2009 o valor de 2002 é superado, indicando um sucessivo aumento, para em 2015 apontar uma queda ainda que tímida. Quanto à faixa etária, a população que tinha mais inserção no mercado de trabalho era o grupo que compreendia de 25 a 49 anos, seguido pelo grupo de 18 a 24 anos (IBGE, 2022).

Após uma abordagem mais geral sobre o caso do Brasil, serão analisados os dados do Rio de Janeiro. Além de direcionar mais para o recorte espacial pretendido, ele ainda é responsável por apresentar uma das maiores taxas relativas ao desemprego no país, o que confirma a importância do seu estudo e o estabelecimento de diferentes interpretações.

Ao refletir sobre a estrutura brasileira, como feito anteriormente, é possível perceber que o caso do estado do Rio de Janeiro, guardando suas diferenças, apresenta um cenário bem semelhante. Como demonstrado na Figura 1, os dados sobre os anos de 2005 e 2015 demonstram um movimento de queda na taxa de desocupação no Rio de Janeiro. Também observando o índice através de uma lente de gênero, é reforçada a discrepância entre a ocupação de homens e mulheres no Estado, sendo as últimas as mais prejudicadas com essa dinâmica.

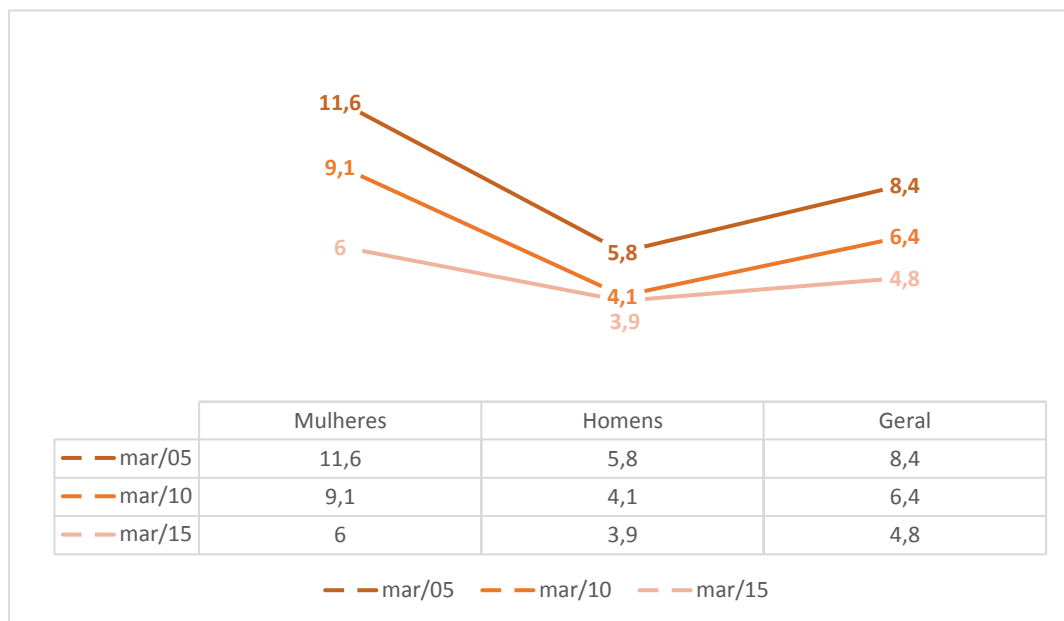


Figura 1. Taxa de Desocupação no Rio de Janeiro (2005 – 2015).

Fonte: IBGE (2022).

Os dados apresentam uma queda na taxa de ocupação tanto no número geral quanto nos números que seguem o recorte de gênero, assim como os dados gerais do Brasil. Analisando a questão do rendimento médio no Rio de Janeiro também nesse período, tem-se que em março de 2005 o número chegava a 1788.76; em março de 2010, 2255.58 e, em 2015, 2592.38.

Observando essa questão nos anos mais recentes, nota-se que o desemprego do Brasil estabelece nexos com os períodos de recessão da economia global, além de não ser homogêneo. No ano de 2015, por exemplo, ocorreu uma redução na quantidade geral de ocupados e no rendimento médio dos trabalhadores. Tal cenário aumenta a competitividade entre eles, que passam a disputar as poucas vagas ainda existentes.

Observando os dados mais recentes relacionados à taxa de desocupação brasileira, começando a partir de 2016, é possível notar pouca oscilação nos números como demonstrado na Tabela 1, em que há uma síntese dos dados que compreendem de 2016 até 2022, disponíveis pelo IBGE.

Tabela 1. Taxa de desocupação no Brasil (2016- 2022)

Meses	Ano	Taxa de desocupação
Ago/set/out	2016	11.9
Ago/set/out	2017	12.3
Ago/set/out	2018	11.9
Ago/set/out	2019	11.9
Ago/set/out	2020	14.6
Ago/set/out	2021	12.1
Ago/set/out	2022	8.3

Dados: IBGE (2022).

Os dados indicam uma baixa variação, exceto pelos anos quando foram registrados extremos. O primeiro deles foi 2020, que apresentou o maior índice de desocupação na série apresentada. Não surpreendentemente, esse dado está circunscrito à pandemia de covid-19, que começou no início do referido ano e impactou em diferentes setores, inclusive na oferta de empregos, aumentando o número de desempregados e proporcionando uma queda abrupta da qualidade de vida.

Já o menor índice até então, foi registrado em 2022 e corresponde aos dados mais atuais sobre o tema: 8.3%. O que em um primeiro momento seria motivo de comemoração, deve ser lido de forma cuidadosa, uma vez que paralelamente à queda do índice de desocupação, ocorre um aumento no número de trabalhadores que não possuem carteira assinada, até mesmo em cargos públicos. Além disso, também ocorreu uma diminuição na renda mensal¹. É válido ressaltar que até os menores números relativos à desocupação registrados no país são inferiores ao da média global, o que torna o Brasil o quarto país com maior taxa de desemprego no mundo².

A respeito do mundo do trabalho e o caso brasileiro, Pochmann alerta para as particularidades existentes no país (2010, pp. 21 e 22). Listando três, a primeira refere-se às transições da sociedade agrária e da sociedade urbano-industrial. Enquanto a sociedade agrária conservava elevadas jornadas de trabalho e, conseqüentemente, uma baixa expectativa de vida e uma pobreza em expansão, na sociedade urbano-industrial embora tenham acontecido

¹ Disponível em: <https://www.dmtemdebate.com.br/trabalho-sem-carteira-cresce-desemprego-recua-rendacai/#:~:text=Assim%2C%20na%20compara%C3%A7%C3%A3o%20com%20igual,mais%3A%2019%2C8%25>. Acesso em: dez, 2022.

² ALVARENGA, D. Brasil tem a 4ª maior taxa de desemprego do mundo, aponta ranking com 44 países. **G1**, 22 nov, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/11/22/brasil-tem-a-4a-maior-taxa-de-desemprego-do-mundo-aponta-ranking-com-44-paises.ghtml> Acesso em: dez, 2022.

mudanças na questão do trabalho, careceu de reformas sociais que visassem reduzir as desigualdades.

A segunda especificidade listada corresponde à existência de um conservadorismo no país que contribuiu para que houvesse o predomínio de regimes políticos que flertavam com o autoritarismo e não apresentavam inclinações para discussões que envolvessem mudanças no aspecto das condições de trabalho existentes no país. Analisando o histórico brasileiro que envolveu um logo período de escravização e uma certa resistência para a sua completa aniquilação, 55 anos após a promulgação da última lei que envolvia diretamente ao período de escravização, foi criado um código voltado para a regulação do trabalho. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ocorreu no Estado Novo, período considerado por parte dos estudiosos brasileiros como antidemocrático. No entanto, a CLT, à época, só contemplou aproximadamente 15% dos trabalhadores do número total (POCHMANN, 2010, p. 23).

A terceira vai ao encontro da composição da classe trabalhadora que se formou diante do período da industrialização, absorvendo uma onda de migrantes que deixavam o campo em direção às cidades em busca de melhores condições de vida. Essa migração, que ocorreu de forma acelerada e já encontrando nas cidades uma indústria tecnologicamente avançada, culminou numa série de problemas relativos à estrutura das cidades, bem como possibilitou uma multiplicação da pobreza vivida no campo para elas – mais do que isso, formou uma nova forma de pobreza tipicamente urbana decorre da urbanização terciária.

Assim, de uma maneira geral, a equação existente entre a redução dos postos de trabalho mais o aumento da marginalidade, principalmente a partir desses movimentos que se intensificaram através do recrudescimento das crises capitalistas desde a década de 1970, começou a ser resolvida a partir do uso da força e do controle. Esse movimento pode ser notado em muitos países, embora alguns tenham sentido os efeitos de forma mais agressiva.

Como aponta Wacquant (2003, pp. 19 e 20), durante o período do pós-guerra há uma alternância entre um Estado que atuava, ainda que minimante, em questões voltadas para a assistência das pessoas e para a adoção de um Estado penal e policial, marcado por uma postura criminalizadora frente a essa parcela marginal. A busca pela contenção punitiva desses grupos torna-se uma constante no espaço.

A adoção de medidas, ao estilo dos Estados Unidos, de limpeza das ruas e de encarceramento em massa dos marginais, dos inúteis e dos que resistem às regras do mercado desregulamentado lançaria uma verdadeira “lei penal de terror³²” sobre os destituídos de capital econômico e cultural necessário para se protegerem a si mesmos da total ilegalidade do Estado penal brasileiro. E isso certamente irá agravar os males dos quais o Brasil já sofre em sua dura jornada rumo ao estabelecimento de uma democracia que seja mais que uma mera fachada, a saber, “a deslegitimação de várias instituições da lei e justiça, a escalada tanto da criminalidade violenta como do abuso policial, a criminalização dos pobres (...)” (WACQUANT, 2007, p. 211).

É na “necessidade” de conter os marginais que se abrem caminhos para um aumento ainda maior da violência. A criminalização da miséria, por sua vez, é efetivada de duas formas: através da modificação dos serviços sociais voltados para a garantia, por exemplo, de habitação e saúde; ou, em outros casos, através da utilização do encarceramento de forma abundante (WACQUANT, 2003, p. 28). A globalização tem proporcionado um crescimento de ações criminosas (STANDING, 2020, p. 33) que estabelece proximidade com a criminalização de uma pobreza que tem causas sistêmicas. No entanto, a relação que envolve a pobreza e a criminalização, bem como o incremento de práticas penais e seu direcionamento para esses grupos, não é algo recente na história, questão que pretendemos expor, em linhas gerais, na próxima seção.

2.4 A Punição Como Resposta Imediata à Criminalidade

No livro *Punição e Estrutura Social* (2004), de Georg Rusche e Otto Kirchheimer, é feito um retrospecto da punição ao longo dos séculos. Ao começar essa história pelo período da Idade Média e promovendo uma análise sobre o caso dos países europeus, os autores destacam as condições sociais da época e evidenciam um aumento populacional nas cidades que se deu em função, principalmente, das mudanças que ocorreram no campo acompanhadas pelo fortalecimento do desemprego e da pobreza, que, posteriormente, se tornou majoritariamente urbana. Se por um lado aconteceu o aumento da pobreza, do outro, houve um alargamento na fortuna de famílias que passaram a enxergar a disponibilidade de mão de obra, que se tornou um fato, como um caminho para reforçar seus negócios.

A desigualdade social, no entanto, não foi aceita de forma passiva. Em razão disso, os séculos XIV e XV são marcados pela criação de leis criminais que eram direcionadas para às classes mais pobres. A justificativa estava relacionada ao aumento da ocorrência de crimes nas cidades, o que passou a incomodar principalmente uma burguesia. As leis, embora todas fossem essencialmente punitivas, tinham graus que revelavam que a questão de classe era um fator predominante para embasar sua aplicação. Dessa forma, medidas mais severas que envolviam diretamente a punição do corpo do “criminoso”, eram orientadas para as pessoas mais pobres (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004, p. 31), enquanto aqueles que tinham dinheiro poderiam escolher por outros métodos punitivos. A respeito dos crimes, os que mais recebiam atenção estavam relacionados à propriedade.

A seguridade dos regulamentos contra a vadiagem, que encontramos em todo o século XVI, revela claramente a interpretação mais difundida da ideia de honestidade. A par da diferenciação generalizada entre as classes, que tornava o acesso às fianças ou ao castigo corporal simplesmente dependente da capacidade do prisioneiro de pagar, havia em vários países privilégios advindos da ordem feudal, dividida em estados. Certos castigos eram descartados para certos estados (clero e nobreza) e substituídos por outros, ou eram aplicados com modificações para membros dos estados superiores(...) mais importante do que esses privilégios (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004, p. 35).

São justamente os crimes contra a propriedade os responsáveis por condicionar e orientar uma política criminal durante o século. Esses crimes eram praticados por pessoas que não tinham a possibilidade de pagar as fianças estipuladas, correspondendo a uma massa pobre que se instalava, de forma crescente, nas cidades. Assim, “quanto mais empobrecidas ficavam as massas, mais duros eram os castigos para fins de dissuadi-las do crime” (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004, p. 36). Percebia-se, portanto, que os castigos corporais que até o século XV eram utilizados em casos extremos, se tornaram uma prática comum à época³, ressaltando o quanto as leis eram desfavoráveis às classes mais pobres.

Sobre um contexto em que existia uma mão de obra abundante disponível, ela conseqüentemente passa por um processo de desvalorização. O movimento seguinte é criminalizar e taxar aqueles que não serão incorporados, podendo ser lidos enquanto um problema permanente e um risco à manutenção das cidades. A solução passa a ser, então, a mutilação, que funcionava como um elemento de “identificação” pessoal; a morte, que retirava totalmente aquela pessoa do convívio urbano; ou o exílio, em que as pessoas passavam a ser direcionadas para os trabalhos forçados desenvolvidos nas galés, que representavam, em muitos

³ Em uma passagem interessante do livro, os autores destacam que esse formato brutal de punir as pessoas não poderia ser observada de forma isolada: “A crueldade mesma é um fenômeno social que apenas pode ser entendido nos termos das relações sociais dominantes num dado período” (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004, p.42).

casos, igualmente uma sentença de morte só que de forma retardada e em uma cidade diferente a de origem do condenado.

Com o passar dos anos, a partir do século XVI, em função de interesses econômicos pujantes, as formas de punição sofreram algumas alterações. Seguindo a ideia das galés, o trabalho forçado e a escravidão passaram a ser buscados por aqueles que tinham como intenção “garantir a disciplina”. Foi neste mesmo século que, de uma maneira geral, aconteceu um crescimento demográfico que não foi seguido por uma oferta de empregos.

A consequência, diferente da Baixa Idade Média, foi uma baixa oferta de mão de obra. Para que os empregadores conseguissem de fato efetuar contratações, eles precisariam ofertar condições dignas e oferecer bons salários para trabalhadores que, dada a situação econômica do período, não aceitavam a precarização. Na tentativa de reverter esse processo, uma série de ações foram tomadas, assim como os capitalistas tiveram que se associar ao Estado tentando “garantir a redução dos salários e a produtividade do capital” (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004, p. 47).

A mencionada alteração na dinâmica do trabalho impactou em questões diversas, incluindo na formação dos exércitos, que não conseguiam competir com as vantagens ofertadas pelos capitalistas quando o objetivo era captar trabalhadores. Nesse momento, os criminosos, que antes eram vistos como indesejáveis, passam a ser vistos como uma solução: os países passam a ter seus exércitos fortalecidos com pessoas que foram condenadas no seu próprio país, ou, em casos ainda mais extremos, os países passam a aceitar pessoas que cometeram crimes em outros locais. Por sua vez, para os criminosos o ingresso no exército se tornava interessante uma vez que sua entrada poderia significar uma alternativa às galés e também uma série de conveniências, já que muitos perdões em termos jurídicos foram concedidos àqueles que ocupassem posições vistas como perigosas nas batalhas. Além disso, as alterações no mundo do trabalho também refletiram em mudanças na própria gestão da pobreza: os mendigos, pedintes e criminosos, que durante muito tempo foram tratados como sinônimos, passaram a ser analisados através de um viés utilitarista. Sendo assim: “ao contrário da política do início do século XVI, cuja principal meta era a eliminação da mendicância, o novo programa tinha propósitos mais diretamente econômicos” (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004, p. 67).

Nesse contexto, surgem as casas de correção cujo objetivo expresso era justamente remover do convívio urbano pessoas indesejáveis, ao mesmo tempo que aproveitaria e colocaria sua vitalidade à disposição do contexto industrial. Elas concentravam pessoas que não tinham emprego, os que viviam de mendicância, de pequenos furtos, ou até na prostituição; mais tarde, algumas casas contemplaram, também, órfãos, viúvas e pessoas pobres que não tinham condições de garantir sua sobrevivência. De acordo com os autores, sua definição precisa seria:

A essência da casa de correção era uma combinação de princípios das casas de assistência aos pobres (*poorhouse*), oficina de trabalho (*workhouse*) e instituições penais. Seu objetivo principal era transformar a força de trabalho dos indesejáveis, tornando-as socialmente útil. Através do trabalho forçado dentro da instituição, os prisioneiros adquiriram hábitos industriais e, ao mesmo tempo, receberiam um treinamento profissional (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004, p. 69).

Dessa forma, conclui-se que a criação das casas de correção, que segundo fontes históricas começa em 1555, em Londres, estava inserida dentro de um contexto maior que envolveria o desenvolvimento do sistema capitalista. Elas eram responsáveis pela formação de trabalhadores com baixa qualificação e que não apresentariam nenhum perigo ao sistema, padronizando-os e moldando-os conforme os interesses capitalistas. Trata-se, portanto, de uma introdução ao encarceramento moderno, que conserva ideais semelhantes.

Igualmente pertinente a esse retrospecto histórico, tem-se o período do Iluminismo. Em outro livro clássico para todas as discussões que envolvem o encarceramento, *Vigiar e Punir*

(2014), de Michel Foucault, publicado em 1975, o autor vai discutir sobre como esse período vai se afastar das penas até então aplicadas, embora essa nova mudança também não seja marcada por um afastamento definitivo da perversidade pretérita. O autor vai destacar o papel do corpo nessa análise, refletindo sobre o fato de ele não ser mais um alvo direto como antes, quando estava previsto a morte física, a tortura e a mutilação; no entanto, o corpo passa a ser impactado de outra forma, ocorrendo a inauguração de uma aparente “sobriedade punitiva”:

“O poder sobre o corpo, por outro lado, tampouco deixou de existir totalmente até meados do século XIX. Sem dúvida, a pena não mais se centralizava no suplício como técnica de sofrimento; tomou como objeto a perda de um bem ou de um direito. Porém, castigos como trabalhos forçados ou prisão – privação pura e simples da liberdade – nunca funcionaram sem certos complementos punitivos referentes ao corpo (...) (FOUCAULT, 2014, p. 20).”

De acordo com o autor, a questão do corpo e da punição deve ser observada a partir de uma ótica que envolve uma “economia política do corpo”. Ainda que haja uma mudança na forma de punir, que envolve o abandono dos castigos físicos, o corpo segue sendo alvo mesmo de outra forma. Por mais que este seja afetado por medidas que, à primeira vista, pareçam ser mais brandas, elas desempenham uma função agressiva na conduta e nas ideias daqueles que são submetidos a essas práticas. A frase “que o castigo, se assim posso exprimir, fira mais a alma do que o corpo” (MABLY, G, 1789, p.326 *apud* FOUCAULT, 2014, p. 21) resume esse argumento.

O trabalho seguiu sendo um elemento estruturante para pensar as décadas seguintes. As mudanças relacionadas às penas não estavam inseridas em um contexto de transformação social, pelo contrário. Durante os séculos XVIII e XIX, massas empobrecidas voltam a se formar, compartilhando sua busca pela sobrevivência. Consequentemente, há um crescimento na insatisfação geral e no número de crimes, que inclusive, resultou em um também aumento no número de condenações (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004, p. 137).

Concomitante a esse período em que ocorre um aumento na ocorrência de crimes, surgem críticas cada vez mais enérgicas ao sistema penal, já que passou a se consolidar uma ideia de que ele não era o suficiente para coibir ações criminosas futuras. Com isso, há um afastamento quase definitivo de um movimento que aconteceu durante o Iluminismo, que pelo menos na teoria, era pautado pela tentativa de reforçar penas mais humanas. Esse movimento cede lugar a um retorno pelos gritos favoráveis à tortura e à morte. No entanto, o retorno do apelo às práticas brutais cometidas em outro século não simbolizou uma mudança nos antigos Códigos Penais, que já tinham passado por alguns avanços.

Gradativamente, o encarceramento vai adquirindo a proporção a qual hoje é característica. Sua emergência data o momento em que ocorre um processo de decadência das antigas casas de correção. Sendo assim, prédios antigos que prontamente apresentaram superlotação e recebiam, inicialmente, pessoas marginalizadas que poderiam contribuir com o processo fabril, agora passam a abrigar uma parte da população cuja aparência é desagradável aos olhos.

Outros elementos perceptíveis nas prisões de hoje também são acompanhados por motivações históricas. O crescimento acelerado da população carcerária, por exemplo, foi seguido por uma ausência de política estatal que não direcionou verbas para a garantia de uma infraestrutura mínima. Por isso, é possível dizer que a história das prisões é acompanhada por um processo de degradação social. A ausência de uma estrutura minimamente humana tem sido motivo para a efetivação de uma série de discussões.

Durante o século XIX, inclusive, grupos que buscavam pensar em reformas para o sistema carcerário culpavam prontamente o Estado pelas condições apresentadas em muitas

unidades ao redor do mundo. Enquanto alguns países revisaram suas estruturas punitivas, principalmente em países periféricos, como é o caso do Brasil, tal fato não aconteceu.

De todo modo, através de uma breve exposição sobre a relação histórica que pode ser estabelecida entre as unidades penais e a criminalização da pobreza, é possível refletir sobre um desdobramento dessa relação na atualidade, assim como pensar no papel que o Estado vem desenvolvendo frente ao exposto.

Em linhas gerais, em função de uma sociedade em crise e que segue um sistema que dá indícios evidentes de sua estagnação, há um aumento da adoção de instrumentos de controle, o que passa, necessariamente, pelo controle penal, que se torna ser cada vez mais aclamado, sobretudo quando direcionado para um grupo de pessoas específico. A desigualdade, portanto, ainda que não seja um fato isolado ou recente, passa a compor um dos males urbanos que justificam a associação da ideia de crise urbana com a ideia de existir uma guerra de baixa intensidade em curso.

2.5 O Controle Como Parte da Crise Urbana

Diante das ideias apresentadas ao longo desse capítulo, é possível perceber a relação construída entre capitalismo e Estado, que historicamente direcionou ações de regulação frente às contradições que são próprias do sistema capitalista. Essas ações, por sua vez, como demonstrado, foram aplicadas ora para conter mão de obra, ora para tirar de circulação uma parte que não seria incorporada aos circuitos formais de emprego. Não há, portanto, uma tentativa de mudança estrutural, mas sim ações convenientes à manutenção da estrutura existente.

Dessa forma, destaca-se a questão do trabalho, que além de desempenhar função no ciclo de reprodução do capital é um dos elementos constitutivos para respaldar o controle que é empreendido de formas diversas (SANTOS, 2016, p. 90). Portanto, o recrudescimento gradativo do controle é seguido por uma criminalização dos pobres, onde ocorre uma individualização dos casos. No caso do Rio de Janeiro, esse movimento pode ser descrito a partir de uma série de relatos cotidianos que elencam o controle direcionado para algumas áreas.

A partir das sucessivas crises enfrentadas que apresentavam e apresentam consequências globais, há um aprofundando de um clima de instabilidade nas cidades que pode ser percebido em distintos índices relativos à violência urbana, ou através da sensação de insegurança reportada pelos cidadãos. Assim, as crises não devem ser vistas como isoladas ou esporádicas, mas como parte do ciclo de ascensão histórico do capitalismo.

Em síntese, o período que confere ao fordismo gerou um impacto direto na formação de uma sociedade pautada na rigidez: “Seja uma rigidez nos investimentos, na produção, no papel do Estado, no mercado de trabalho e nas suas relações, ela se fazia presente e condicionante nos dias das pessoas” (MARICATO, 2015, p. 71). Tal cenário se modifica a partir da década de 1970, quando se inaugura, de fato, uma nova tradição social. A partir desse momento há o recrudescimento de algumas ações que, conseqüentemente, vão impactar em outros pontos. Junto à crise do trabalho, ocorre uma crise estrutural do Estado capitalista, que passa a não possuir mais uma legitimação plena quanto a sua atuação. A consequência dessa lógica é o surgimento de um estado de exceção que é acompanhado por uma violência crescente. Sendo assim, o objetivo torna-se conter e eliminar os “excluídos da sociedade do trabalho” (BOTELHO, 2020, p. 66).

Antes, as antigas sociedades agrárias, embora possuíssem e fossem atravessadas por meios e instrumentos que visassem o controle e a construção da dependência, não possuíam uma lógica internalizada sobre a questão do trabalho. É a partir da modernidade que há a criação de um meio mais concreto de transformação da energia humana em dinheiro, de forma pouco

inclusiva, fragmentada e acelerada, em consonância com os ideais propostos por uma economia empresarial (KRISIS, 2003, p. 34).

Ao refletir sobre o papel do Estado moderno, é possível falar sobre a ocorrência de um Estado de exceção que estabelece vínculo direto com o neoliberalismo. A democracia contemporânea está a serviço do mercado, que, quando sente que pode sofrer algum ataque que futuramente possa enfraquecer suas ações, reage de forma enérgica envolvendo e fazendo a utilização do uso da violência e do autoritarismo. À vista disso, de forma combinada, o mercado define quem é o indesejado, e o Estado, que parece apresentar características propensas à violência de forma cada vez mais permanente, segue a lógica de punir, tirar de circulação ou eliminar essas pessoas. Como apontado anteriormente por outros autores, decerto, para além do Estado mínimo no sentido econômico-social, constata-se sua face violenta e repressiva diante desses casos.

Contudo, é válido ressaltar que na modernidade o Estado não tem um papel de mera subordinação nas relações capitalistas, pelo contrário, possui um “papel central na construção ideológica do trabalho como um valor, como dever, além de ser o principal vigilante dessa norma” (BOTELHO, 2009, p. 176). Assim, ele é responsável por ofertar as condições necessárias para que haja a reprodução das relações de troca, efetivando a estrutura capitalista.

No entanto, o início da vigência do estado de exceção não é observado de forma muito evidente porque as barreiras que o envolvem não são explícitas. O mesmo ocorre com a sua ação, que devido as confusões existentes, torna-se difícil saber o que é “legal” e o que não é a partir de termos jurídicos. Em países onde há um evidente processo de exclusão social, como é o caso do Brasil, há uma dificuldade em perceber a abrangência dos direitos existentes. Junto a isso, soma-se o fato de haver, também, um racismo estrutural⁴ além de uma presença massiva do processo de segregação urbana (BOTELHO, 2020, p. 62) nas cidades, que são o palco para a realização dessas ações. No mais, é necessário frisar que esses países passam por abalos ou rupturas democráticas numa certa constância, o que se coloca como mais uma barreira diante da percepção sobre em que momento há um início e um fim do estado de exceção, já que uma democracia plena nunca foi conquistada.

Ao apresentar um conceito específico sobre estado de exceção, Kurz (2003, p. 237) ressalta que se trata do momento em que passa a ocorrer uma espécie de direcionamento para além do que antes era considerado o habitual. Instaure-se, portanto, uma atmosfera de anormalidade que é seguida por um movimento que busca a contenção. Diferente do status de normalidade do Estado, em que, pelo menos em tese, haveria mais liberdade de deslocamento e um certo amparo jurídico; com o estado de exceção essas possibilidades são suspensas, e as pessoas que o compõem são afastadas de eventuais vínculos sociais existentes. Sobre isso, Kurz ressalta a conceituação de *supérfluos*, incorporando-os em uma reflexão maior que envolve a vida social na periferia:

Os “*supérfluos*”, ou têm então de ser largados no nada, sem quaisquer possibilidades de reprodução da sua vida, como acontece na maior parte da periferia, onde esta transformação é acompanhada da dissolução galopante da soberania e do desenvolvimento de estruturas de economia de saque e de violência anômica. Ou então, onde a soberania ainda se encontra mais firmemente estruturada, como nos centros ocidentais (...), têm de ser arrecadados por tempo indeterminado em prisões, campos de internamento e estabelecimentos semelhantes a campos de concentração (KURZ, 2003, p. 240).

⁴ O racismo estrutural é uma forma de elucidar que o elemento racial se faz presente em toda a estrutura da sociedade, impactando, assim, em diferentes aspectos da vida social.

Com a instauração da modernidade, o Estado passa a representar a principal instituição de regulação. O estado de exceção, que geralmente se volta para “resolver”, ainda que em tese, o problema da violência urbana, pode acabar por aprofundar outros problemas urbanos, ao passo que intensifica os processos de exclusão, segregação e controle urbano. A violência, dessa forma, passa a se fazer cada vez mais presente nas cidades. Sua aplicação, que se dá de forma cada vez mais permanente, é um elemento para se pensar um dos aspectos da crise urbana. Dessa forma, como salienta Santos:

“O controle penal é, de fato, uma forma de enfrentamento do Estado para a preservação da ordem do capital. Veremos que esse controle se dá através da intensificação da repressão, vigilância e punição, da militarização da vida social, sobretudo pelo recrudescimento das penas e do encarceramento em massa, fazendo aumentar a lucratividade do capital” (SANTOS, 2016, p. 137).

No caso do Brasil, esses itens se tornam nítidos a partir do momento em que se apreende uma lógica cada vez mais violenta, onde o temor se alastra pelas metrópoles fazendo com que seja reafirmada a necessidade de segregar algumas áreas, através da utilização de um policiamento cada vez mais ostensivo, ocupações militares ou prisões; e fortalecer outras, acompanhando uma lógica de auto segregação, seja através dos mais variados instrumentos de vigilância, como câmeras, alarmes ou portões (WACQUANT, 2007, p. 205).

Embora se trate de uma sociedade condicionada pelas relações mediadas pelo trabalho, diversos fatores apontam para o fato de ele ter chegado ao seu fim, ao seu limite. A atual dinâmica do mundo capitalista empurra, cada vez mais, um número significativo de pessoas para o limbo do desemprego. O capitalismo, como consequência, “torna-se um espetáculo global de minorias” (KRISIS, 2003, p. 63). Dessa forma, há um vertiginoso crescimento da competitividade entre os pares, quando, na verdade, eles estão tentando garantir suas respectivas sobrevivências.

A partir dessa mesma lógica, regiões passam a ser dispensáveis, e por isso, passíveis de serem cortadas dos sistemas da mercadoria que acontece agora em escala global. Trata-se, portanto, do crescimento de um clima de instabilidade, típico de uma guerra urbana. E refletindo sobre um contexto de guerra, torna-se necessário efetivar medidas que consigam definitivamente afastar o mal representado pelos “inimigos”. Essa definição, assim como a instauração de uma lógica violenta que abriga o encarceramento, passam a ser os próximos pontos de debate.

3 CAPÍTULO II

A VIDA PERMEADA PELO CONTROLE

Nasce na cidade e para a cidade. Dizem que quem sai da prisão nasce para o “mundo do crime”, como se fosse uma conexão direta, mas não é. A pessoa, ao sair da prisão, mergulha no mar da metrópole, da megalópole e do mar do interior. Quer seja em contexto urbano ou rural, nasce para a cidade. Nasce para a cidade que é palco de injustiças, desigualdades, consumos, perversidades, ostracismos, violência (LOURENÇO, 2022, p. 30).

3.1 Para Pensar a Militarização do Espaço Urbano

As discussões apresentadas no capítulo anterior foram voltadas para a existência de uma massa de pessoas descartáveis que não possui função no sistema econômico vigente. Essa tendência, resultado da crise do trabalho que ocorre em escala global, assume especificidades a cada caso estudado. No entanto, são verificadas características que são comuns e apontam para a utilização da violência e do controle de forma cada vez mais permanente e massiva nas cidades. Esses recursos, por sua vez, têm sido justificados através de um *status* de insegurança crescente que se associa à necessidade de se construir espaços urbanos seguros que sejam facilmente vistos tanto pela sociedade civil como pelo mercado financeiro enquanto ambientes modernos e estruturados. Necessariamente, eles precisam conservar uma distância considerável dos “males urbanos” existentes e dos referidos grupos de pessoas indesejáveis.

Tais movimentos resultam em duas consequências principais: de um lado, tem-se a consolidação de uma sensação de medo experimentada pela sociedade como um todo, mas que acomete com mais afinco aqueles pertencentes às classes médias e altas, que passam a entender a reclusão e o autoconfinamento como medidas necessárias, além de clamar por mais segurança. Do outro, há a emergência de uma *sociedade do controle*, que se efetiva, inclusive, à céu aberto, seja em espaços públicos ou privados.

Diferentes atores como o Estado, empresas privadas e até grupos armados que buscam o poder, passam a desempenhar uma atuação ativa e direta no que tange à construção de um espaço securitizado e controlado que converge com a ideia de existir uma guerra de baixa intensidade em operação. A partir desse movimento, espaços segregados passam a ser entendidos enquanto espaços conflituosos, que concentram “malfeitores”, em contraste com o restante da cidade “legal”, lugar de moradia daqueles que estão incluídos na lógica do consumo e que acessam seus direitos de forma plena (MENDONÇA, 2019, p. 15). Trata-se de um novo ordenamento espacial que é colocado em prática para conter, de forma repressiva, as tensões sociais derivadas dos conflitos raciais crescentes, do aumento da pobreza e do desemprego. Sobre esse ponto, é necessário que se estabeleça uma discussão inicial sobre o processo de *militarização do espaço urbano*, que conceitua esse movimento, compreendendo sua história e formas assumidas ao longo do tempo.

Dentre os autores que realizaram estudos consistentes nas últimas décadas sobre o processo de militarização, destacam-se Mike Davis e Stephen Graham, responsáveis por apresentar interpretações sistemáticas e inéditas sobre o fenômeno. Ainda que seus escritos sejam pensados sobretudo para os contextos estadunidense e europeu, é possível estabelecer relações de proximidade com o caso brasileiro, como se pretende evidenciar ao longo deste capítulo.

A consolidação desse movimento ocorre junto à crise do sistema capitalista que data a década de 1970, quando passa a ser registrado um aumento no número de excluídos que carece de integração social e política ao redor do mundo. Com o passar dos anos, percebe-se um agravamento gradual desse quadro, o que aponta para um recrudescimento da marginalidade. Na década de 1990, com a ascensão do modelo neoliberal, há um aumento dos excluídos da sociedade de mercado, bem como um abandono por parte do Estado das políticas de bem-estar social. Sua atuação, portanto, passa a ser direcionada no sentido do controle e da administração penal desse grupo considerado marginal (WACQUANT, 2008).

A militarização do espaço urbano seria, portanto, uma resposta à insegurança que passava a se manifestar nas cidades como resposta ao aumento da desigualdade social. A cidade de Los Angeles, nos Estados Unidos da América, foi alvo de diversos escritos que buscavam salientar o alto nível de militarização sentido na cidade que se tornava perceptível à medida em que a realidade social passava a agrupar casos recorrentes de conflitos violentos entre civis e

demais atores no espaço urbano. De acordo com Mike Davis (2009), ao longo dos anos ocorreu uma mudança na condução das ações do Estado: enquanto antes o controle, pelo menos em tese, estabelecia associação com às reformas urbanísticas, posteriormente ele passou a estabelecer conexão com uma ideia de guerra social que entende que há um conflito de interesses entre a população pobre e as classes médias. Com isso, criam-se espaços marcados pelo medo e pela fortificação, que acabam representando, por conseguinte, “campos de batalhas” onde são travados conflitos cotidianos.

Paralelamente, também de acordo com Davis, essa nova forma de conduzir as dinâmicas que se dão no espaço urbano são acompanhadas por uma negação do espaço público. Essa procura incessante pela segurança é movida por uma noção de redução da circulação da pessoas no espaço, assim como pela transformação de outros espaços em “não-habitáveis”, principalmente para os pobres (2009, p. 244). Dessa forma, a arquitetura passa a adotar estruturas voltadas para dificultar que algumas relações se desenvolvam, da mesma maneira que evitar que determinados espaços sejam ocupados -- a sociedade passa a conviver com um policiamento e um modelo de vigilância cada vez mais ostensivo.

De todo modo, caracteriza-se o processo de militarização como sendo o momento em que acontece uma extensão de distintas práticas de origem militar voltadas para o rastreamento, vigilância, seleção populacional e identificação. Elas passam a ser incorporadas pela sociedade civil e a ser direcionadas para áreas distantes das fronteiras, que estabelecem limites com outros países e eram onde antes essas ações ficavam restritas. Como afirma Graham (2016, p. 24), em um mundo profundamente marcado pelo avanço da globalização e pelas consequências de um processo de urbanização desigual, a absorção de práticas militares no cotidiano representa um sonho antigo, uma vez que possibilita que a questão do controle sobre determinados grupos se efetive de forma mais eficiente e rápida.

Uma vez definida sua formulação geral, é possível destacar algumas características desse processo. A primeira delas, que fornece base para a ocorrência das demais, é a ideia de existir uma guerra de baixa intensidade em operação. A partir dela, as cidades passam a ser observadas enquanto espaços de batalhas onde ocorrem disputas contra inimigos que adentram o espaço urbano (MENDONÇA, 2018, p. 19), ampliando a sensação de medo.

Seguindo essa lógica, para além da ideia convencional de guerra, autores comeam a defender que em função do risco iminente de confrontos, sejam eles empreendidos por agentes estatais ou não, de forma “planejada” ou não, qualquer lugar pode ser um palco das mencionadas disputas, visto que a sociedade civil passa a viver uma insegurança típica de uma guerra. Como salienta Graham (2016, p. 385), essa forma mais ampla de perceber as guerras acaba sendo mais um elemento constitutivo para o fortalecimento de uma lógica militarizada que passa a compor a paisagem urbana e demais práticas comuns e necessárias à reprodução da vida nas cidades.

O autor ainda destaca que essa militarização excessiva que passa a ser solicitada, tende a virar uma obsessão ilógica que pode interferir diretamente em outros aspectos elementares da vida, como na questão da garantia de direitos lidos enquanto básicos. Tal ponto direciona o argumento para a efetivação de um estado de exceção, conceito apresentado no capítulo anterior. Ao vislumbrar apresentar uma conceituação do termo, Botelho (2020) vai destacar que ele se caracteriza por uma mudança na legitimação do poder político, sobretudo no desempenhado pelo Estado, argumento que será revisto mais à frente; e por uma espécie de embaralhamento no emprego das leis na atualidade. Isso ocorre em função de existir uma produção cada vez maior de leis que não convergem, obrigatoriamente, com a realidade; o que contribui para que ocorra a aplicação de medidas arbitrárias que, em alguns momentos, podem reiterar o enfraquecimento dos atuais processos democráticos.

No entanto, ao discorrer sobre esse tema, é válido ressaltar, como destaca Comitre (2017, p. 20), que em países periféricos, como é o caso do Brasil, a exceção sempre caminhou

junto com o processo de urbanização, apresentando apenas algumas variações próprias ao recorte estudado. Dessa forma, torna-se difícil traçar uma linha histórica de um estado de exceção nesses países, uma vez que a arbitrariedade sempre se fez presente, e que a exceção sempre pareceu ser uma regra geral.

Uma característica dominante da Guerra ao Terror, sem dúvida, tem sido sua infinita representação dos locais, espaços e sistemas cotidianos da cidade como domínios de onde os “outros” podem surgir a qualquer instante, despertando ameaças à existência de cidades e civilizações “de dentro”. Ao retratar os riscos do terrorismo tanto como atos de guerra quanto como ameaças sociais existenciais, e não como crimes internacionais que apresentam enormes riscos à segurança pública, torna-se fácil justificar uma guerra global sem fim, o imperialismo expandido, a violência racializada do Estado, o encarceramento preventivo, a legislação autoritária e a suspensão radical de regras legais e jurídicas (GRAHAM, 2016, p. 388).

A ampliação do conceito de guerra estabelece relação com a também ampliação na noção de quem são os inimigos e aliados existentes nessa guerra, outra característica significativa do processo de militarização do espaço urbano. Na visão clássica, as guerras seriam travadas entre fronteiras e fariam alusão à defesa patriótica do território de um Estado-Nação. Os inimigos seriam aqueles que buscassem, a partir dos seus efetivos militares e demais aparatos, romper e superar essas barreiras. No entanto, com a noção que passa a imperar nas metrópoles de que a guerra pode acontecer em lugares banais e de forma brusca, há também uma ampliação referente à visão de quem são os inimigos que devem ser combatidos: com as novas guerras, todos aqueles que são considerados como insurgentes ou como uma ameaça passam a se tornar alvos factíveis.

Seguindo a lógica da extensão das práticas militares a partir de um urbanismo militar, consolida-se a ideia de que não existem mais civis na sociedade: tratam-se, agora, de potenciais ameaças à ordem urbana que devem ser neutralizadas a qualquer custo. As práticas de guerra passam a ser utilizadas e direcionadas para os moradores “cuja natureza benigna, em vez de ser presumida, agora precisa ser constantemente demonstrada para complexas arquiteturas de vigilância (...)” (GRAHAM, 2016, p. 36). A premissa passa a ser criminalização.

Quanto a isso, é válido destacar o elemento racial que se manifesta a partir dessas dinâmicas, já que existe uma tendência evidente de que pessoas negras se tornem os alvos diretos dessas políticas de vigilância e controle, por mais que a sociedade como um todo esteja suscetível a essa lógica. A militarização, portanto, ao promover uma “caça” a esses novos inimigos, apresenta sua relação intrínseca com o racismo (MENDONÇA, 2019, p. 17). Seguindo a lógica espacial, áreas onde há a concentração de pessoas negras são marcadas por um estigma territorial e se tornam duplamente suscetíveis ao processo.

Ainda que não seja inédito, um outro ponto refere-se ao fato de que através do urbanismo militar acontece uma confusão entre o que é atribuição dos civis e o que é dos militares. Com essas novas dinâmicas desenvolvidas pelo processo, os limites que permeavam a atuação de ambas as categorias passam a ser mais difusos e estreitos. O resultado direto e mais expressivo é o fato de os militares assumirem funções que antes eram restritas às funções policiais, fazendo com que haja uma presença massiva deles dentro do contexto urbano. Assim, ao mesmo tempo que sua atuação pode estar circunscrita a um contexto de guerra entre a Palestina e Israel, ela também pode ser direcionada para o combate aos “terroristas” que habitam as metrópoles.

Tal como Enzensberger (1995, p. 12) demonstra, o conceito tradicional das guerras remonta ao fato de existir um Estado que busca seu fortalecimento, expansão, além de assegurar o seu monopólio político e bélico frente aos outros países. No entanto, nas guerras civis de baixa intensidade há margem para que ocorra um processo de desagregação social que culmina na consolidação de bandos armados que vão buscar, futuramente, formas independentes de

gestão de território. Convergindo com esse aspecto, Graham (2016, p. 39) reforça que as batalhas travadas nos espaços urbanos podem ser promovidas por agentes estatais ou não; e que no caso de grupo paraestatais ou paramilitares, ocorre uma apropriação da infraestrutura necessária para o desenvolvimento da vida nas cidades, o que pode ser percebido principalmente quando grupos como as milícias passam a operar no espaço urbano e, conseqüentemente, a controlar uma série de serviços essenciais para a manutenção da vida urbana, como o transporte e o acesso ao gás, para citar alguns exemplos.

Mais uma vez retomando uma das características do estado de exceção, é possível destacar a crise enfrentada pelo Estado, que gradativamente perde sua legitimidade. Durante determinado período, ele era aceito como sendo um regulador justo das práticas sociais justamente por ser tratar do órgão “oficial”. No entanto, a partir de 1970, com o aprofundamento da crise, sua ação passa a ser direcionada para conter, segregar e/ou eliminar os que não são mais contemplados pela sociedade do trabalho. As práticas vão se tornando cada vez mais repressivas e autoritárias.

Esse movimento também representa uma tentativa de fornecer uma resposta direta para os grupos que passam a se estruturar e a disputar o território de forma conjunta (BOTELHO, 2020, p. 67). Atendo-se à realidade brasileira, exemplos não faltam: expansão de redes varejistas de drogas, grupos voltados para o jogo do bicho, ou até as milícias, que se apresentam na atualidade como peças fundamentais para se pensar a territorialização de alguns espaços urbanos e entender a fragmentação do espaço.

Por fim, é possível dizer que o processo de militarização do espaço urbano compreende um controle incisivo que pode ser obtido através de diferentes aparatos. O primeiro deles é a questão da tecnologia, que aparece como um dos elementos distintivos para o urbanismo militar. O desenvolvimento e o aperfeiçoamento de aeronaves, sistemas de posicionamento global, satélites, drones, armas inteligentes etc. fez com que as cidades passassem a ser “campos de batalha volumétricos” (MENDONÇA, 2019, p. 51). O fato de que distintos governos têm manifestado seus respectivos interesses em estabelecer parcerias e comprar artefatos que, em tese, representariam vantagens estratégicas diante de uma situação de guerra, reforçam o presente argumento. Tal movimento tem se tornado cada vez mais frequente e em diferentes escalas.

Sistemas de controle populacional de alta tecnologia, que contam com aviões não tripulados e checagem biométrica, aliados à política de segurança de “tolerância zero” contra delitos ou infrações não graves ou de menor potencial ofensivo, foram sobrepostos a discursos permanentes de estado de guerra, construindo uma espécie de metaforização de guerra infinita contra o crime, contra as drogas, contra o “terrorismo” e tudo mais que, segundo seu discurso, venha a ameaçar a ordem social. (MENDONÇA, 2019, p. 55).

Essas tecnologias estabelecem relação com empresas que se comprometem a fornecer equipamentos ou técnicas compatíveis com essas guerras. Graham (2016, pp. 137 e 138) destaca que essa esfera relativa à sensação de insegurança e de conflito abastece um complexo industrial voltado para à vigilância, monitoramento, tecnologia militar e as prisões. Esses exemplos são responsáveis por construir paisagens que façam alusão à questão da segurança de formas variadas. Ainda, ao observar o crescimento das empresas que prestam serviços sobre tecnologia e segurança ao redor do mundo, é possível concluir que essa área representa um negócio lucrativo.

O último elemento que contribui para a obtenção do controle direto é o policiamento. Contudo, é importante pensar o policiamento como um ato de vigilância que pode ser estabelecido por diversos atores, incluindo militares ou grupos armados que aderem aos mesmos ideais. Essa forma de controle também passa por uma “sofisticação” que pode ser

obtida através do advento da tecnologia. Jackie Wang (2022, p. 57) elenca em seus escritos o conceito de policiamento algorítmico ou preditivo. De acordo com a autora, para além de “combater” os crimes, hoje, os policiais deveriam prevê-lo e antecipá-lo. Por mais que essa ideia pairasse há tempos no imaginário social, com o aprofundamento das tecnologias ocorre um direcionamento mais explícito para esse caminho. Dessa forma, o “quem” e o “onde” que definirão a atuação dos policiais estarão sujeitos ao trabalho desempenhado por *softwares* que concentram e mapeiam dados relativos aos “crimes”, embora essa categoria também não seja neutra.

Estabelecendo um *link* com a questão racial, a autora apresenta o caso da *startup* estadunidense PredPol, que representa uma abreviação do termo *predictive policing* ou policiamento preditivo, que promete apresentar um padrão do comportamento da criminalidade. Jackie Wang vai chamar atenção para o fato de que esse tipo de sistema se apoia em um racismo estrutural e que pode contribuir para a ratificação das operações em bairros estigmatizados, já que os dados existentes se referem às localizações que registraram crimes antigos e que os policiais estão mais disponíveis para efetuar rondas de patrulhamento em bairros negros, tornando os moradores desses bairros em alvos principais (WANG, 2022, p. 227). Esse sistema, portanto, não seria isento ou aprova de falhas.

Também segundo a autora, esse movimento traz outro ponto relevante: a discussão sobre a legitimação da atuação da polícia, que converge com a ideia de estado de exceção posta anteriormente. Os defensores da utilização dos algorítmicos para direcionar o trabalho policial asseguram que esses contribuirão para operações mais assertivas. No entanto, é no discurso daqueles que mais sofrem com os efeitos do policiamento que mora a descrença em relação à aplicação desses métodos (WANG, 2022, p. 216). De uma maneira geral, há a suspeita de que esses contribuam para operações ainda mais parciais e danosas, sobretudo para a população negra ou para a que ocupa porções territoriais estigmatizadas.

Dessa forma, nesta primeira parte pretendeu-se apresentar a caracterização do processo de militarização do espaço urbano, que apresenta um crescimento e passa a ser bem-visto por parte da sociedade civil em função de uma retroalimentação do sentimento de insegurança sentido nas cidades. A partir de uma espetacularização propiciada tanto pelo trabalho desempenhado pelas mídias, quanto por interesses públicos e privados, há um clamor pelo estabelecimento de padrões militares voltados para a vigilância e o controle ostensivo, empreendidos de forma constante.

Percebe-se, também, que a militarização tem sido utilizada por diferentes governos por entender que um discurso favorável ao “combate à violência” e ao “fortalecimento da segurança” pode resultar em vantagens diferentes, incluindo o desenvolvimento de suas campanhas. Como relembra Graham (2016, p. 52), em sociedades onde ocorre o somatório do medo, das desigualdades alarmantes e da violência, ocorre uma militarização cada vez mais manifesta. Por sua vez, a extensão desse modelo mais a adoção de práticas neoliberais fez com que as discrepâncias sociais explodissem nos últimos anos, bem como ocorresse uma criminalização expressiva de determinados grupos.

3.2 Militarização e Cidades

Com a realização de uma primeira exposição sobre o processo de militarização do espaço urbano, a ideia passa a ser estabelecer uma aproximação da referida discussão com às cidades, elucidando a relevância dessa relação. Como destaca Graham (2004, p. 32), as cidades não são ambientes estáticos que fornecem unicamente meios para as noções de guerra e de terror se efetivarem. Ao discutir sua importância, destaca-se o fato de as cidades passarem a projetar estruturas e a assumir práticas que confluem com os ideais próprios de uma guerra.

Dessa maneira, é possível expor um planejamento urbano civil, que, em tese, acompanha discursos relativos à modernização e o avanço, mas que contribui diretamente para a produção de mais violência nas cidades. Essa utilização mais manifesta de práticas agressivas pode ser notada, inclusive, em sociedades declaradas democráticas. Para além de um discurso de garantia das liberdades individuais, têm-se a ocorrência de ações invasivas que podem culminar em taxas expressivas relacionadas à morte e até interferir diretamente na paisagem urbana. Não coincidentemente, ações mais violentas são direcionadas para áreas marginais e periféricas frequentemente estigmatizadas.

As autoras Mary Kaldor e Saskia Sassen apresentam o conceito de “novas guerras” ou “guerras contemporâneas” para pensar nesse momento em que as cidades se tornaram o lugar para a ocorrência de inúmeras batalhas travadas no último século: para além das convencionais “zonas de guerra”, civis, milícias, terroristas, criminosos e gangues passam a atuar de forma ativa no espaço. Nas guerras consideradas clássicas, ocorridas entre os séculos XVIII até o século XX, havia um aconselhamento por parte de estrategistas e especialistas no assunto para que elas ocorressem em áreas que ficassem distantes das cidades e apresentassem um certo isolamento espacial (2020, p. 14). Agora, no entanto, elas não só acontecem em locais mais próximos das áreas urbanas e em certa frequência, como também há uma naturalização de um convívio cada vez mais estreito com a violência, uma vez que elas não precisam ser declaradas, mas os dados que elencam a barbárie cotidiana reforçam o *status* de guerra.

Durante a Guerra Fria, planejadores militares anteciparam combates nas planícies do norte da Alemanha, não em cidades. E o mesmo aconteceu, em geral, nas insurgências que ocorrem fora do ideal imaginado. Insurgentes se esconderam em montanhas e selvas, saindo esporadicamente para enfraquecer e desorientar os regimes dominantes. Claro, houve batalhas urbanas: os centros de poder estavam localizados principalmente nas cidades. Estima-se que 40% das operações na Segunda Guerra Mundial ocorreram em cidades. Imagens de Berlim, Dresden, Stalingrado, Tóquio e Hiroshima estão gravadas em nossa consciência dessa guerra. Mas as cidades desempenharam um papel um pouco passivo: embora bombardeadas ou cerceadas; eles não eram necessariamente palcos de guerra da maneira como são hoje. A ocupação e a libertação produziram um combate urbano, mas não na medida em que vimos, por exemplo, após a ocupação das principais cidades iraquianas ou no recente combate contra o ISIS (KALDOR; SASSEN, 2020, p. 14. Tradução nossa.).

Quanto a isso, Hans Magnus Enzensberger (1995, p. 16) pautava que as guerras civis atuais careciam de fundamentos ideológicos e de convicções embasadas que garantissem sua sustentação. Ele defendia tal questão uma vez que estabelecia uma relação com as guerras anteriores, em que, por mais que o ideal defendido fosse questionável, notava-se um comprometimento com uma “visão de mundo” coletiva; já as guerras de hoje seriam fruto de uma desintegração social gradativa, acompanhada por um discurso de negação ao outro. Dessa forma, são fortalecidas falas favoráveis ao terrorismo, xenofobia, securitização do espaço, racismo, violência sexual, e, conseqüentemente, práticas com a mesma finalidade.

Ainda percorrendo a concepção de guerras contemporâneas, as autoras apresentam pontos que justificariam o motivo delas se tornarem cada vez mais urbanizadas ao mesmo tempo que expressariam o porquê de tal cenário não ser facilmente revertido. O primeiro ponto estaria relacionado ao fato de as guerras serem efetivadas por diferentes atores, sendo eles estatais ou não, e em diferentes escalas. Ainda que os novos combatentes sejam originários de áreas rurais, eles podem ser agregados “às redes transnacionais, cujas comunicações políticas e infraestrutura financeira são necessariamente baseadas na cidade” (KALDOR; SASSEN, 2020, p. 15). As autoras demonstram que tal situação foi presenciada no caso da Síria, onde foram recrutados desempregados e pobres que moravam em áreas rurais para que eles atuassem nos campos de batalha.

O segundo fator estabeleceria relação com uma nova “política identitária” que estaria relacionada ao movimento histórico de segregação nas cidades. Em função do desemprego crescente e da conseqüente produção de pessoas marginalizadas, grupos étnicos ou que compartilham semelhanças culturais, históricas ou políticas se organizariam em espaços delimitados como guetos, que se tornam alvos evidentes das guerras contemporâneas. Esse fator se associa com o terceiro, marcado pelo fato da violência, neste momento, ser direcionada principalmente para os civis: a intenção passa a ser o controle político do território, e para almejar esse fim, são usadas táticas repressivas que envolvem a expulsão de determinados grupos e até a morte em alguns casos (KALDOR; SASSEN, 2020, p. 16).

Contudo, ao fazer uma análise histórica, é possível situar a data de agosto de 1945 como sendo o marco responsável para a formulação da ideia de que o “mundo passa a ser um alvo”, através da percepção de que a partir daquele momento, as disputas poderiam se estabelecer em qualquer ambiente ou local (ARANTES, 2019, p. 24). Nesse período, ocorreu o lançamento das bombas em Hiroshima e Nagasaki, no Japão, abrindo precedentes para a efetivação do medo e para a reprodução de práticas militares que apresentavam um sistema de armas nunca visto. Com uma alta letalidade e poder de destruição, essas técnicas possibilitaram a efetivação de características mais agressivas para o cotidiano, e por extensão, para as cidades. Assim sendo, emerge uma sensação de insegurança e instabilidade que passa a ser compartilhada, de uma maneira geral, pela sociedade.

Como afirma Paulo Arantes, mais precisamente nos dois anos seguintes ao ocorrido, emerge uma “definição militar da realidade”, marcada para além das ações, por legislações que definiam a nova grande busca do século: a construção de um Estado de Segurança Nacional (2019, p.48)⁵. Através dessas articulações políticas em torno da segurança, o país abriu caminhos para que outros comecem a repensar suas estratégias.

No entanto, é importante reiterar a relação da guerra com o planejamento e demais dinâmicas urbanas. Sobre o referido grande marco para a operação de uma “definição militar da realidade”, alguns exemplos pertinentes podem ser listados. Antes do bombardeio no Japão, na intenção de “antecipar” suas conseqüências e impactos, foi construída uma aldeia japonesa em Nevada, nos EUA, que seguia os mesmos critérios urbanísticos de uma autêntica. Por mais agressivo que isso possa parecer, não se trata de um episódio isolado e único: mais tarde, a partir de uma cooperação entre os EUA e Israel, foram construídas áreas que tinham a reprodução de mesquitas islâmicas que incluíam artefatos reais pendurados, como roupas características de seguidores da religião. O objetivo era a construção de um ambiente crível para que fossem realizados exercícios militares que serviriam de base para os soldados escalados para atuarem na invasão de Bagdá, Basra, Fallujah e Jenin (GRAHAM, 2004, p. 35), reforçando e definindo o alvo a partir da ideia de “simulação do real”. Esses episódios retratam e constatarem um planejamento organizado em termos espaciais objetivando controlar ou eliminar seus alvos.

Elemento igualmente pertinente à discussão é pensar no apoio massivo por parte da sociedade civil ao processo de militarização. Os EUA, que representam um ator importante nesse processo por apresentar um grau elevado de militarização nas suas cidades, acaba por ser também um bom exemplo para elencar o caráter contraditório do processo. Dentre as mudanças propiciadas pelas guerras contemporâneas, está a criação de uma cidade cada vez mais marcada por um movimento de insegurança apoiado em distintos atos violentos voltados para o controle expresso, como o confinamento espacial, expulsões e mortes.

⁵ Para exemplificar tal movimento, é possível citar, no contexto dos EUA, a criação da Lei de Segurança Nacional, em 1947, do Conselho de Segurança Nacional, em 1947, e a criação da própria Central Intelligence Agency (CIA) também 1947.

Dessa forma, ao mesmo tempo que neste século as cidades são comumente associadas à diversidade e a pluralidade de informações e costumes, elas também passam a ser palco e mesmo tempo agente da reprodução e perpetuação de preconceitos e ideias que negam a vivência de grupos no espaço geográfico (KALDOR; SASSEN, 2020, p. 11). Sobre isso, é possível elencar diversas falas recentes que reforçam essa nova forma de entender as dinâmicas realizadas nas cidades.

Outro equívoco é achar que o presente momento pode ser interpretado de forma individualizada, sem considerar as raízes históricas. No caso dos EUA, por exemplo, a perpetuação da violência pode ser assentida em diferentes momentos da política estadunidense. Por mais que as guerras tenham sido questionadas em muitos períodos, o país sempre manifestou a intenção de representar feitos grandiosos, apresentando uma imponente estrutura bélica-militar. Essas estratégias datam inicialmente o período pós Segunda Guerra Mundial, quando a intenção, ainda que na teoria, estava voltada para a possibilidade de reduzir novos conflitos. No entanto, com o passar dos anos, episódios de guerra foram sendo noticiados com uma certa frequência: invasão na Somália, em 1993, que contou com o apoio da ONU para combater “milicianos” da região; guerra em Kosovo, em 1999, a partir de uma intervenção militar mediada pela OTAN; a busca por Saddam Hussein, político iraquiano, em 2003, e o atentado de 11 de setembro de 2001, realizado nos EUA, com autoria assumida pelo grupo Al-Qaeda. Mesmo falando de governos e de contextos que embora estabeleçam relações, são distintos, é possível falar de uma inclinação do país por intervenções militares diversas (BACEVICH, 2005, p. 209) que contribuíram para inúmeros prejuízos e perdas, principalmente para os países diretamente atacados.

E cada vez mais as notícias afastam a expectativa de que esses episódios constituem um capítulo superado da política estadunidense: enquanto em 2020 o ex-presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou que 700 soldados seriam retirados da Somália; em 2022, uma nova operação também direcionada para o país foi autorizada por Joe Biden, atual presidente⁶. Ou seja: ainda que haja a troca do chefe de Estado, ou uma mudança em termos estratégicos, os alvos e as estruturas de poder são mantidas em boa parte com anuência da sociedade civil, que reconhece essa estratégia bélico-militar como algo necessário.

Em função disso, o caso dos EUA revela mais um elemento pertinente: o fato de a militarização não estar, necessariamente, no controle de mãos militares ou das demais instituições que estabelecem relação direta com eles. O que acontece é que a sociedade, de uma maneira geral, passa a defender com afincamento e justificar tais práticas, contribuindo para uma “redefinição militar da realidade” (ARANTES, 2019, p. 49). E essa defesa passa a ser percebida nos detalhes que se impõem no cotidiano, como a imposição de barreiras, muros ou a contratação de serviços ligados à segurança. Dessa forma, a militarização pode ser direta, quando os militares são postos para atuar na segurança interna das cidades; mas também pode ser indireta, quando polícias e outros órgãos semelhantes assumem práticas e condutas típicas de exércitos.

A violência atravessa a sociedade americana como uma corrente elétrica, oferecendo prazer instantâneo de todos os mercados de entretenimento comercial, sejam produtos de Hollywood, TV ou videogames que glorificam a matança. A nível político, a violência impulsiona uma gigantesca indústria armamentista e uma política externa militarista, e é cada vez mais a principal ferramenta do Estado punitivo para impor sua marca *hyped-up* de terrorismo doméstico, especialmente contra imigrantes e pessoas de cor (GIROUX, 2017, p. 104. Tradução nossa).

⁶ Biden autoriza Exército dos EUA a voltar à Somália e capturar terroristas, diz jornal. G1, 16 mai, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/05/16/biden-autoriza-exercito-dos-eua-a-voltar-a-somalia-e-capturar-terroristas-diz-jornal.ghtml> Acesso em: out, 2022.

Assim sendo, a violência que hoje paira nos Estados Unidos e serve de modelo para outros países como é o caso do Brasil, tem origens históricas. É possível estabelecer uma relação sobre o modo imperialista de “almejar” a paz desenvolvido por alguns países, e a consequente adoção de práticas violentas no dia a dia que ganham corpo nas cidades, que, inclusive, são marcadas por fortes interesses econômicos.

De todo modo, como afirma Giroux (2017, p. 104), “a sociedade civil está se degenerando em uma organização militar, um espaço de terrorismo doméstico e práticas semelhantes à guerra, organizadas principalmente para fins de controle social, violência estatal e vigilância”. Embora com suas especificidades, os referidos casos apresentam características que são próprias de um capitalismo global que fornece caminhos expressos e legitima a lógica militar, bem como sua adoção pela sociedade civil. Apresentados os termos gerais dessa discussão, a missão passa a ser ilustrar alguns elementos referentes ao caso brasileiro, e mais precisamente, ao Rio de Janeiro.

3.3 A Militarização nos Trópicos: o Caso do Rio de Janeiro

A história do Brasil é marcada por um longo período ditatorial realizado entre os anos 1964 e 1985. Embora superado em termos legais, ele deixou consequências significativas para a segurança pública do país. Alguns autores apontam que embora outras intervenções militares tenham sido efetivadas no território em contextos pretéritos, 1964 passa a ser um marco de uma estrutura pensada e organizada pelos militares no Brasil, assumindo um caráter de permanência e utilizando diretamente a violência e a repressão.

Além do controle exercido pelos militares, algumas mudanças na legislação são dignas de serem pontuadas em função de sua relevância. Em março de 1967, o Decreto-Lei nº 337 definia que as Polícias Militares ficariam responsáveis pelo policiamento ostensivo e por uma atuação preventiva direcionada para áreas específicas onde pudessem ser registradas violações à ordem geral. Amoroso (2019, p. 134) destaca que o momento em que o Exército tornou a Polícia Militar como uma força auxiliar responsável pelo patrulhamento das ruas coincide com um dos momentos mais repressivos do período. Nos registros históricos, é possível observar o recrudescimento de movimentos que tinham um caráter criminalizador e eram direcionados para áreas favelizadas.

No início da década de 1980 ocorreram algumas mudanças políticas que estabeleciam relação com a estagnação dos governos militares que já proporcionavam uma insatisfação popular crescente. É interessante, neste momento, observar como a formação dos policiais militares à época estava voltada justamente para fortalecer a lógica militar. Dentre as disciplinas que deveriam ser cursadas ao longo do seu processo formativo, existia a “armamento e tiro; técnica policial militar; operações de defesa interna e territorial e guerra revolucionária” (RELATÓRIO GERAL DA PMERJ, 1979, p. 67 *apud* AMOROSO, 2019, pp. 146 e 147). Dessa forma, é possível pensar sobre a relação de proximidade que existia entre os militares e as polícias militares, e sobre como essa relação pode ter contribuído para o fortalecimento direto de um pensamento ostensivo que pode ser percebido na atualidade.

Mais tarde, com a nova Constituição de 1988, mudanças foram propostas a fim de reestabelecer a autonomia dos civis e garantir o alinhamento com os padrões democráticos. No entanto, alguns pontos se mantiveram os mesmos da Constituição que data 1967, dentre eles, os que tratavam sobre a segurança pública e o poder desempenhado pelas Forças Armadas e Policiais Militares. A redação da Constituição foi dividida em oito grandes comissões, além de diversas subcomissões. Sobre o tema em questão, criou-se a Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, que teve como porta voz o deputado Ricardo Fiuza, que embora declarasse abertamente a sua falta de conhecimento em relação aos militares, foi um

apoiador ferrenho de seus interesses. Inclusive, seu trabalho foi voltado para assegurar a autonomia das Forças Armadas perante as Polícias Militares, impedindo que houvesse uma separação entre “ordem interna” e “ordem externa” do país, e que as tropas militares federais fossem vistas como forças de reserva das Polícias Militares.

Todavia, é possível concluir que o Brasil atravessou momentos históricos que apontaram para uma aproximação ideológica e prática entre os militares e as forças policiais que pode ser percebida principalmente a partir do final da década de 1970. A forma de agir compartilhada dessas forças contribuiu para a visão de existir uma guerra em curso, além da existência de inimigos que precisariam ser combatidos. Esses inimigos não surpreendentemente passaram a ser reconhecidos em territórios favelizados. Sobre isso, é importante pontuar que o déficit de dados relativos à violência e às desigualdades ficam ainda mais graves quando se pensa no caso desses territórios. Assim sendo, determinados grupos passam a ser observados como inimigos seguindo os preceitos militares, e há um apelo maior para o controle relativo à circulação desses mesmos grupos no espaço urbano (AMOROSO, 2019, p. 152).

Ao discorrer sobre a história do Rio de Janeiro, é possível dizer que a partir da década de 1980 passou a ser feita uma associação do estado com à questão da violência. Embora se fale sobre outros municípios, as notícias elencavam quase predominantemente os casos acontecidos na cidade do Rio de Janeiro em função da sua relevância política e econômica, ainda que regiões como a Baixada Fluminense do Rio de Janeiro já apresentassem números expressivos em relação a esse ponto. A partir disso, diversos candidatos foram eleitos trazendo consigo projetos voltados para o combate à violência e à criminalidade, além de um apelo pelos tempos áureos vividos em outro momento, responsáveis por fornecer para a cidade o *status* de maravilhosa.

A lógica violenta que passou a ser reforçada na cidade e a consequente estigmatização de áreas periféricas e favelizadas não é espontânea. De acordo com Barreira (2013, p. 130), essa história precisa ser contada a partir das atividades industriais realizadas no início do século XX na cidade. Junto a um grupo que estava inserido na lógica produtiva do estado, tinha um segundo, que se aproximava da precarização e da informalidade e que passou a ser direcionado para áreas mais distantes do centro. A consequência dessa dinâmica é ocupação dos subúrbios situados na Zona Oeste da cidade, e o início de um processo de verticalização através da ocupação de morros situados nas redondezas de áreas centrais.

No entanto, a partir de 1970, a cidade passa a viver uma crise econômica de proporção nacional. As atividades cidadinas, à vista disso, sofreram fortes abalos, e, por isso, o crescimento urbano cada vez maior não estava alinhado a uma oferta de trabalho para pessoas, ou melhorias dos aparelhos urbanos. O resultado esperado e que logo se concretizou, foi a estagnação do crescimento econômico e o aumento do número de excluídos na cidade.

Uma vez que a violência estivesse circunscrita a uma porção territorial empobrecida, ela não se apresentava enquanto uma grande ameaça ou problema para a sociedade civil. A partir do momento em que a crise se agrava e que as formas violentas passam a ser verificadas em outros espaços, incluindo aqueles frequentados por classes médias e altas, a percepção social muda, e, conseqüentemente, as preocupações. A sensação de insegurança reforçava a incapacidade do estado de lidar com algumas questões, ao mesmo tempo que contribuía para o fortalecimento de uma ideia de que as favelas, locais de moradia de boa parte dos excluídos da sociedade, deveriam ser os grandes alvos das ações de segurança uma vez que elas concentravam pessoas criminosas. O clima de instabilidade reportado fez com que, inclusive, houvesse uma diminuição significativa nas taxas de turismo para a cidade.

Diante desse contexto, a década de 1990 é apontada como um ano expressivo para o processo de militarização do espaço urbano no Rio de Janeiro, já que os referidos problemas sociais passaram a ser respondidos através de uma criminalização cada vez mais forte de determinados grupos e espaços, e pela idealização de distintas operações policiais e militares

cujo objetivo, ainda que de forma velada, era o controle desses espaços e pessoas criminalizadas. Tal cenário fica ainda mais evidente a partir das intervenções feitas pelas Forças Armadas ao longo dos anos, que deixando seu papel habitual, passaram a atuar na segurança interna das cidades.

À época, essas operações eram vistas como parte de uma série de políticas urbanas voltadas para a tentativa de reverter a imagem negativa da cidade que passava a planar também no exterior do país. Uma vez que a visão desejada fosse recuperada, seria possível estabelecer nexos com setores empresariais que atuassem em escala global. Todas essas mudanças se aproximavam da visão de que seria urgente modernizar a cidade, representando uma “adaptação forçada das condições de reprodução social à dinâmica econômica internacional” (BARREIRA, 2013, p. 137), na expectativa de consolidar uma percepção de cidade global que facilmente pudesse estabelecer conexão com outras metrópoles. Dessa forma, com a visão de *cidade empreendedora, empresarial* ou *global*, acontece uma militarização que segue a lógica do urbanismo militar, trazendo para o contexto urbano práticas evidentes de controle.

Nas últimas décadas, não apenas no Brasil a segurança pública se tornou mais (re)militarizada. Forças policiais de todo o mundo se militarizam, adotando equipamentos e táticas militares, mudam sua forma de treinamento e mesmo sua estética e seu vocabulário, aproximando a simbologia policial à militar. Em países centrais e periféricos, de todos os continentes, a imagem do policial coberto de armadura e fortemente armado (submetralhadoras, fuzis, blindados) está presente em repressões violentas a protestos e operações especiais (VALENTE, 2017, p. 17).

Como dito anteriormente, embora seja possível falar de uma metrópole que se militariza com o passar dos anos, é inquestionável o fato de a cidade do Rio de Janeiro apresentar os exemplos mais significativos tanto nos números relativos à recorrência de algumas ações, quanto nas avaliações a respeito das consequências deixadas por elas. Portanto, seja através de uma Polícia Militar que segue padrões militares, ou das Forças Armadas, que estão cada vez mais sendo requisitadas no contexto urbano para desempenhar a função de patrulhamento, o que se verifica são ações quase sempre de grande porte e que acabam sendo difíceis de distinguir uma vez que os alvos, objetivos e práticas são muito similares.

Dessa forma, a partir da atuação de policiais militares em chacinas como as que aconteceram no Vigário Geral (1993) e na Candelária (1995), ou através da ocupação da cidade pelas Forças Armadas nas Operação Rio I (1994) e Operação Rio II (1995), em que as Forças Armadas passaram a atuar diretamente no controle das favelas e demais bairros periféricos da capital, há um crescente aceno para uma militarização direta ou indireta. E é justamente nessa dificuldade de definição sobre as operações ou agentes responsáveis que se ratifica o ganho de escala da militarização.

A partir da década de 1990, é possível reforçar algumas datas importantes para a presente discussão. A primeira delas estabelece relação com a presença dos militares em favelas, interferindo na circulação livre de moradores através de inúmeras práticas, fato que se repetiu em outros momentos da história da cidade. Sobre a Operação Rio, que teve sua segunda fase em 1995, mesmo que ela tenha permitido, como afirmam Barreira e Botelho, que a atuação dos militares ocorresse unicamente em casos considerados extremos, suspeitos ou que apresentassem algum tipo de risco (2013, p. 119), ela representa, junto da primeira fase da Operação, pontos elementares relativos à estrutura militarizada que se fixou na metrópole nos anos seguintes.

As Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), previstas na Lei Complementar nº 97/1999, são efetivadas em situações em que ocorre um esgotamento das forças de segurança tradicionais. A partir delas passa a ser permitido que os militares cumpram funções que geralmente são restritas às polícias, por tempo determinado, até que haja um restabelecimento

da situação considerada normal (RODRIGUES; ARMSTRONG, 2019, p. 11). Para que uma GLO seja concedida, é necessário que um processo seja aberto pelos estados interessados junto ao Governo Federal.

Sobre o número das GLOs empregadas, entre 1992 e 2017, 19 aconteceram no Rio de Janeiro, sendo 14 na cidade do Rio de Janeiro. Dentre elas, 7 estavam relacionadas à segurança pública e uma estava relacionada ao crime organizado. As demais compreendem eventos, como a Eco 92, em 1992; ou a Jornada Mundial da Juventude, em 2013. Segundo o Fórum de Segurança Pública, entre 2017 e 2021 ocorreram 12 operações no estado, sendo que só em 2019 aconteceram 5. O estado do Rio de Janeiro só perde para os seguintes: Pará (45), Amazonas (21), Roraima (17), Paraná (16) e Mato Grosso do Sul (15)⁷.

Algumas operações realizadas por militares nos últimos anos merecem destaque: Morro da Providência, em 2006 e 2008; Vila Cruzeiro, em 2010; Complexos do Alemão e Penha em 2011 e o Complexo da Maré, em 2014. Embora as referidas operações tenham sido bastante discutidas e até televisionadas, como é o caso da Vila Cruzeiro, que rendeu um vasto conteúdo jornalístico repassado em canais do mundo todo, além de fortalecer a ideia de guerra urbana no imaginário social; é possível situar a intervenção federal no Rio de Janeiro, que aconteceu no dia 16 de fevereiro de 2018 e foi concluída no final do ano após diversos escândalos, como uma nova etapa da militarização.

A intervenção foi responsável por fornecer ao Rio de Janeiro o reconhecimento de *laboratório da militarização*, ou seja, como sendo um momento para a efetivação de testes de estratégias e práticas de combate à violência. Nesse caso em particular, ainda que exista um longo histórico que aponte para a utilização das Forças Armadas na segurança pública por intermédio das GLOs e para uma violência excessiva muitas vezes praticada por agentes do estado, há uma mudança na política de segurança e, conseqüentemente, uma ampliação na forma autoritária de mediar os conflitos que se dão na cidade. Quanto a equipe operacional mobilizada, contempla-se, além das Forças Armadas, as secretarias estaduais da segurança pública (SESEG), as secretarias de administração penitenciária (SEAP); a secretaria de defesa civil (SEDEC), a Polícia Federal (PF), a Polícia Rodoviária Federal (PRF), a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e as Guardas Municipais dos municípios do Estado do Rio de Janeiro (GM) Além do corpo de bombeiros (CBERJ), a polícia civil (PCERJ) e a polícia militar do Rio de Janeiro (PMERJ) (RODRIGUES, ARMSTRONG, 2019, p. 10).

No entanto, é importante fazer um adendo sobre as políticas relativas à segurança pública e a sua relação com a economia. Na intenção de se construir uma cidade atrativa e aberta para investimentos estrangeiros, era necessário que medidas fossem tomadas a fim de afastar as características de desordem sentidas, dentre elas, a violência. As referidas intervenções, incluindo a intervenção federal no Rio de Janeiro, seguem essa prerrogativa. De acordo com Rodrigues e Armstrong (2019, p. 7), durante o mês de junho de 2016, o governador do estado à época, Francisco Dornelles, decretou estado de calamidade financeira alegando que a crise econômica vivida impactaria na realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos que seriam realizados naquele ano, e na oferta de serviços essenciais à população, como a segurança pública. A partir desse decreto, o estado recebeu um crédito extra da União no valor de 2.9 bilhões. Com a intervenção federal realizada em 2018, além das forças armadas passarem a ter gerência sobre as polícias, os bombeiros e o sistema prisional, começaram negociações relativas à transferência de recursos federais para à segurança pública no Rio de Janeiro, evidenciando o caráter econômico e estratégico da intervenção.

⁷ E empata numericamente com o estado do Rio Grande do Sul, que também soma 12 operações ao longo dos anos.

Contudo, episódios anteriores acabam sendo elementos elucidativos, como a construção do projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), iniciado em 2008, quando a cidade se preparava para receber os megaeventos esportivos. Aponta-se, neste momento, para um projeto de cidade voltado para a atração de capital na tentativa de respaldar uma ideia de “cidade vendável” (VALENTE, 2017, p. 10).

Dentre os objetivos da instalação das unidades, tem-se a retomada do território e a devolução do poder ao Estado, subentendendo que aquelas áreas estavam sendo controladas por grupos armados que tivessem domínio de território. No entanto, desde o princípio, essas unidades foram instaladas de forma desigual e em pontos estratégicos que estabeleciam relação com locais de distinção, funcionais no sentido econômico, e em áreas próximas de pontos onde aconteceriam os jogos. A ideia era além de diminuir as taxas sobre violência urbana, diminuir a visibilidade dos conflitos, sobretudo em áreas de alta renda (BARREIRA, 2013, p. 15) responsáveis por atrair investimentos dos mais diversos, além de turistas. Sobre o projeto das UPPs:

Ele se articula à expansão do sistema de vigilância estatal sobre as “comunidades” com base no policiamento permanente e nos programas sociais de administração da pobreza, além de estimular processos de valorização imobiliária nas áreas abrangidas pelas UPPs. Em um primeiro momento, de forma apenas experimental, as ocupações e limitariam às pequenas favelas da Zona Sul. Em seguida, as UPPs chegaram à Cidade de Deus, considerada estratégica por dar acesso à Barra da Tijuca, bairro que lidera o ranking de altos investimentos imobiliários (BARREIRA, 2013, p. 146).

Esse modelo veio acompanhado de gastos exorbitantes, de denúncias e até mesmo de remoções, seguindo um padrão de tirar de vista a camada da população de supérfluos. Mas, ainda assim, duas outras consequências podem ser listadas: a primeira refere-se a uma reformulação da espacialidade do crime, que se movimenta a partir da instalação das UPPs. Sobre isso, alguns pesquisadores demonstram e defendem que não houve uma redução do poder exercido pelos grupos criminosos, mas uma migração de poder sentido outras áreas. Tal fato é evidenciado quando se percebe que alguns grupos passaram a ocupar os subúrbios ou a direcionar sua atuação para os municípios da Baixada Fluminense do estado. Além disso, como segunda consequência, destaca-se a formação das milícias, que passam a ser motivo de intensas discussões principalmente a partir de 2006, aumentando seu território e poder nos anos seguintes, se tornando o grupo com maior território no estado do Rio de Janeiro na atualidade, mesmo sendo mais recente se comparado aos demais (GENI, 2022). De acordo com a OLERJ, existem 38 unidades de polícia pacificadora em operação, sendo 37 na cidade do Rio de Janeiro, e uma em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.

Quadro 1. Distribuição espacial das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro.

Zonas do Rio de Janeiro	Zona norte	Zona sul	Centro	Zona oeste	Baixada fluminense
Áreas com UPPs	Borel; Formiga; Andaraí; Salgueiro; Turano; São João, Matriz e Quietos; Macacos; Mangueira; Nova Brasília; Fazendinha; Adeus e Baiana; Alemão; Chatuba; Fé e Sereno; Parque Proletário e Vila Cruzeiro.	Santa Marta; Babilônia e Chapéu Mangueira; Pavão-Pavãozinho e Cantagalo; Tabajaras e Cabritos; Escondidinho e Prazeres; Rocinha; Vidigal e Cerro-Corá.	Providência; Coroa, Fallet e Fogueteiro e São Carlos.	Cidade de Deus; Batan e Vila Kennedy.	Complexo da Mangueirinha.

Dados: governo do estado do Rio de Janeiro (2022).

A distribuição das UPPs não possui uma regularidade. O maior número pode ser visto em favelas na Zona Norte, nos bairros de classe média próximos à área central da cidade, como é o caso da Tijuca e da Vila Isabel, que apresentaram uma valorização imobiliária nos últimos anos decorrentes das intervenções para os megaeventos. Já em relação à Zona Sul, trata-se da área urbana mais cara do Rio de Janeiro, concentrando bairros com elevadas rendas mensais. A unidade Santa Marta, que abrange o morro do Santa Marta, em Botafogo, foi a primeira UPP do Rio de Janeiro. Ao partir de um critério de áreas mais afetadas pela violência urbana, essa área não deveria ser uma prioridade, visto que outros pontos apresentavam índices mais elevados.

Recentemente, a segurança pública do estado do Rio de Janeiro optou por traçar uma nova estratégia: a criação do Segurança Presente. A primeira unidade foi inaugurada em janeiro de 2014, no bairro da Lapa, localizado na porção central da cidade do Rio de Janeiro. Segundo informações do próprio site do governo do estado, o local foi escolhido em função de um “aumento da criminalidade” e de uma consequente insegurança sentida pelos moradores e comerciantes da região. O programa, além de atuar de forma complementar ao 5º BPM (Centro), pretendia aumentar a sensação de segurança e atrair turistas e demais frequentadores para o bairro, potencializando o comércio local, que é composto por diversos bares e centros culturais.

Assim, de acordo com site oficial, a Operação Segurança Presente se constituiu como um modelo pautado na “proximidade”, voltado para ações de segurança pública, cidadania e

atendimento social. E mais: elas “deveriam zelar e promover pelo reordenamento urbano, prestar atendimento social e garantir o direito de ir e vir da população do Rio de Janeiro”. Sobre a composição das operações, os efetivos são preenchidos principalmente por policiais militares, civis egressos das Forças Armadas e assistentes sociais. Os patrulhamentos podem ser feitos através de viaturas, mas também a partir de motocicletas, bicicletas ou a até mesmo a pé. Como as demais medidas anteriormente apresentadas, o maior número de operações efetivas acontece na cidade do Rio de Janeiro, como será demonstrado nos quadros e mapa seguintes.

Quadro 2. Distribuição das Operações Segurança Presente na cidade do Rio de Janeiro

Zonas da cidade do Rio de Janeiro	Zona sul	Zona norte	Zona oeste	Centro
Áreas com a realização do Segurança Presente	Base Aterro; Base Botafogo; Base Copacabana; Base Cristo Redentor; Base Ipanema; Base Lagoa; Base Laranjeiras e Base Leblon,	Base Bonsucesso; Base Irajá; Base Madureira; Base Méier; Base Tijuca e Base Grajaú/Vila Isabel;	Base Barra da Tijuca; Base Bangu; Base Jacarepaguá e Base Recreio dos Bandeirantes.	Base Largo da Carioca; Base Praça XV; Base Praça Mauá; Base Presidente Vargas; Base Praça Cruz Vermelha e Base Lapa.

Dados: governo do estado do Rio de Janeiro (2022).

Quadro 3. Distribuição das Operações Segurança Presente em outras regiões do estado do Rio de Janeiro⁸.

Baixada Fluminense	Leste Fluminense
Nova Iguaçu - Base Austin. Belford Roxo - Base Belford Roxo. Duque de Caxias - Base Caxias. Itaguaí - Base Itaguaí. Nova Iguaçu - Base Nova Iguaçu. Magé - Base Magé. Queimados - Base Queimados. São João de Meriti - Base São João de Meriti. Paracambi - Base Paracambi. Japeri - Base Japeri.	Niterói - Base Centro; Base Icaraí e Base São Francisco. São Gonçalo - Base São Gonçalo.

Dados: governo do estado do Rio de Janeiro, 2022.

⁸ Embora ainda não conste na página oficial, existe uma unidade do Segurança Presente instalada no município de Seropédica, na Baixada Fluminense.

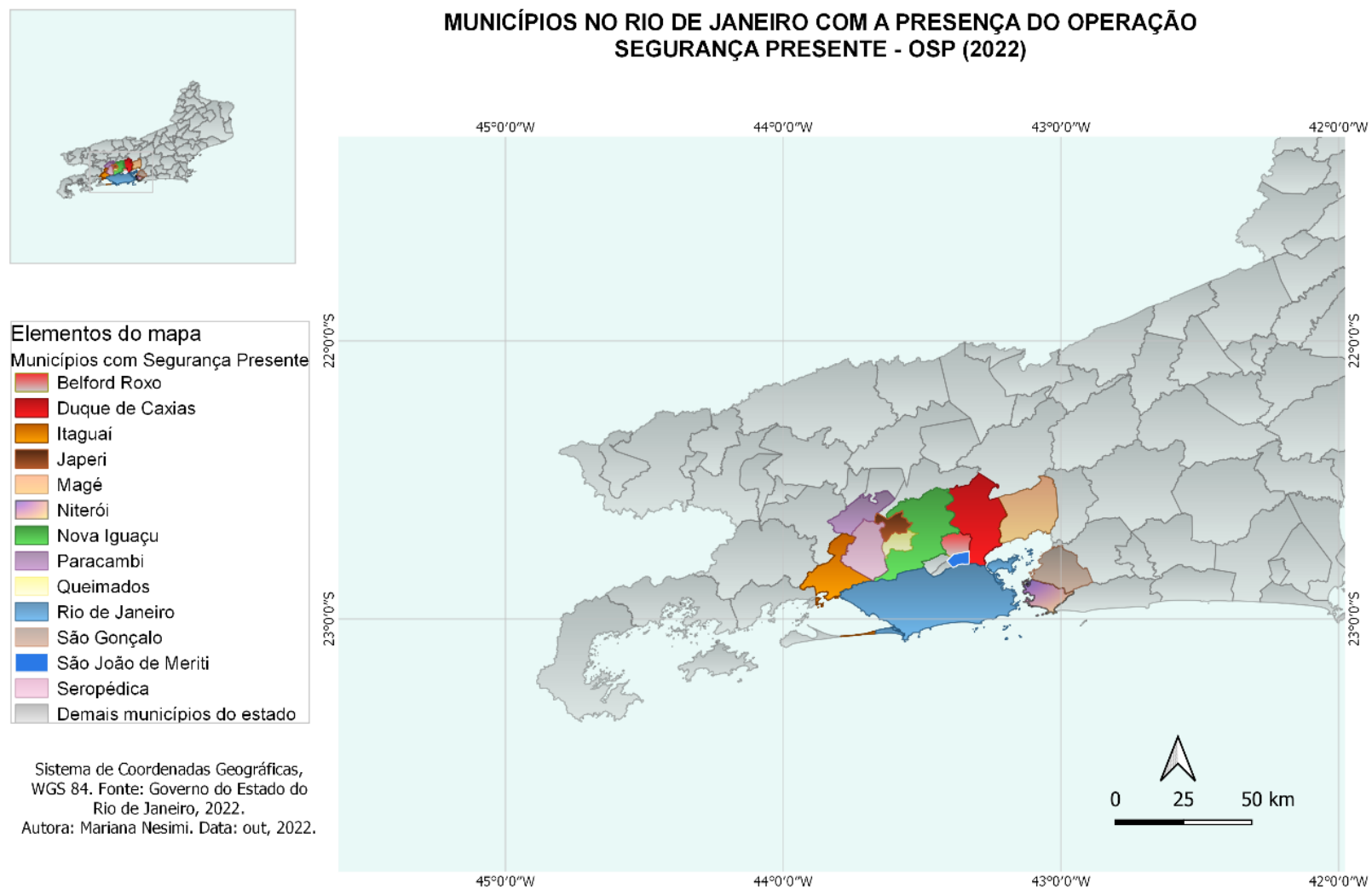


Figura 2. Municípios no estado do Rio de Janeiro com o Segurança Presente (2022).

Dados: Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2022.

Assim como no caso das UPPs, as áreas que receberam, em um primeiro momento, o Segurança Presente, são centrais. De acordo com dados do próprio projeto, as primeiras unidades foram: Base Lapa, no centro da cidade, em 2014, e Bases Aterro e Lagoa, na Zona Sul, em 2015. Outra unidade criada no mesmo período que as da Zona Sul, foi a base Méier, na Zona Norte.

Até o presente momento, foi apresentada uma análise geral sobre como a militarização do espaço urbano ocorre nas cidades, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, recorte espacial do trabalho. A intenção passa a ser destacar a questão das prisões dentro desse contexto. Como destaca Stephen Graham (2016, pp. 176 e 177), “o controle militar também engloba o encarceramento penal”. Em consonância com essa percepção, autores como Bauman (1999) e Wacquant (2008) ressaltam como as prisões têm sido efetivadas por motivos cada vez mais banais e de forma cada vez mais corriqueira, se tornando alternativas ao movimento de superfluidade e exclusão. Portanto, o encarceramento passa a ser entendido enquanto uma das formas assumidas pelo processo de militarização do espaço urbano.

3.4 Prisões e o Confinamento Espacial

Frente ao exposto, ratifica-se a relação entre o processo de militarização do espaço urbano e as prisões, uma vez que o primeiro é responsável por criar um clima geral de instabilidade que é comumente respondido através da implementação do controle à vida social e que pode se manifestar de muitas formas no espaço, incluindo através do confinamento espacial. Esse último, ainda que possua suas variações, pode ser entendido principalmente a partir do encarceramento, que representa uma radicalização do movimento de tirar de circulação uma parcela de pessoas por um longo período ou, em casos ainda mais extremos, de forma definitiva.

É importante evidenciar que para além dos conceitos de crimes e de leis existentes, elementos que não serão abordados nessa dissertação por extrapolar os objetivos pretendidos, torna-se fundamental pensar nos respectivos movimentos históricos responsáveis por tornar grupos de pessoas habilitadas ou passíveis de um tipo de punição cujo foco central é a imobilização espacial e a negação, principalmente, da vida urbana. Como demonstra Bauman (1999, p. 113), o encarceramento tem sido visto ao longo dos anos como uma peça chave para lidar com “setores inassimiláveis e problemáticos da população, difíceis de controlar” ou ainda que essa forma voltada para garantir o confinamento é uma “alternativa ao emprego, uma maneira de utilizar ou neutralizar uma parcela considerável da população que não é necessária à produção e para a qual não há trabalho ao qual se reintegrar” (BAUMAN, 1999, p. 119).

Antes de apresentar o caso do Rio de Janeiro, é necessário estabelecer uma mediação com a história geral, ciente de que se trata de um movimento global e em expansão. Nos últimos anos, muitos países aumentaram seus gastos com a construção de unidades prisionais e com o incremento de aparatos tecnológicos voltados para o controle, forças policiais ou militares. Além disso, constatou-se um aumento no número de apreensões efetuadas. Como também demonstrado anteriormente, todas essas mudanças estão atreladas a uma ideia de construir espaços que sejam vistos como seguros para a sociedade civil, mas também para o mercado. Mais do que ações voltadas para o combate ao crime, ocorre uma criminalização de alguns espaços e bairros que não coincidentemente, concentram níveis elevados de pobreza e desemprego.

Dessa forma, há a regulamentação de uma vida que é permeada pelo controle. Como demonstra Bauman, a instalação de alarmes, guaritas, muros, ou a efetivação de condomínios fechados, são faces de um mesmo processo de controle à céu aberto, que possui o encarceramento como um dos seus desdobramentos principais (BAUMAN, 1999, p. 133). A

agressividade do seu movimento pode ser vista não só pelo seu crescimento orgânico ou pela expansão do número de pessoas presas, mas também através das mudanças que as próprias cidades passam a apresentar. Embora uma tendência ao encarceramento em massa possa ser verificada em alguns países, é no caso dos EUA, país com a maior população carcerária do mundo, que ela fica mais evidente. Por isso, para contar a história das prisões e de um confinamento espacial que passa a ser cada vez mais perceptível nas cidades, é importante que alguns pontos da história sejam trazidos ao debate, como as políticas implementadas e as demais mudanças no entendimento das prisões e dos prisioneiros.

Inicialmente, é necessário destacar que ao longo da história do país muitas instituições voltadas para o confinamento e controle dos afro-americanos foram efetivadas nos EUA. Segundo Wacquant (2003, p.107), existem três fases principais. A primeira seria a escravidão, que durou entre 1776 e 1865, quando foi abolida pela Décima Terceira Emenda. A segunda estaria relacionada ao sistema Jim Crow, que consistia em uma série de leis que assentiam a discriminação e a segregação racial nos estados do país, além de diminuir de forma drástica as condições de vida e de ascensão social para os negros. De acordo com alguns autores, esse sistema buscava, ao mesmo tempo, assegurar o controle relativo à força de trabalho dos escravizados que passavam a ser necessários para a economia, mas sem promover qualquer tipo de mudança estrutural na base étnica-social do país. Já a terceira, seria a formação dos guetos, que seriam resultado da concentração dos “descendentes de escravos nas metrópoles industriais”.

As mudanças no mundo do trabalho decorrentes da Segunda Guerra Mundial, impactaram a população civil como um todo. No entanto, é certo dizer que a população negra foi ainda mais afetada, inclusive no período pós-guerra, reduzindo as possibilidades de reconstrução de suas vidas. De acordo com Hinton (2016, p.28), durante o ano de 1940 foi registrado um número de desemprego equivalente, com pouca variação: brancos (9%) e negros (11%), no entanto, já no ano de 1960, uma diferença alarmante se torna evidente quando observado que os negros representavam 36% dos americanos desempregados, mesmo correspondendo a 12% da população total do país. Esses números podem ser explicados pelo processo acelerado de desindustrialização vivido pelo país em que muitos empregos foram extintos ou direcionados para o exterior ou para os subúrbios, que concentravam as classes médias e altas (WANG, 2022, p. 154).

Com o desemprego, veio a pobreza acompanhada pela segregação. A consequência foi uma migração robusta sentido os centros industriais localizados na parte Norte e Oeste do país. Dessa forma, diversas cidades tiveram suas populações bruscamente modificadas: no início da década de 1960, 31% da população negra estava distribuída em doze cidades do norte, como Detroit, Filadélfia e Baltimore (HINTON, 2016, p. 29), o que acendeu um alerta em políticos do Estado. Nesse contexto, surgiram os guetos. De acordo com Wacquant (2003, p. 117), eles são formados por quatro elementos que se misturam e fornecem características próprias ao território: estigma, coação, confinamento territorial e segregação institucional.

Dessa forma, os guetos são territórios de grupos “eticamente homogêneos” que são obrigados a se organizarem para garantir condições básicas de vida, negadas por outros setores da sociedade. Em função dessas características assumidas, alguns autores, como é o caso do próprio Wacquant, o comparam com as prisões, à medida que, por extensão, eles passam a significar o afastamento para um grupo que está em condições econômicas e sociais desfavoráveis.

Todos os dois têm por missão confinar uma população estigmatizada de maneira a neutralizar a ameaça material e/ou simbólica que ela faz pesar sobre a sociedade da qual foi extirpada. É por esta razão que o gueto e a prisão tendem a desenvolver padrões relacionais e formas culturais que ostentam espantosas similaridades,

merecedoras de um estudo sistemático em contextos históricos e nacionais diversos. (WACQUANT, 2003, pp. 108 e 109).

A partir da eleição de Richard Nixon (1969 – 1974), ocorreram mudanças significativas na questão da legislação voltada para às drogas. Havia-se o entendimento na época de que os comportamentos individuais eram a justificativa para os problemas relativos às desigualdades sociais. Essa ideia determinista moldou as políticas de governo, inaugurando um período mais aberto à questão do encarceramento. Em 1968, alguns estados apresentavam taxas de desemprego crescentes que superavam os 7% (IUGALIA-HOLLON; COOPEER, 2018, p. 36).

Já a partir da eleição de Jimmy Carter (1977 – 1981), tem-se a noção de que assuntos como desemprego, crime e outros temas relevantes socialmente deveriam ser administrados pelo governo federal. Embora discursasse favoravelmente ao sistema penitenciário do país, elencou discussões importantes que tinham sido colocadas em segundo plano anteriormente, como, por exemplo, as possíveis origens dos crimes ocorridos no país.

Com a efetivação de alguns projetos sociais voltados na década de 1960 para setores como educação e renda, havia uma expectativa de diminuição das disparidades sociais entre brancos e negros. No entanto, em meados da década de 1970, um número expressivo de famílias negras ficou abaixo da linha da pobreza oficial, além de acontecer um aumento no número do desemprego dos negros e do encarceramento, sobretudo de homens jovens negros com baixa escolaridade. Diante desse quadro e reconhecendo que os negros estavam mais sujeitos à condição de marginalidade e exclusão, Carter passou a discursar pelo fim de uma atuação ostensiva da polícia federal e a pensar na formulação de programas sociais voltados para a criação de empregos e de habitação (HINTON, 2016, p. 278).

Entretanto, o referido governo também foi marcado por atitudes contraditórias. Junto a ideia reproduzida pelo senso comum de que a crise urbana só poderia ser encerrada a partir do encarceramento, mesmo com uma tentativa de promoção de alguns debates, Carter concordou com a implementação de práticas voltadas para o controle em determinadas áreas urbanas do país, entendendo que o controle punitivo em áreas de pobreza e segregadas poderia ser uma forma de reverter os efeitos da crise urbana que era agravado a partir da questão do trabalho: como demonstra alguns autores, trabalhadores frustrados que não conseguiam se inserir na lógica do mercado acabaram sendo direcionadas para às prisões, o que também aconteceu com aqueles que não conseguiam empregos estáveis e foram trabalhar como policiais ou agentes penitenciários (IUGALIA-HOLLON; COOPEER, 2018, p. 37).

Ao observar essas contradições, é possível refletir sobre uma mudança tímida no entendimento de gestão da pobreza ocorrida. Em um primeiro momento, parecia que o foco deixava de ser o patrulhamento ostensivo típico de uma guerra urbana, passando a dar lugar para uma outra visão de cidade, embasada em uma ideia estratégica de revitalização, desenvolvimento e superação das desigualdades. No entanto, observando em termos mais gerais, nota-se que o Carter teve um trabalho de continuidade no que tange às guerras travadas contra a pobreza e o crime. Dentre outros programas de destaque criados, evidencia-se o “espaço defensável”, projetado nos anos anteriores tentando a idealização de um planejamento urbano comprometido com o combate à criminalidade, promovendo segurança e impactando diretamente na paisagem urbana. Assim, edifícios foram construídos e iluminações e demais dinâmicas que envolviam a circulação urbana foram modificadas, a fim de evitar a possibilidade da realização de crimes. Como demonstra Elizabeth Hinton (2016, p. 289), essas mudanças que eram direcionadas, principalmente, para às áreas segregadas, deram margem para a consolidação de um ambiente carcerário que incorporava técnicas próprias das instituições coercitivas.

Em termos de resultados, é possível dizer que não houve mudanças estruturais no governo Carter. Inclusive, alguns bairros registraram um aumento no número de desemprego e

na ocorrência de crimes. Ainda que o discurso parecesse conservar mudanças significativas dos governos anteriores, nota-se uma série de convergências. A visão de gerenciamento do crime e da pobreza, perseguida por Carter, acabou tendo como principal consequência a institucionalização de um “estado carcerário em bairros urbanos segregados” (HINTON, 2016, p. 281).

O encarceramento em massa está enraizado em lugares específicos, mais notavelmente em uma guerra altamente visível em bairros negros urbanos desfavorecidos. No entanto, o estado carcerário nos Estados Unidos é parte de uma rede muito maior e complexa de políticas, sistemas, interesses e ideologias que desempenham um papel em seu crescimento e manutenção (IUGALIA-HOLLON; COOPEER, 2018, p. 132. Tradução nossa.).

Gradativamente, a centralidade dos guetos no que tange à regulação e confinamento foi perdendo força. Já na década de 1960, eles davam indícios de que eram instituições que seriam superadas com o tempo, quando se percebeu que eles não conseguiriam mais reter ou fornecer mão de obra de trabalho. Sendo assim, constatou-se que os guetos se tornaram territórios cuja única função era conter um grupo de desajustados economicamente. Contudo, uma série de manifestações foram realizadas com o objetivo de dar fim a esse modelo de segregação racial, sobretudo quando ocorreram avanços legais significativos para a população negra, o que envolve a consolidação de alguns direitos civis.

Os guetos passaram a não ser mais tolerados principalmente pelos afro-americanos. No entanto, isso ainda não era o suficiente para que fosse garantido uma reformulação geral das práticas segregacionistas empreendidas à época. Como consequência desse movimento contestador, parte da população branca migra para os subúrbios estadunidenses na tentativa de “afastar o espectro da igualdade social na cidade” (WACQUANT, 2003, p. 115). Ademais, essa mesma parcela da população passa a apoiar com veemência políticas de repressão voltadas para garantir a “lei e a ordem” no país. A adoção dessas medidas contribui para que ocorresse a consolidação de uma lógica penal também fora das prisões.

Essas mudanças também são consequências do governo em questão. Com a eleição de Ronald Regan (1981-1989), inaugura-se um novo plano estratégico que inclui políticas voltadas para o confinamento de alguns grupos, consistindo em um recrudescimento de medidas adotadas em governos anteriores. A partir de um discurso de ordem conservadora de cunho religioso, declarou-se uma guerra contra às drogas, o que, necessariamente, passava pela criação de leis voltadas para o confisco de propriedades em caso de crimes relacionados às drogas e um endurecimento de penas também voltadas para o mesmo tema. Nesse momento, em termos comparativos, os negros passaram a ficar mais suscetíveis ao aprisionamento do que qualquer outro grupo étnico do país (IUGALIA-HOLLON; COOPEER, 2018, p. 33). O discurso conservador estabelecia uma proximidade evidente com o racismo e com ideias que criminalizavam afro-americanos e seus territórios.

Foi também durante a década de 1980 que o encarceramento em massa ganhou corpo nos EUA. Contudo, contrariando as falas proferidas por políticos conservadores e pelo senso comum, os crimes que levavam as pessoas até às prisões não representavam um aumento da criminalidade violenta, mas apontavam para o fato de as punições e, respectivamente, suas formas, terem sido modificadas a partir do endurecimento de algumas penas circunscritas a crimes específicos, como os que envolviam drogas. Um exemplo contundente é a implementação da política do *Three Strikes and You're Out*, durante o governo Regan, que previa prisão perpétua aos que cometessem três crimes anteriormente notificados. A partir dessas mudanças, as prisões passaram a ser preenchidas por pessoas que tinham cometido pequenos delitos que não tinham um caráter violento.

Mike Davis (2009, p. 263), também refletindo sobre o caso dos Estados Unidos da América, evidencia que esse fenômeno se estendeu para os anos seguintes. Entre o final da

década de 1980 e 1990 o autor vai demonstrar como a construção de unidades prisionais passou a ser um problema no espaço urbano à medida em que elas poderiam “manchar” uma imagem de cidade pretendida. Caso fosse atestada uma expansão dessas unidades dentro do contexto urbano, que em função dos limites das cidades ocorreria através de uma verticalização, prédios comerciais e unidades penitenciárias passariam a ter alturas semelhantes, fazendo com que trabalhadores e prisioneiros estivessem no mesmo nível, no campo de visão um do outro. Esse cenário poderia indicar uma humanização das prisões, não porque elas necessariamente causariam uma comoção nos demais civis, mas porque ele romperia com a lógica de isolamento e afastamento dos circuitos sociais que é marca da estrutura penal.

No entanto, com o crescimento da população prisional, a perspectiva de expansão das unidades se tornou um dado de realidade. Assim, na intenção de reduzir potenciais conflitos, foi utilizada uma espécie de “camuflagem” na arquitetura fazendo com que as unidades prisionais pudessem compor, harmonicamente, as cidades. De forma paradoxal, bem como ocorre uma mudança na disposição das casas e comércios que passam a requerer um aspecto de fortaleza voltado para a reclusão; as prisões passam a ser reorganizadas para que se pareçam com prédios comuns, se “tornando arquitetonicamente naturalizadas como objetos estéticos” (DAVIS, 2009, p. 263). De acordo com essa perspectiva, Wang (2022, p. 56) fala sobre *um espaço policiado sendo transformado em um espaço carcerário*.

Dessa forma, ainda que determinados governos tenham apresentado políticas mais enérgicas voltadas para o controle e uma inclinação para o encarceramento em massa, é possível dizer que todos os presidentes recentes dos Estados Unidos da América não assumiram um compromisso estratégico com o rompimento de um sistema punitivo e racializado. Medidas punitivas ganharam novas roupagens, mas a visão e o desejo por um confinamento espacial dos indesejáveis foram mantidos. Sobre isso, em uma matéria publicada pela CNN, em 2021, a respeito de um relatório produzido pela ONG The Sentencing Project, concluiu-se que negros eram cinco vezes mais encarcerados do que brancos no sistema penal estadunidense⁹.

Como apontam Ryan Lugalía-hollon e Daniel Cooper (2018, p. 29), em 2012, algumas cidades do país como Atlanta, Baltimore, Los Angeles e Chicago que apresentavam uma disparidade entre os que recebiam muito e aqueles que estavam excluídos da lógica de mercado, também são cidades que registraram um histórico de seletividade e punição direcionada para áreas empobrecidas. A radicalização do processo acontece de forma tão significativa no país que existe uma estimativa, apresentada por uma pesquisa da Universidade de Cornell, que indicaria que 45% da população dos EUA tinha um familiar próximo que já passou, em algum momento de sua vida, por uma unidade prisional¹⁰.

O confinamento espacial também pode assumir mais uma característica pertinente à discussão: para além da remoção dos indesejáveis das cidades, há a transferência de presos para áreas rurais, povoadas por comunidades majoritariamente brancas, que também sofrem com o crescente desemprego e os impactos da desindustrialização vivido pelo país ao longo dos anos. O encarceramento poderia representar, portanto, uma forma do Estado oferecer alternativas para a população branca rural que sofria por décadas em função de uma decadência econômica (GILMORE, 2007, p. 22). O desejo era que esses estabelecimentos penais pudessem se desdobrar na geração de postos de trabalho, de forma direta ou indireta.

Assim, no caso dos EUA, a construção das prisões em áreas majoritariamente rurais tem movimentado setores comerciais, além de ter fornecido uma esperança desesperada para

⁹ CARREGA, C. EUA prendem cinco vezes mais negros que brancos em prisões estaduais. **CNN Brasil**, 13 out, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eua-prendem-cinco-vezes-mais-negros-que-brancos-em-prisoas-estaduais/> Acesso em: out, 2022.

¹⁰ BATTAGLIA, Rafael. Quase metade dos americanos tem um familiar próximo que já foi preso. **Super Interessante**, 11 mar, 2021. Disponível em: <https://super.abril.com.br/sociedade/quase-metade-dos-americanos-tem-um-familiar-proximo-que-ja-foi-presos/> Acesso em: out, 2022.

comunidades desempregadas: desde a rede hoteleira que é criada para receber familiares e amigos de presos, ou até o fornecimento de serviços como transporte, comida ou acompanhamento jurídico, às vezes até informais, esses postos de trabalho são criados e sustentados a partir da ocorrência do *status* relativo às cidades prisionais (IUGALIA-HOLLON; COOPEER, 2018, p. 133). Como afirma Gilmore, as prisões podem ser vistas como “uma solução geográfica que pretende resolver problemas sociais, removendo de forma extensiva e repetitiva as pessoas de um ambiente desordenado e desindustrializado, e depositando-os em outro lugar.” (2007, p. 14).

Ao observar a história do sistema punitivo brasileiro, destacando suas particularidades e diferenças, é possível observar alguns pontos de contato com a história estadunidense, o que mais uma vez justifica esse breve retrospecto. Autores apontam para uma nova forma de gerir a miséria em operação que estaria alinhada a um projeto neoliberal de economia voltado para a sua desregulamentação. É fato que desde a década de 1990, de forma tardia, esse modelo chega ao Brasil fazendo com que ocorra uma criminalização ainda mais evidente de determinados grupos, além de um aumento exponencial nos dados referentes ao encarceramento.

Assim como nos EUA, o Brasil também é marcado por um longo período de escravização e de mudanças na legislação voltadas para a criminalização dos negros. E é também diante de governos neoliberais que ocorre o mencionado recrudescimento do encarceramento, quando não coincidentemente investimentos que antes eram voltados para políticas de bem-estar passam a ser direcionados para à segurança. De acordo com diferentes agências internacionais, o Brasil, quando se trata do encarceramento, só fica atrás dos Estados Unidos, China e Rússia.

No entanto, um ponto eloquente para os que pretendem ou estudam a questão do encarceramento é a dificuldade do acesso aos dados. Ainda que exista o Levantamento de Informações Penitenciárias (Infopen), que disponibiliza estatísticas variadas que vão desde a faixa etária das pessoas presas até a média salarial recebida dentro das unidades pelos detentos, é possível notar uma série de mudanças ao longo do tempo no que diz respeito a exposição desses dados. Essas sucessivas mudanças podem, em termos, dificultar ou prejudicar análises. Na Figura 3 pretende-se apresentar dois dados que ao nosso ver são importantes para demonstrar um encarceramento em massa em curso.

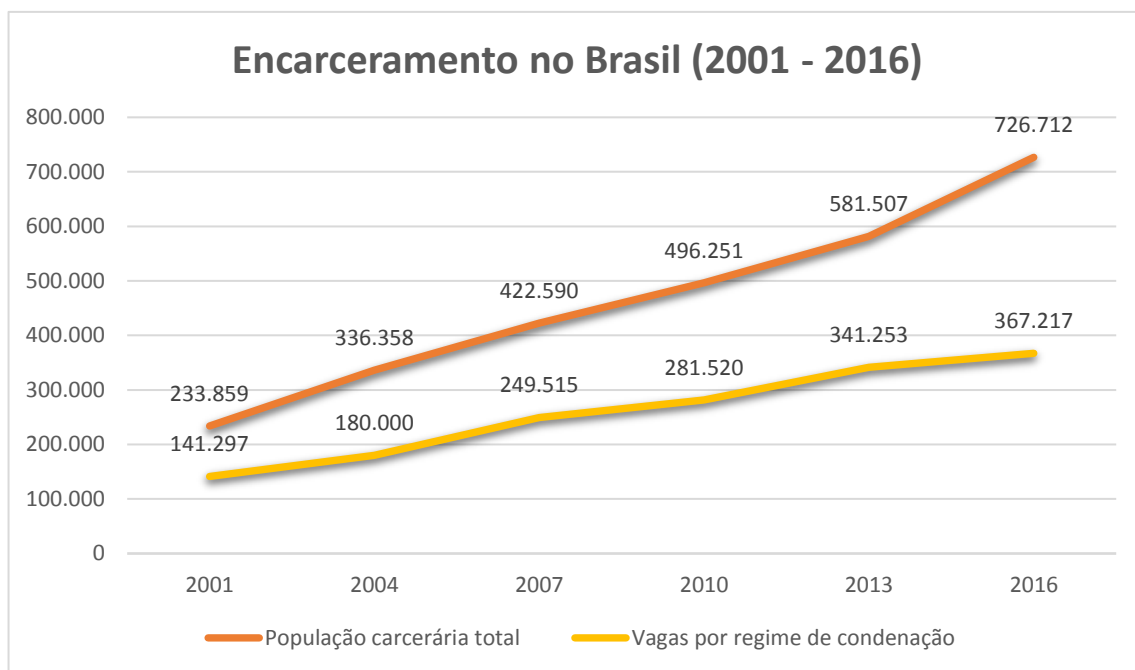


Figura 3. Perspectiva do encarceramento no Brasil (2001- 2016).

Dados: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen).

O gráfico foi formulado a partir de dados disponíveis pelo Infopen. De forma proposital, adotou-se um esquema de contagem que compreende o intervalo de três em três anos com o objetivo de tentar incorporar um período mais expressivo. Com esses dados, percebe-se não só um aumento significativo da população prisional, como também uma ampliação no número de vagas no sistema, o que reitera um apelo às prisões como se elas fossem uma solução. Embora existam dados mais recentes acerca do sistema penal brasileiro, a nova sistematização dos números apresentada pelo Infopen não compreende a forma e os índices escolhidos e elencados neste momento, o que dificultaria uma análise mais ampla.

Ainda assim, por mais que tenham acontecido algumas oscilações que variam em cada ano, é possível destacar que o aumento da população prisional continua sendo uma constante. De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), durante a pandemia aconteceu um aumento de aproximadamente 60 mil pessoas no sistema, elevando a população penal a 919.651 e garantindo ao país o terceiro lugar com a maior população carcerária do mundo, ficando atrás da China e dos Estados Unidos da América¹¹. Segundo diferentes análises, esse crescimento pode ser associado ao período da pandemia e ao aumento do que é previsto no direito como furtos famélicos, que acontecem quando pessoas furtam bens de pequeno considerados essenciais para à sobrevivência, como alimentos e remédios.

Esse aumento populacional não é seguido por uma tentativa de repensar os padrões punitivos, tampouco por uma disponibilidade de vagas nas unidades prisionais, o que faz com que haja uma decadência geral no sistema. Em relação à superlotação, por exemplo, o Rio de

¹¹ Número de presos no Brasil bate recorde após pandemia e aumento da fome. **Yahoo notícias**, 6 jun, 2022. Disponível em: https://br.noticias.yahoo.com/numero-de-presos-no-brasil-bate-recorde-apos-pandemia-aumento-da-fome-130532039.html?guccounter=1&guce_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2xlLmNvbS8&guce_referrer_sig=AQAAAKXUcbLZGgHsvIEfKle4bOuy7tHyKWvbuk2z_Xg8M_O7LrzG5JRiC0BjdRI82-RzfsqD2yVMTCPi4xVU_EgErwIXx4vOdd6iAtRtHhtMOCpWRZK8C0NZ5dTGzCtN_TPSJu13A7uvsBAJ7excTjqhJmKcJEAXFARbzyT4eUwMFjt Acesso em: dez, 2022.

Janeiro apresenta um déficit de vagas de 45.41% (CNJ, 2022). De acordo com a Olerj (2022), as unidades que apresentam as maiores taxas de superlotação no Rio de Janeiro estão situadas no Gericinó, na Zona Oeste do Rio de Janeiro: Penitenciária Alfredo Trajan; Instituto Penal Plácido Sá Carvalho; Cadeia Pública Paulo Roberto da Rocha; Presídio Elizabeth Sá Rego; Penitenciária Muniz Sodré e Cadeia Pública Jorge Santana.

Ao propor um estudo sobre a relação entre prisões e o confinamento espacial, sobretudo no caso do Rio de Janeiro, é necessário situar as favelas nessa discussão. Sendo resultado direto de um processo de urbanização desigual, inicialmente, elas eram moradia para as pessoas que não podiam ocupar outras partes da cidade e eram também marcadas por uma funcionalidade, oferecendo força de trabalho barata e serviços para outras áreas.

Sua funcionalidade, no entanto, não foi o suficiente para impedir que violências fossem direcionadas para elas. Desde sua constituição, a partir de diferentes discursos, as favelas se tornaram alvos de políticas intervencionistas e repressoras. A história confirma essa afirmação: no início dos anos 1900, as justificativas dadas para respaldar as ações acompanhavam a ideia de que as favelas significavam um dano à saúde, já que eram locais insalubres e que poderiam favorecer a proliferação de doenças. Esse período foi marcado pela aplicação forçada de vacinas por agentes de saúde que pertenciam ao governo do Pereira Passos e subiam as favelas acompanhados por policiais para auxiliar na coação.

Mais tarde, em meados de 1930, as favelas passaram a ser compreendidas de outra forma, sendo transformadas em um trampolim político para algumas administrações que visavam garantir eleições através do apoio popular. Dessa maneira, governos passaram a exaltar o caráter “trabalhador” e “honesto” dos moradores. No entanto, essa visão também era atravessada por diversos preconceitos e acabava contribuindo com a produção de mais violência comumente direcionada para esses espaços. É a partir desse novo discurso que o Estado começa a promover programas voltados para a urbanização dessas áreas, bem como a remoção de outras (NESIMI; BOTELHO, 2019, p. 291). Portanto, o que ocorre é uma mera mudança na justificativa para a realização de tais operações.

A partir das consequências deixadas pelo processo de industrialização no Brasil, quando a geração de empregos não acompanhou o fluxo de pessoas que migrou para as cidades, foi percebido um aumento da desigualdade que poderia ser avaliado em termos espaciais, já que houve um crescimento do número de favelas existentes. O que acabou se agravando nos anos que se sucederam, com os baixos registros relativos ao crescimento econômico do estado mais a perda do seu poder político com a transferência da capital.

No entanto, embora se trate de um período longo, foi a partir de 1980 que passou a ocorrer um aumento ainda maior na expansão das favelas no Rio de Janeiro, e, evidentemente, de uma parcela de excluídos, marginais em termos econômicos. À medida em que as favelas vão perdendo gradativamente sua função, elas passam a ser alvos diretos de um aprofundamento da segregação social conhecida na cidade, que agora passa a apresentar características típicas de um confinamento. Com isso, ainda que a criminalização e a estigmatização façam parte da história das favelas, até um momento elas eram toleradas. Quando a manutenção da vida urbana passa a não depender mais dos serviços antes oferecidos, elas passam a ser descartadas e direcionadas cada vez mais para um limbo social.

Entretanto, é possível estabelecer não uma relação direta entre as favelas e as prisões como se elas fossem algo “natural”, mas uma relação das favelas enquanto espaços historicamente criminalizados com as prisões, inicialmente construídas para tirar de circulação os indesejáveis. Sendo assim, não é que as favelas concentrem pessoas que poderão futuramente cometer crimes, seguindo uma lógica de que todos os moradores são potenciais criminosos; o que há em operação, na verdade, é uma criminalização que em um primeiro momento taxa uma população para mais tarde respaldar ações que muitas vezes são arbitrárias e questionáveis. Na tentativa de afastar ainda mais esses indesejáveis da vivência urbana, há diferentes mecanismos

contundentes de contenção que igualmente negarão o direito à vida urbana, como é o caso das prisões. Essa relação é evidenciada a partir da consolidação do processo de militarização, que pode ser ratificado pelo número de operações realizadas, mas também no número de instituições prisionais construídas.

3.5 Paisagem Prisionarizada

Ao elaborar um retrospecto geral sobre a história das prisões e sobre sua relação com as cidades, questão central para esse tópico, nota-se que quando elas passaram a ser adotadas como substitutas para as penas corporais durante o Iluminismo, havia uma ideia de que a construção das prisões nas cidades teria um caráter disciplinador, uma vez que representariam a “justiça na paisagem urbana” (JÚNIOR, 2013, p. 47). Assim, do XVIII até o XX as prisões nutriam uma relação estreita com as cidades. Com as conseqüentes mudanças decorrentes tanto do crescimento delas quanto as próprias mudanças realizadas na sociedade, outros pontos passaram a ser considerados.

Algumas pesquisas elaboradas recentemente, em diferentes ciências, buscam evidenciar a relação entre as unidades penais e as cidades. Carlos Eduardo Monteiro Araújo é um desses autores que salienta a necessidade de observar os processos que levaram o afastamento das prisões do espaço urbano ou até mesmo a implosão, como é o caso do Complexo Penitenciário Frei Caneca, que começou a ser levantado no ano de 1850, no centro do Rio de Janeiro, e foi implodido em 2006, abrindo espaço para a construção de um conjunto habitacional do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), com 2500 apartamentos no total¹².

O Complexo, que começou a ser desativado aos poucos, passou a ser visto como um local inviável para a operação de unidades prisionais. A partir do crescimento acelerado da cidade, o local representava fácil acesso para rotas de fuga sentido Zona Sul e Norte. Além disso, em função das constantes disputas territoriais estabelecidas no território, era comum que tiroteios fossem efetivados no morro de São Carlos, situado na parte de trás do Complexo. Esses vitimaram, inclusive, apenados do Complexo (ARAÚJO, 2007, p. 158) que deveriam, de acordo com a lei, ser resguardados e protegidos pelo Estado enquanto estivessem cumprindo suas penas.

A proximidade com a área central da cidade também se mostrou um problema quando, em 2004, aconteceu uma rebelião em uma das unidades que ficava dentro do Complexo, a Milton Dias Moreira. O batalhão de operações especiais da Polícia Militar foi acionado para conter o avanço da rebelião e a ação durou aproximadamente duas horas. Como consequência direta, onze pessoas ficaram feridas, sendo dez pessoas que estavam cumprindo pena e um policial. Mesmo com a realização de uma ação ostensiva, relatos indicam que pelo menos cinco pessoas conseguiram fugir naquele dia¹³. Todos esses fatos levaram a crer que essas instituições deveriam ser extintas porque tinham atingido um ponto de saturação.

Ao contrário do que algumas pessoas acreditavam, a demolição dos prédios não corresponde a um interrompimento de uma história punitiva na cidade. Em dezembro de 2006, os últimos apenados que ainda estavam lotados no Complexo Frei Caneca foram direcionados para o Complexo Gericinó, que passou a ser construído a partir de 1980, na Zona Oeste da cidade (ARAÚJO, 2007, p. 158). Dessa forma, percebe-se uma substituição espacial das

¹² Frei Caneca, mais antigo presídio do país, é implodido. **G1**, 13 mar, 2010. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL1528052-5606,00-FREI+CANECA+MAIS+ANTIGO+PRESIDIO+DO+PAIS+E+IMPLODIDO.html> Acesso em: out, 2022.

¹³ PM invade presídio para conter rebelião no Rio. Diário Online, 05 jun, 2004. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/231615/pm-invade-presidio-para-conter-rebeliao-no-rio> Acesso em: out, 2022.

unidades: para além do discurso de que as cidades não podem receber esses estabelecimentos, é interessante pensar onde, dentro delas, é possível construir essas unidades. O “isolamento geográfico” se torna questionável à medida que se verifica que parte dessas unidades são de relativo fácil acesso e estão conectadas, pensando no caso da cidade do Rio de Janeiro, com uma das avenidas mais importantes da cidade, que é a Avenida Brasil.

De acordo com a Lei de Execução Penal – LEP, Lei 7210/84, art. 90, alguns estabelecimentos penais devem ser construídos longe dos centros urbanos por fins de segurança, tentando impedir fugas ou rebeliões. No entanto, esse afastamento não pode restringir ou dificultar que a visitação de parentes ou familiares ocorra, o que, teoricamente, é parte importante do processo de reabilitação das pessoas aprisionadas.

Igualmente de acordo com a LEP, os estabelecimentos prisionais são edificações públicas, administradas pelo sistema Federal ou Estadual, voltadas para o cumprimento de penas e que apresentam variação quanto ao tipo, características, segurança etc. Além disso, elas precisam apresentar serviços que garantam à assistência, à educação, o trabalho, esportes e recreação. Elas podem ser divididas em alguns grupos que serão apresentados a seguir.

As Penitenciárias são destinadas às penas de reclusão para presos provisórios ou condenados que deverão possuir celas individuais. Nos casos das Penitenciárias femininas, elas devem, necessariamente, conter seções para gestantes, parturientes e creches para crianças maiores de seis meses e menores de sete anos. De acordo com o art. 90, a penitenciária masculina deverá ser construída em locais afastados dos centros urbanos sem restringir a visitação. A Colônia Agrícola, Industrial ou Similar é voltada para o cumprimento da pena em caráter de regime semiaberto, em alojamentos coletivos e sem extrapolar a capacidade máxima permitida.

Penas privativas de liberdade em regime aberto e a pena de limitação de fim de semana são características das Casas do Albergado. De acordo com o art.94, esses estabelecimentos devem estar situados próximos aos centros urbanos e distante de outros estabelecimentos penais, além de não possuir obstáculos físicos contra eventuais fugas. O art. 95 garante que essas casas devem possuir acomodações para pessoas em cumprimento de pena e locais disponíveis para a realização de cursos e palestras voltados para a orientação delas. Os Centros de Observação, instalados em unidades autônomas ou em anexo ao estabelecimento penal, serão espaços destinados para a realização de exames gerais ou criminológicos, que, posteriormente, serão encaminhados para o setor competente, que é a Comissão Técnica de Classificação. Também nesse estabelecimento poderão ser feitas pesquisas criminológicas.

O Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico é destinado para os casos daqueles que são considerados como inimputáveis ou semi-imputáveis penalmente, representados pelos possuidores de doenças mentais ou que apresentam um desenvolvimento mental incompleto ou retardado, fazendo com que o crime cometido não seja compreendido pela pessoa que o praticou. Por fim, as Cadeias Públicas são estabelecimentos voltados para absorção de presos provisórios. Segundo o art. 103, cada comarca deverá possuir no mínimo uma Cadeia Pública que deverá resguardar ao preso o direito de permanecer próximo ao seu meio social e familiar. Já o art.104 assegura que esses estabelecimentos devem ser construídos em áreas próximas aos centros urbanos.

Abaixo, é demonstrado uma tabela que contempla dados extraídos do Conselho Nacional do Ministério Público. Com dados de 2019, serão apresentados os tipos de estabelecimentos e a quantidade, respectivamente, no Brasil, no estado do Rio de Janeiro, e, por fim, na cidade do Rio de Janeiro. Uma questão chama atenção: de acordo com esses dados, independentemente da porção geográfica de observação, há um predomínio das Penitenciárias, que, como já demonstrado, são estabelecimentos penais para presos provisórios ou em regime fechado que devem ser construídas em ambientes distantes do espaço urbano. Paradoxalmente, a população carcerária é composta, principalmente por presos provisórios que não passaram

pelo processo de julgamento. Alguns dados, inclusive, demonstram que o número de condenados que se encontra em unidades prisionais cresceu 1253% entre 1990 e 2010¹⁴, sendo a maioria de presos provisório. Segundo a definição respaldada pela lei, eles deveriam estar preferencialmente em Cadeias Públicas, construídas em áreas próximas ao centro.

Tabela 2. Tipos de Unidades.

Área de estudo	Tipos de estabelecimentos	Quantidade de estabelecimentos
Brasil	Cadeias Públicas	557
	Casa do Albergado	36
	Centro de Observação	18
	Criminológica/Remanejamento	93
	Colônia Agrícola, Industrial ou Similar	30
	Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	663
	Penitenciária	1397
Estado do Rio de Janeiro	Total	10
	Cadeia Pública	1
	Casa do Albergado	10
	Colônia Agrícola, Industrial ou Similar	4
	Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	25
Cidade do Rio de Janeiro	Penitenciária	50
	Total	5
	Cadeia Pública	1
	Casa do Albergado	6
	Colônia Agrícola, Industrial ou Similar	3
	Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	16
	Penitenciária	31

Dados: Conselho Nacional do Ministério Público (2019).

A instalação das unidades é um debate que divide opiniões: de um lado, há aqueles que não querem ser associados ou que seus respectivos bairros sejam associados às unidades prisionais. O que em alguns casos se torna uma tarefa árdua, já que determinados bairros apresentam expansões territoriais tão significativas que chegam a ficar bem próximas dos estabelecimentos prisionais.

Junior (2009, p. 222), em um estudo contundente sobre as prisões na cidade de São Paulo, demonstrou que no caso do estado, as prisões não eram construídas em bairros pobres ou que concentravam um número elevado de crimes. De acordo com o autor, elas estariam em locais de fácil acesso à metrópole, com estruturas que garantissem a conexão entre os municípios e a capital. Essa conexão, em muitos casos, é motivo para que diversas manifestações contrárias aconteçam. O próprio trabalho do autor traz uma série de mobilizações que foram realizadas a partir da não-aceitação da instalação dos aparelhos prisionais nos municípios.

De acordo com o Censo realizado em 2010, dentre os dez municípios de São Paulo que apresentaram maior crescimento no país, quatro ganharam estabelecimentos penais¹⁵. Tal fato

¹⁴ NASCIMENTO, Stephany. Sistema carcerário brasileiro: a realidade das prisões no Brasil. Politize, 10 mar, 2022. Disponível em: [https://www.politize.com.br/sistema-carcerario-brasileiro/#:~:text=2%2D%20Presos%20Provis%C3%B3rios&text=Os%20dados%20mostram%20que%2C%20do.%25\)%20de%20procurados%20pela%20Justi%C3%A7a](https://www.politize.com.br/sistema-carcerario-brasileiro/#:~:text=2%2D%20Presos%20Provis%C3%B3rios&text=Os%20dados%20mostram%20que%2C%20do.%25)%20de%20procurados%20pela%20Justi%C3%A7a). Acesso em: out, 2022.

¹⁵ LAGE, J.; BANDEIRA; L. Prisões "inflam" cidades no interior de SP. **Folha de São Paulo**, 4 dez, 2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0412201018.htm> Acesso em: out, 2022.

tornou comum que os moradores desses municípios se manifestassem abertamente contra a chegada dessas unidades, uma vez que elas parecem ter acentuado a violência nesses locais, antes entendidos como pacatos e tranquilos. Os mencionados elementos confirmam o caráter contraditório que pode emergir dessas relações, já que as prisões simbolizam “o símbolo institucional do conflito entre sociedade e transgressores, daquelas pessoas consideradas problemas” (JÚNIOR, 2013, p. 272). Ainda como ponto desfavorável existe uma preocupação cada vez maior com uma eventual desvalorização das residências.

No entanto, como também demonstrado a partir do caso estadunidense, há os que considerem que elas podem ser alternativas financeiras interessantes, uma vez que serviços são criados e sustentados em função das próprias unidades, mas também através do fluxo de movimentação de pessoas atraído pelas visitas, por exemplo. Fato que fica ainda mais perceptível em municípios menores, com baixa arrecadação, que enxergam a possibilidade de receber unidades prisionais como uma grande oportunidade.

De todo modo, existem muitas pesquisas elaboradas por diferentes áreas ou órgãos competentes indicando as irregularidades cotidianamente presentes nas prisões, paradoxalmente, ao invés de ser traçado um caminho voltado para seu fim, cada vez mais ela parece estar presente na sociabilidade urbana.

Inclusive, pessoas são eleitas ou buscam eleições com discursos cada vez mais punitivistas e que, em alguns casos, ferem diretamente os direitos humanos estabelecidos pela Constituição Federal do país. A título de exemplificação do presente argumento, o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, em mais de um momento proferiu discursos agressivos frente à questão carcerária. Em julho de 2019, quando ocorreram disputas entre facções na penitenciária de Altamira, no Pará, que acabaram com cinquenta e sete vítimas fatais, quando questionado sobre o caso ele respondeu que os jornalistas deveriam fazer perguntas para “as vítimas dos que morreram” naquele dia¹⁶. Também foi durante seu mandato que o auxílio-reclusão, destinado para familiares dos presos que sofreram um abalo nas suas rendas mensais com a prisão de um componente da família, chegou a apresentar uma queda da metade do valor total no ano de 2021¹⁷. Por fim, caso ainda mais recente é o da Clarissa Garotinho, candidata não-eleita ao senado pelo Rio de Janeiro e agora apoiadora do governo Bolsonaro. Uma das pautas principais da sua campanha foi a castração química para pessoas que cometeram o crime de estupro, por mais que essa prática seja uma violação dos direitos básicos de acordo com diversos juristas¹⁸. Portanto, para além dos discursos essencialmente violentos, ocorre uma radicalização que é amparada por um forte apelo popular.

3.6 A radicalização do Processo de Militarização: o Apelo Direto às Prisões

Dessa forma, é possível dizer que as unidades prisionais se tornaram banais no cotidiano através da efetivação cada vez mais evidente de um processo que é voltado para a produção de violência e o controle. Alguns exemplos recentes podem ser trazidos para essa discussão. Em

¹⁶ ‘Pergunta para as vítimas dos que morreram’, diz Bolsonaro sobre massacre. **Veja**, 30 jul, 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/pergunta-para-vitimas-dos-que-morreram-diz-bolsonaro-sobre-massacre/> Acesso em: out, 2022.

¹⁷ RODRIGUES, D. Sob Bolsonaro, auxílio para famílias de presos desaba 50,8%. **Poder 360**, fev, 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/sob-bolsonaro-auxilio-para-familias-de-presos-desaba-508/> Acesso em: out, 2022.

¹⁸ SABOIA, G. Castração química de abusadores, proposta por Clarissa Garotinho na TV, é inconstitucional, apontam juristas. **Extra**, 01 set, 2022. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/castracao-quimica-de-abusadores-proposta-por-clarissa-garotinho-na-tv-inconstitucional-apontam-juristas-25564805.html> Acesso em: out, 2022.

uma matéria de 2016, da Agência Brasil, foi constatado que o governo federal liberaria 1.2 bilhões do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) para que investimentos fossem feitos tanto na construção de novos estabelecimentos penais, como na sua modernização¹⁹. Em outra matéria, de 2020, é exposto o projeto da Secretaria estadual de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro que envolve a elaboração de unidades penais verticais²⁰. O projeto, no entanto, apresentou uma série de falhas como carência da ventilação dos prédios, ou falta de estrutura adequada para o oferecimento de serviços elementares, como salas de enfermaria disponíveis para o atendimento.

Ao mesmo tempo, o Rio de Janeiro, em 2021, anunciou a construção de mais uma unidade no Complexo de Gericinó, com previsão de conclusão até o ano de 2026²¹. A construção dessa unidade é fruto de uma parceria entre a SEAP e o Ministério da Justiça através do Programa de Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal do Governo Federal. Essa matéria, no entanto, se confronta com outra de 2022, que aponta para o fato de o Ministério Público ter aberto um processo para averiguar possíveis irregularidades na construção de uma unidade penal também no Complexo de Gericinó, já que essas obras extrapolaram o orçamento previsto em mais de dez milhões e não foram entregues²².

Extrapolando o caráter eleitoreiro já demonstrado, é possível perceber o viés econômico da situação, uma vez que notas apontam para a possibilidade de geração de lucro para alguns grupos em função da manutenção das prisões. Assim, podemos falar sobre a ocorrência de um complexo industrial prisional, que consiste na junção de distintos interesses e manifestações voltados para à expansão dos sistemas penais. Como afirma Júnior (2013, p. 299), esses interesses são voltados para “obter vantagens econômicas da prisão, na forma de lucros crescentes, controle de recursos sociais e financeiros ou manutenção da propriedade”.

A ocorrência de um complexo industrial prisional pode ser vista de forma correlata a uma ideia maior que enxerga a segurança como sendo um negócio também lucrativo. E é também nesse ponto que se verifica a relação entre as prisões e o processo de militarização do espaço. Em um mundo com alvos em potencial dando lugar a figura dos civis, ocorre uma banalização da existência da instituição prisão e das prisões enquanto ato. De acordo com dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), sobre o estado do Rio de Janeiro, os números mais elevados a respeito das prisões em flagrante realizadas coincidem com os períodos em que houve um apelo evidente ao controle na história recente. Evidentemente, a maioria ocorreu na cidade do Rio de Janeiro.

Os primeiros dados disponíveis deste índice datam de 2006, quando aconteceram, no total no estado do Rio de Janeiro, 15.598 prisões em flagrante, ano que coincide com operações feitas pelo Exército no morro da Providência. Quando outra operação também efetivada pelo Exército ocorreu no morro, em 2008, esse número se elevou para 17.917. Já em 2010, quando aconteceu a operação na Vila Cruzeiro, e em 2011, quando aconteceu nos Complexos do

¹⁹ CHAGAS, P. Governo libera R\$ 1,2 bi para construir presídios e modernizar sistema penal. **Agência Brasil**, 28 dez, 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-12/governo-libera-r-12-bi-para-construir-presidios-e-modernizar-sistema-penal#> Acesso: out, 2022.

²⁰ SATRIANO, Nicolás. Projeto do RJ para presídios verticais apresentado ao Depen tem 'desconformidades técnicas', aponta órgão federal. **G1**, Rio de Janeiro, 31 jan, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/01/31/projeto-do-rj-para-presidios-verticais-apresentado-ao-depen-tem-desconformidades-tecnicas-aponta-orgao-federal.ghtml> Acesso em: out, 2022.

²¹ RIBEIRO, C. Governo do RJ anuncia a construção de nova penitenciária em Gericinó. **Rádio agência Nacional**, Rio de Janeiro, 28 dez, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/justica/audio/2021-12/governo-do-rj-anuncia-construcao-de-nova-penitenciaria-em-gericino> Acesso em: out, 2022.

²² BOUERI, João. MP investiga possíveis irregularidades em construção de cadeia em Gericinó. **Band News**, Rio de Janeiro, 28 jul, 2022. Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/bandnews-fm/rio-de-janeiro/noticias/mp-investiga-possiveis-irregularidades-em-construcao-de-cadeia-em-gericino-16525346> Acesso em: out, 2022.

Alemão e da Penha, esses números chegaram a 21.986 e 25.738 respectivamente. No ano de 2014, durante a operação no Complexo da Maré, o número chegou a 34.816, confirmando uma tendência bastante significativa de aumento que se sucedeu para os anos seguintes, ainda que, eventualmente, apresentasse ligeiras quedas. Em 2018, durante a intervenção federal no Rio de Janeiro, o número chegou a 33.548, para que, em 2019, se elevasse a 35.219.

A efetivação dessas prisões ou apreensões não necessariamente indicam um aumento da criminalidade, assim como a queda nos números relativos ao encarceramento não significam, necessariamente, um avanço. Sobre o caso das UPPs, de acordo com dados do Instituto de Segurança Pública (2022), entre 2015 e 2021 aconteceram 2116 mandados de prisão e 7320 ocorrências em flagrante feitas policiais escalados para as unidades. No caso dos mandados de prisão, o ano com maior número foi 2017 (385), e no caso das ocorrências, o ano de 2015 foi o mais expressivo (1783). Ainda que aparentemente esses números apresentem uma queda, eles não são suficientes para diminuir os índices relacionados à violência e nem uma lógica punitivista.

Não são raros os textos que indicam uma série de prisões que foram realizadas por policiais em exercício nas UPPs, através da justificativa de desacato, mas que estavam ligados a motivos torpes, como a realização de bailes funks. Essa relação demonstra o “dilema da construção democrática em territórios de favela versus uso de violência sobre um território que o Estado percebe como ingovernável” (SILVA, 2016, p. 329). Pensando no contexto de outras ações e operações realizadas, há muitos casos de enquadramentos e apreensões que aconteceram a partir da justificativa do “desacato” direcionado às autoridades em serviço, além de um aumento significativo também nos autos de resistência, que são as mortes em decorrência de confrontos com policiais: em 2015 eram 24 casos, chegando a 117 no final de 2017.²³

No ano da intervenção federal, em 2018, as Defensorias Públicas tanto da União quanto do estado elaboraram um requerimento que foi enviado ao interventor federal, general Braga Netto, solicitando que fossem tomadas providências a respeito de excessos cometidos ao longo das operações, dentre eles, constava a criação de protocolos sobre revistas e abordagens, além de prisões por desacato (DPU e DPRJ, 2018 *apud* RODRIGUES; ARMSTRONG, 2019, p.23). Portanto, casos de grande proporção demonstram que as prisões são uma constante no espaço urbano, se constituindo como um elemento-chave de operação do Estado.

Outras situações que apareceram ao longo do capítulo podem ser retomadas neste momento da reflexão. Como demonstrado, o elemento racial é parte estruturante do processo de militarização do espaço urbano. No que toca as prisões, ele mais uma vez é percebido quando se observa o perfil racial da população prisional da cidade, mas também do país, e nota-se que o quantitativo maior se refere à população negra e jovem. Segundo trecho do relatório sobre a intervenção federal no Rio de Janeiro, apresentado pelo IPEA:

No tocante a prisões e detenções, a marca deletéria são jovens negros, sem carteira de trabalho e reunidos em grupo. Os relatos de jovens levados a averiguação pela exclusiva condição de estarem na favela – em diferentes relatos dentro de casa – torna a referência de presunção de inocência inócua para parcela da população do Rio de Janeiro. (DPRJ, [s.d.], p. 20-22 *apud* RODRIGUES; ARMSTRONG, 2019, p. 42).

O fragmento em questão, além de evidenciar as arbitrariedades que são efetivadas e que se apoiam em elementos raciais, também reforça a ideia de que uma parte da população despossuída de emprego, pelo menos formal, se torna apta a ser tirada de circulação através do

²³ MARINATTO, Luã. Autos de resistência nas UPPs cresceram 387,5% no Estado do Rio. **EXTRA**, 19 ago, 2018. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/autos-de-resistencia-nas-upps-cresceram-3875-no-estado-do-rio-22992049.html> Acesso em: dez, 2022.

aprisionamento. Há uma convergência desses fatores que resulta em condições que asseguram uma criminalização imediata dessa população.

Nesse ponto, salienta-se em que medida as unidades penais passam, para além de assumir o papel de conter os rejeitados urbanos, a assumir características comuns e a reproduzir práticas da própria sociedade. A fragmentação territorial do poder também pode ser vista dentro das unidades; assim como a falta de emprego. Seguindo determinações legais, é necessário que pessoas em cumprimento de pena estabeleçam atividades laborais, no entanto, boa parte desses trabalhos está relacionada às ações de manutenção das unidades, como realização de faxina e comida. Os trabalhos remunerados são poucos e de difícil acesso. Ainda, é possível elencar uma precariedade desses trabalhos, o que é confirmado através de dados igualmente oficiais que indicam que muitos que trabalham não recebem a remuneração prevista na legislação.

Outro argumento interessante consiste na aproximação entre a questão racial e a tecnologia, e, mais precisamente, sua utilização para reforçar práticas desiguais e punitivas, ainda que na teoria se fale em "prevenções" e "otimização do combate à criminalidade". Recentemente, muito se falou sobre as prisões que aconteceram em função da adoção da técnica de reconhecimento facial, em que câmeras analisam as características de rostos visando identificar se eles são pessoas com pedido de prisão em andamento²⁴. Uma vez reconhecidas, policiais são comunicados para encaminhar a situação. A expansão desse aparato é sobressaída a partir do fato de existir câmeras que cumprem essa função em diferentes locais da cidade, como estádios de futebol ou *shoppings*. Evidentemente, esses estabelecimentos estão presentes em áreas centrais, onde os rejeitados urbanos são ainda mais indesejáveis.

No entanto, no início do andamento do processo já foram constatadas inúmeras falhas. Ao utilizar os dados da Defensoria Pública do estado do Rio de Janeiro, percebe-se a predominância da utilização do método no estado do Rio de Janeiro que apresenta dados mais elevados se comparado aos outros estados. Entre junho de 2019 e março de 2020, foram contados 47 casos e 58 acusados, sendo a maioria deles pessoas negras (DP RJ, 2020). Assim como as demais ações voltadas para o patrulhamento, como as UPPs e o projeto Segurança Presente, o reconhecimento facial, na cidade do Rio de Janeiro, também chegou primeiramente em um bairro da Zona Sul: Copacabana²⁵.

Dessa forma, é possível concluir que o processo de segregação urbana, em função de um aprofundamento de uma lógica militarizada da vida e do território, se aprofunda e, conseqüentemente, se associa a um movimento de banalização das prisões, uma vez que elas se tornam corriqueiras e cada vez mais aclamadas; além de reconhecidas enquanto um sinal de justiça. No entanto, esse movimento bastante complexo, é tomado por contradições que vão ser exploradas no capítulo seguinte.

²⁴ PLATONOW, Vladimir. Reconhecimento facial leva a três prisões no Rio de Janeiro. **Agência Brasil**, 2 set, 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2019-09/reconhecimento-facial-leva-tres-prisoas-no-rio-de-janeiro> Acesso em: out, 2022.

²⁵ Câmeras com reconhecimento facial são instaladas em Copacabana durante o Carnaval. **G1**, Rio de Janeiro, 01 mar, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/03/01/cameras-com-reconhecimento-facial-sao-instaladas-em-copacabana-durante-o-carnaval.ghtml> Acesso em: out, 2022.

4 CAPÍTULO III

A CIDADE MARCADA PELA CONTRADIÇÃO

Esqueci-me de falar da Zona Sul, mas lá não tem presídio, não tem cadeia, não tem carceragem. Lá é a Zona Sul, que junto com a Barra da Tijuca, formam as regiões de moradores de classe média e alta. Isso é mais complexo ainda. Prisões acontecem em todo canto da cidade, mas os presídios devem ser construídos em locais específicos e depreciados (LOURENÇO, 2022, p. 55).

4.1 Apresentando o Encarceramento na Cidade do Rio de Janeiro

Até o presente momento, uma hipótese principal mobilizou este texto: o encarceramento tem sido historicamente utilizado como um meio de conter ou tirar de circulação uma parcela da população vista como incômoda ao ordenamento urbano. Foi objetivo também elucidar o quanto essas estratégias, desempenhadas por inúmeros governos e através de diferentes projetos, inclusive fora do Brasil, estabeleceram relação com a questão racial, uma vez que ela impactava diretamente nas relações espaciais. No contexto internacional, o caso dos EUA merece destaque pelo fato de o país possuir uma história que evidencia essas tensões, já que cidades e bairros compostos por uma maioria negra, gradativamente, passaram a ser alvos de uma política ostensiva de controle que envolvia o encarceramento.

Ainda, a partir de uma mediação com o caso do Rio de Janeiro, foram destacadas as favelas da cidade que podem ser lidas enquanto espaços criminalizados em função da própria história demonstrar que projetos foram sendo direcionados para elas, na tentativa de garantir a “civilidade” e a paz de parte da população. Paradoxalmente, embora na teoria esses projetos ressaltem que as mudanças propostas seriam levadas até os moradores, não é incomum presenciar uma série de denúncias destacando a realização de ações arbitrárias, praticadas por diferentes atores, que podem envolver a invasão de casas de forma violenta ou até a realização de apreensões e prisões de seus habitantes, mesmo sem mandado de prisão.

A criminalização desses territórios é tão manifesta que a ideia de que todos os moradores são potenciais criminosos pode ser percebida no cotidiano de muitas formas. Em 2014, por exemplo, o Complexo da Maré foi palco da Operação São Francisco, a partir de uma GLO, e contou com mais de 3000 militares em exercício distribuídos pelas forças do Exército, Marinha e Força Aérea Brasileira. A finalidade da ação era contribuir com um movimento de “pacificação” que estava sendo empreendido na cidade visando a “garantia da paz” e a preservação da população. Por interferência da GLO, os militares passaram a ter amparo legal para realizar patrulhas e a cumprir mandados de busca e apreensão. Foi durante esse período que eles também receberam autorização para revistar todas as casas de duas favelas que integram o Complexo: o Parque União e a Nova Holanda²⁶. Através da expedição de um mandado coletivo, todas as casas, e, conseqüentemente, seus moradores, tornaram-se alvos imediatos de uma operação que investigava crimes que envolviam a comercialização de drogas.

Esse evento não é isolado, mas integra uma série de ações que confirmam a recorrência de um modelo militarizado e punitivo de cidade. Em 2021, o Rio de Janeiro vivenciou a chacina mais letal de sua história, no Jacarezinho²⁷, com um saldo de 25 mortes. Na tentativa de justificar a alta letalidade observada na operação, policiais disseram que quase todos os mortos eram “suspeitos”, sem justificar minimamente ou comprovar suas acusações. Em 2017, o Jacarezinho já tinha sido motivo para debates por causa de uma medida que autorizava, assim como no caso da Maré, a realização de ações voltadas para buscas e apreensões em todas as casas²⁸. Ela foi concedida após o episódio que envolveu a morte de um agente de segurança que participava de uma operação que ocorria na área. Posteriormente, essa decisão foi revista pelo

²⁶ SOARES, R. Justiça expede mandado coletivo e polícia pode fazer buscas em todas as casas do Parque União e da Nova Holanda. **EXTRA**, Rio de Janeiro, 29 de março de 2014. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/justica-expede-mandado-coletivo-policia-pode-fazer-buscas-em-todas-as-casas-do-parque-uniao-da-nova-holanda-12026896.html> Acesso em: dez, 2022.

²⁷ BARREIRA, G; BRASIL, F. Operação no Jacarezinho é a mais letal da história do RJ. **G1**, Rio de Janeiro, 06 de maio de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/06/operacao-no-jacarezinho-rio-tem-numero-recorde-de-mortes.ghtml> Acesso em: dez, 2022.

²⁸ STJ considera ilegal busca e apreensão coletiva em comunidades pobres do Rio. **CONJUR**, 05 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-nov-05/stj-considera-ilegal-busca-apreensao-coletiva-rio> Acesso em: dez, 2022.

Superior Tribunal de Justiça, em 2019. A Defensoria Pública, na tentativa de reverter as arbitrariedades cometidas, reivindicou um *habeas corpus* coletivo para todos os moradores, ressaltando que as ações caminhavam na direção contrária da garantia da inviolabilidade ao domicílio, prevista na Constituição.

Frente à constatação do processo de militarização na cidade do Rio de Janeiro e de um dos seus desdobramentos, que é o encarceramento, elencaremos sua distribuição espacial na cidade. Para que tal objetivo fosse possível, foram testadas duas estratégias, ambas empreendidas pelo mesmo caminho: a plataforma e-SIC. RJ. Como mencionado no próprio site, trata-se de um portal de informações de fácil acesso ao cidadão, amparado na Lei Federal nº12.527, de 2011, que assegura ao cidadão o direito de ter acesso à informação para que ele tenha condições de acompanhar a administração dos recursos públicos; e pelo Decreto Estadual 46.475, de 2018, responsável pela criação do portal que fornece a possibilidade de os cidadãos terem acesso às informações por meios eletrônicos.

Na tentativa de apresentar uma análise sobre a distribuição espacial do encarceramento no Rio de Janeiro, foram solicitados dados sobre os números relativos ao aprisionamento ou detenção por bairros na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 2015 e 2022, primeiramente ao Instituto de Segurança Pública (ISP), e depois à SEAP. Esse recorte foi escolhido por coincidir com um período particular da história do Rio de Janeiro que aponta para a realização dos Megaeventos na cidade e um fortalecimento do discurso e de práticas favoráveis à militarização, fatos que se intensificaram no ano de 2018, a partir da intervenção federal no Rio de Janeiro.

A primeira questão que deve ser pontuada é que o tratamento dado pelos órgãos é bastante diferente. Inicialmente, foi solicitado ao ISP dados entre 2018 e 2022, que prontamente foram enviados. No entanto, com o avançar das discussões, foi sentida uma necessidade de ampliar o recorte temporal, e, por isso, foi feita uma segunda solicitação, que motivada por uma curiosidade, também foi direcionada à SEAP. Como os dados solicitados geravam um arquivo muito extenso, o Instituto pediu para que fosse encaminhado um *e-mail* solicitando um agendamento de uma visita presencial para o repasse dos dados, que seriam tratados por um funcionário e, em seguida, transferidos para um dispositivo móvel. Da segunda solicitação até a visita se passaram apenas 15 dias, o que foi uma resposta satisfatória tendo em vista que a previsão de retorno era até o dia 11/10, e a primeira resposta foi encaminhada no dia 22/09, um dia depois da abertura da solicitação.

Na SEAP, no entanto, o procedimento não foi o mesmo: a solicitação também foi realizada no dia 21/09, mas só foi respondida no dia 27/09, o que ainda representaria um tempo de resposta satisfatório, sobretudo levando em conta experiências passadas junto ao órgão, relatadas na introdução desse trabalho. Contudo, a resposta veio através da anexação de um documento dizendo que “As pesquisas no âmbito da pasta atendem aos critérios estabelecidos na Resolução SEAP nº 671. A Academia de Polícia Penal possui a atribuição de coordenar todos os pedidos desde a sua formulação até a fase final por meio da Coordenação de Estudos e Pesquisa (CEP). O cidadão interessado deve entrar em contato pelo *e-mail* cepapperj@gmail.com para iniciar o processo de solicitação para realização da pesquisa”. Como os dados já tinham sido obtidos, o restante do processo não foi realizado.

A diferença no tratamento impressiona por se tratar dos mesmos dados e de formas completamente distintas de fornecimento, embora não surpreenda: durante meados de 2019, na intenção de compor o então trabalho de conclusão de curso de graduação, duas visitas presenciais foram feitas à SEAP, além do envio de diferentes *e-mails* e a apresentação de um projeto de pesquisa que conseguisse justificar a solicitação dos dados pretendidos. Com o desconhecimento pessoal sobre a plataforma e-SIC, a solicitação foi realizada pelo canal direto da SEAP. Anos depois, a partir da resposta enviada com o anexo, foi possível verificar que o processo continuava sendo feito da mesma maneira, a partir de um canal próprio da SEAP. Na

época da realização da solicitação, os funcionários ressaltaram que as respostas poderiam demorar em torno de quatro meses, no entanto, a resposta só foi encaminhada em agosto de 2020, contendo a informação que as pesquisas e visitas em unidades tinham sido suspensas em função da pandemia de covid-19.

Em julho de 2022, um novo *e-mail* foi recebido dizendo que o Centro de Pesquisas da SEAP iria retornar suas atividades, e, por isso, estava entrando em contato com os pesquisadores que tiveram seus trabalhos interrompidos em função da pandemia para verificar se ainda havia interesse em dar continuidade aos estudos. No entanto, os dados em questão foram solicitados antes do início da pandemia, conservando pelo menos seis meses de intervalo.

Em agosto de 2022, mais um *e-mail* foi enviado, dessa vez contendo a informação de que a Academia de Polícia Penal estava criando um site a fim de divulgar produções acadêmicas que tinham sido construídas a partir de observações feitas em campo ou através de informações disponibilizadas pela SEAP. O *e-mail* solicitava que os pesquisadores enviassem uma cópia do material por PDF. Embora perceba a relevância da iniciativa, sobretudo para pesquisadores que estão desenvolvendo estudos voltados para o tema e que podem se deparar com barreiras tanto na obtenção dos dados quanto na realização de campo, resalto a dificuldade de estabelecer uma comunicação direta com a Secretaria em todo esse processo: sequer uma resposta definitiva foi encaminhada sobre a liberação ou não dos dados solicitados em 2019. De todo modo, através das informações disponibilizadas pelo ISP, serão feitas as reflexões que seguem nas páginas seguintes.

Os dados obtidos possibilitaram, para além da realização de uma distribuição espacial do encarceramento que será demonstrada em seguida, apresentar características relativas tanto aos sujeitos que vivenciam o encarceramento, quanto à cidade, que se torna o local que possibilita e acaba oferecendo meios para a ampliação desse processo. Sobre os sujeitos, quatro características podem ser destacadas: raça, sexo, escolaridade e ocupação.

Como demonstrado ao longo do capítulo 2, a questão racial é um elemento crucial para pensar os processos que consolidam uma lógica violenta de cidade. Ora o policiamento foi defendido, ora o encarceramento, conservando uma estratégia similar de contenção ou retirada de circulação dos espaços urbanos, ações essas direcionadas principalmente para a população negra. Observando os dados do município do Rio de Janeiro, percebe-se que há uma desproporção na distribuição da população que se encontra encarcerada. No gráfico abaixo, nota-se que o número mais elevado das prisões é percebido em casos em que as pessoas se declaram como pardas. Seguindo o critério do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população negra corresponde ao somatório da parcela parda e preta do país, no entanto, os dados do ISP aparecem como “negras” e pardas”, o que indica que, provavelmente, eles tenham utilizado “negras” no lugar de pretas.

De todo modo, tirando os casos que constam como “sem informação”, ou outros em que há o registro de pessoas albinas e indígenas, que representam um quantitativo muito baixo, há um direcionamento evidente do encarceramento para a população negra. De acordo com o IBGE, em 2019, o Brasil possuía uma população racial distribuída em 42.7% branca, 46.8% parda e 9.4% preta. Embora não existam dados precisos sobre a distribuição racial da população no município do Rio de Janeiro, há uma tendência de padrão estatístico. No entanto, pensando no contexto do município, sem fazer o somatório de negros e pardos já é possível perceber a mencionada desproporção na efetivação das prisões. E caso seja analisado o índice “negros” como sendo o dado referente à população preta, o quadro fica ainda mais alarmante, já que seguindo os critérios da autodeclaração do IBGE, a quantidade de pretos é bem inferior do que a de brancos e pardos.

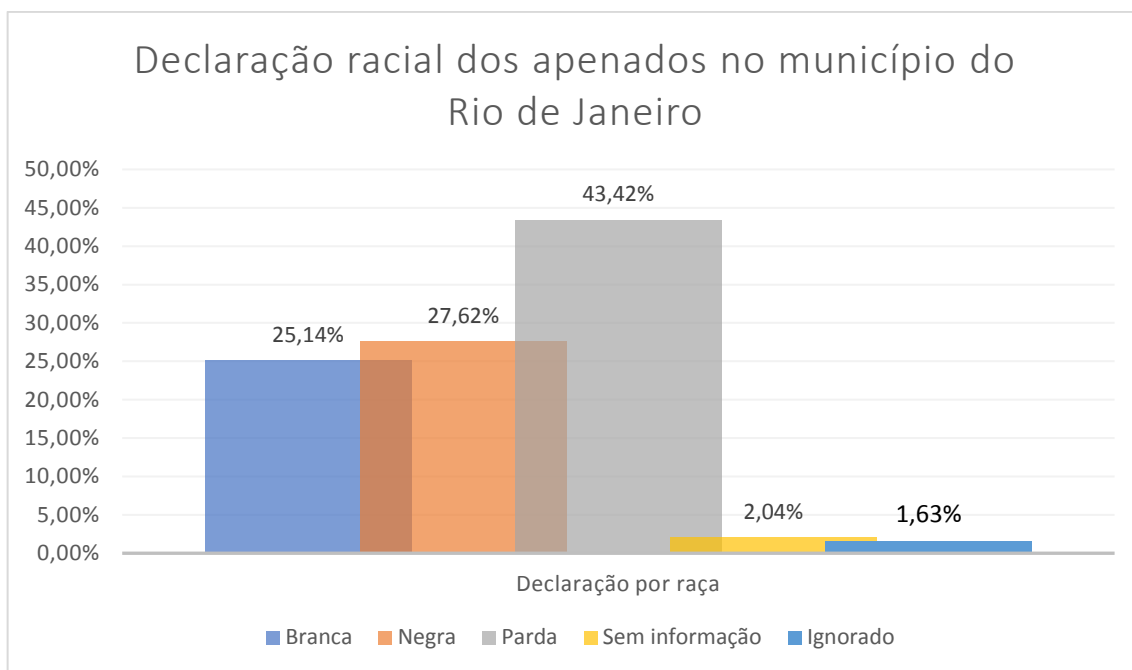


Figura 4. Declaração racial dos apenados no município do Rio de Janeiro (2015 – 2022).

Dados: Instituto de Segurança Pública (2022).

Em relação ao sexo, embora tenha havido um aumento do encarceramento feminino nos últimos anos, responsável por expandir vertiginosamente a média nacional, as declarações obtidas através do ISP são majoritariamente masculinas. Os índices que aparecem na planilha são unicamente os aqui expostos em formato de gráfico, sem contemplar, portanto, questões mais complexas relativas ao gênero de identificação das pessoas. De acordo com a SEAP, comparando os dados de 2009 e 2019 houve um aumento de aproximadamente 52,16%²⁹ no encarceramento feminino, sendo a maioria presa por crimes que envolvem drogas, movimento igualmente perceptível em outros países. Há, ainda, um registro que aponta para uma alta taxa de reincidência que pode ser observada independente do gênero. Outro ponto de destaque é que os números dos índices “sem informação” e “ignorado”, que compreendem as fichas incompletas, apresentam um número baixo, não resultando em barreiras diretas para a análise do critério.

²⁹ CARVALHO, J; PIRES, Raísa. Mulheres no crime: em 10 anos, cresce número de presas e de foragidas no RJ. **G1** Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/01/13/mulheres-no-crime-em-10-anos-cresce-numero-de-presas-e-de-foragidas-no-rj.ghtml> Acesso: out, 2022.

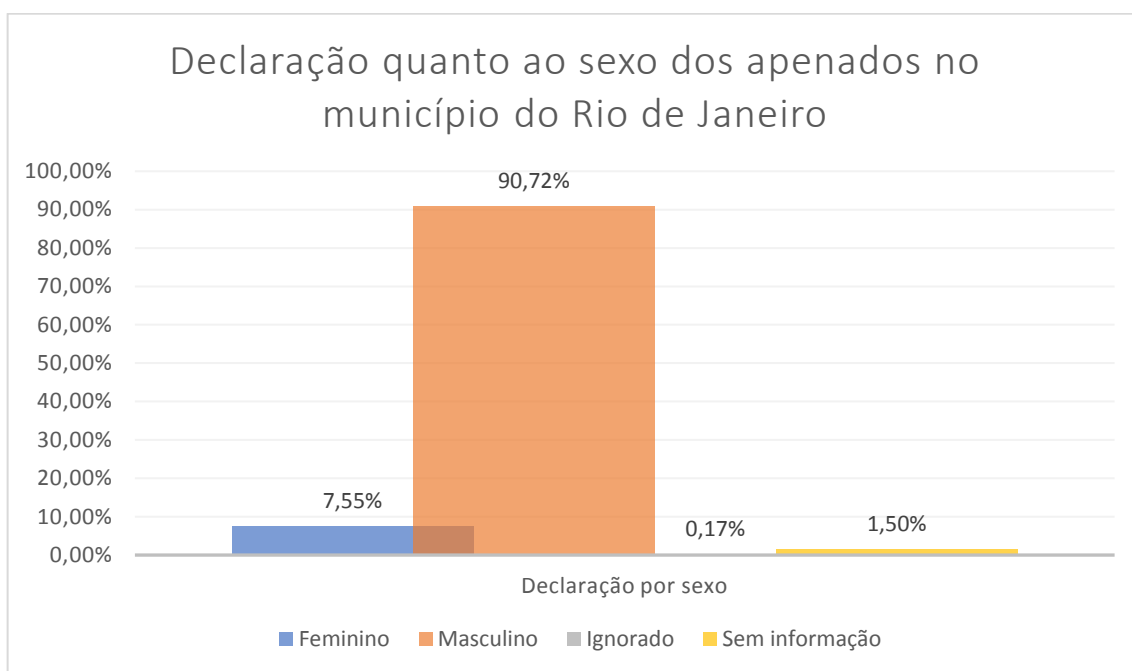


Figura 5. Declaração quanto ao sexo dos apenados no município do Rio de Janeiro (2015 – 2022).

Dados: Instituto de Segurança Pública (2022).

Já de acordo com a escolaridade, os dados são arrumados a partir de uma definição antiga: primeiro, segundo e terceiro grau, que representam, respectivamente, o ensino fundamental, ensino médio e ensino superior. Ainda, aparecem nos dados os alfabetizados e não alfabetizados, ou que têm especialização ou pós-graduações *stricto sensu*. A maior parte da população prisional não completou o 1º grau, o que significa que não concluiu o ensino fundamental, grau de instrução mais elementar depois da alfabetização. O contraste perceptível nos dados confirma a lógica de que a maior parte da população de apenados no município do Rio de Janeiro não teve acesso à educação, ou pelo menos aos meios que assegurassem a permanência em instituições de ensino: a quantidade daqueles que têm especializações ou pós-graduações em instituições penais é ínfima. Outro ponto interessante em relação à escolaridade são os índices “outros” e o “ignorado”, que depois do 1º grau incompleto, são os números mais elevados analisados, chegando a 64,34% juntos. Tal fato faz com que exista a possibilidade de haver uma maior distribuição dos números ou um aumento no número daqueles que têm o primeiro grau incompleto, o que ratificaria a hipótese.

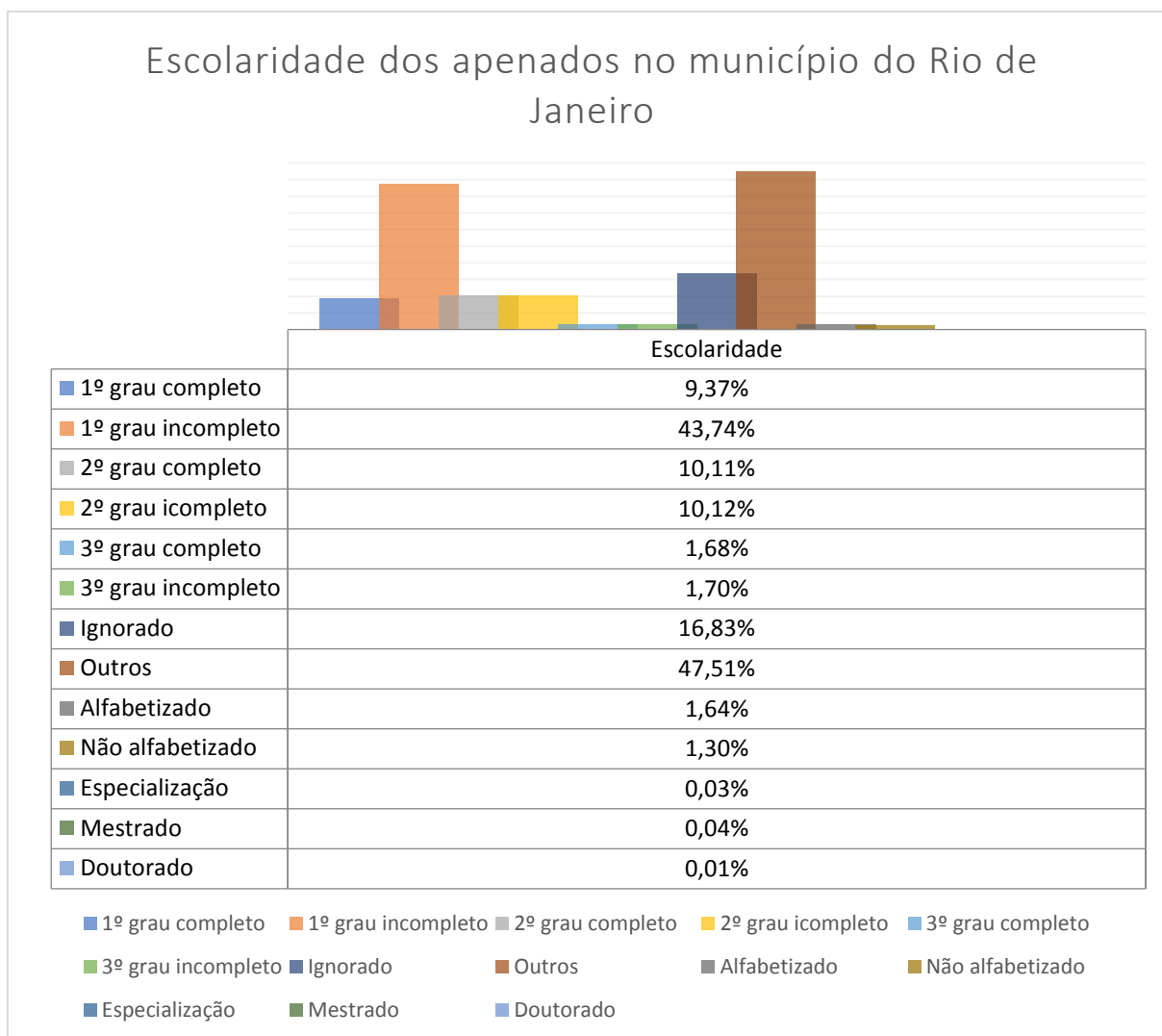


Figura 6. Declaração quanto a escolaridade dos apenados no município do Rio de Janeiro (2015 – 2022).

Dados: Instituto de Segurança Pública (2022).

Por fim, destaca-se a questão da ocupação das pessoas apenadas, que junto à questão racial, se constitui enquanto o elemento mais pertinente para a argumentação que está sendo desenvolvida ao longo dessa dissertação. Muitos empregos, sejam eles formais ou informais, aparecem ao longo dos dados encaminhados. Embora não tenha sido possível apresentar todos, dois pontos principais chamam atenção. O primeiro se dá pelo fato de existir muitas pessoas que desempenhavam trabalhos informais. No gráfico que será exposto em seguida, foram escolhidos os camelôs, autônomos e trabalhadores informais para representar essa fração de pessoas que estão parcialmente incluídas no mercado de trabalho e que sofre diariamente com o avanço da precarização e com um vínculo empregatício cada vez mais distante ou inexistente (por conta própria).

O segundo ponto é representado por aqueles que não estão de fato incluídos no mercado de trabalho e que na planilha podem aparecer através de diferentes versões, como: “não possui”, “desempregado” ou “desocupado”, para ressaltar os que apresentam números mais expressivos. Importante destacar uma diferença conceitual que em algumas análises é deixada em segundo plano: o termo desocupado é utilizado para classificar as pessoas que procuraram trabalho nos

últimos 30 dias; enquanto o desempregado é utilizado para as pessoas que estão sem trabalhar e que não procuram mais. Numericamente, os desocupados apresentam uma ligeira superioridade.

Assim como os outros índices analisados, há uma parcela de pessoas que não apresenta uma definição, se enquadrando na parte dos “ignorados”, o que, mais uma vez, abre a possibilidade de existir um grupo ainda maior de pessoas que não é incorporado ao modelo econômico vigente, que mais tarde pode acabar sendo direcionado para instituições penais através de um movimento de criminalização, que passa a ser aplicado em territórios de exclusão.

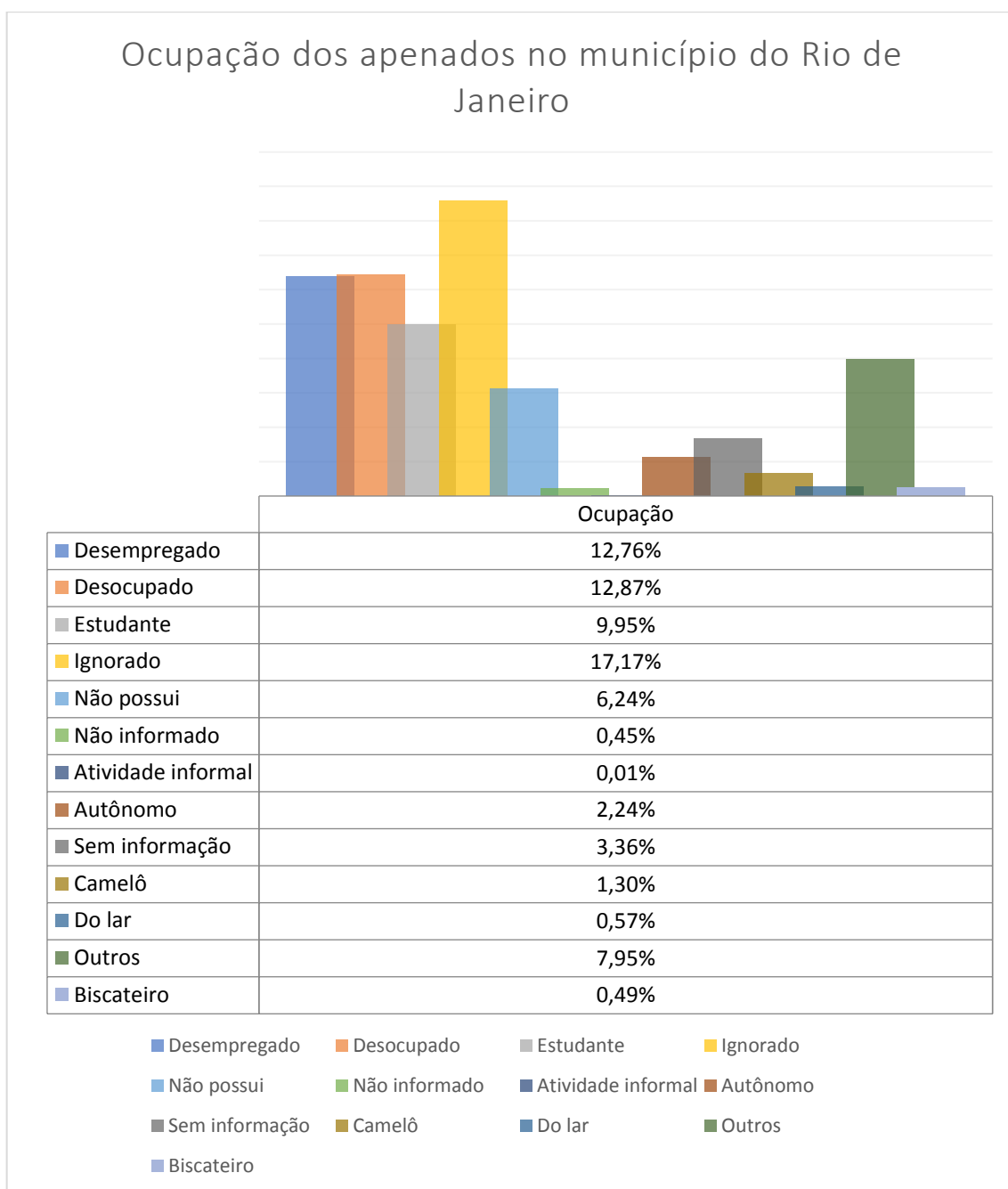


Figura 7. Declaração quanto ocupação dos apenados no município do Rio de Janeiro (2015 – 2022).

Dados: Instituto de Segurança Pública, 2022.

A partir da análise dos dados, é possível confirmar elementos que foram discutidos nos capítulos anteriores. Existe uma concentração evidente de pessoas excluídas das lógicas formais de emprego que foram evidenciadas por alguns índices no gráfico, mas que podem aparecer, também, através de diversas atividades que exigem baixa escolaridade e resultam em baixa remuneração, exercidas, provavelmente, na informalidade. Após exposto um perfil daqueles que estão mais sujeitos ao aprisionamento, pretende-se expor outras considerações sobre as instituições penais existentes no município do Rio de Janeiro. Embora existam mais de trinta em operação, sua localização é muito concentrada e apenas seis bairros apresentam alguma unidade, são eles: Água Santa, Benfica, Centro, Estácio, São Cristóvão e Gericinó, onde fica o Complexo Prisional que concentra a maioria dos estabelecimentos penais. O bairro conseguiu o *status* ao se emancipar de Bangu, por intermédio da Lei N° 3.852, de 23 de novembro de 2004. O Complexo Penitenciário de Gericinó recebeu esse nome em 1987, antes era oficialmente chamado de Complexo Penitenciário de Bangu. Todas as unidades presentes no município estão sistematizadas e constam como um dos anexos do trabalho.

BAIRROS COM UNIDADES PRISIONAIS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO (2022)

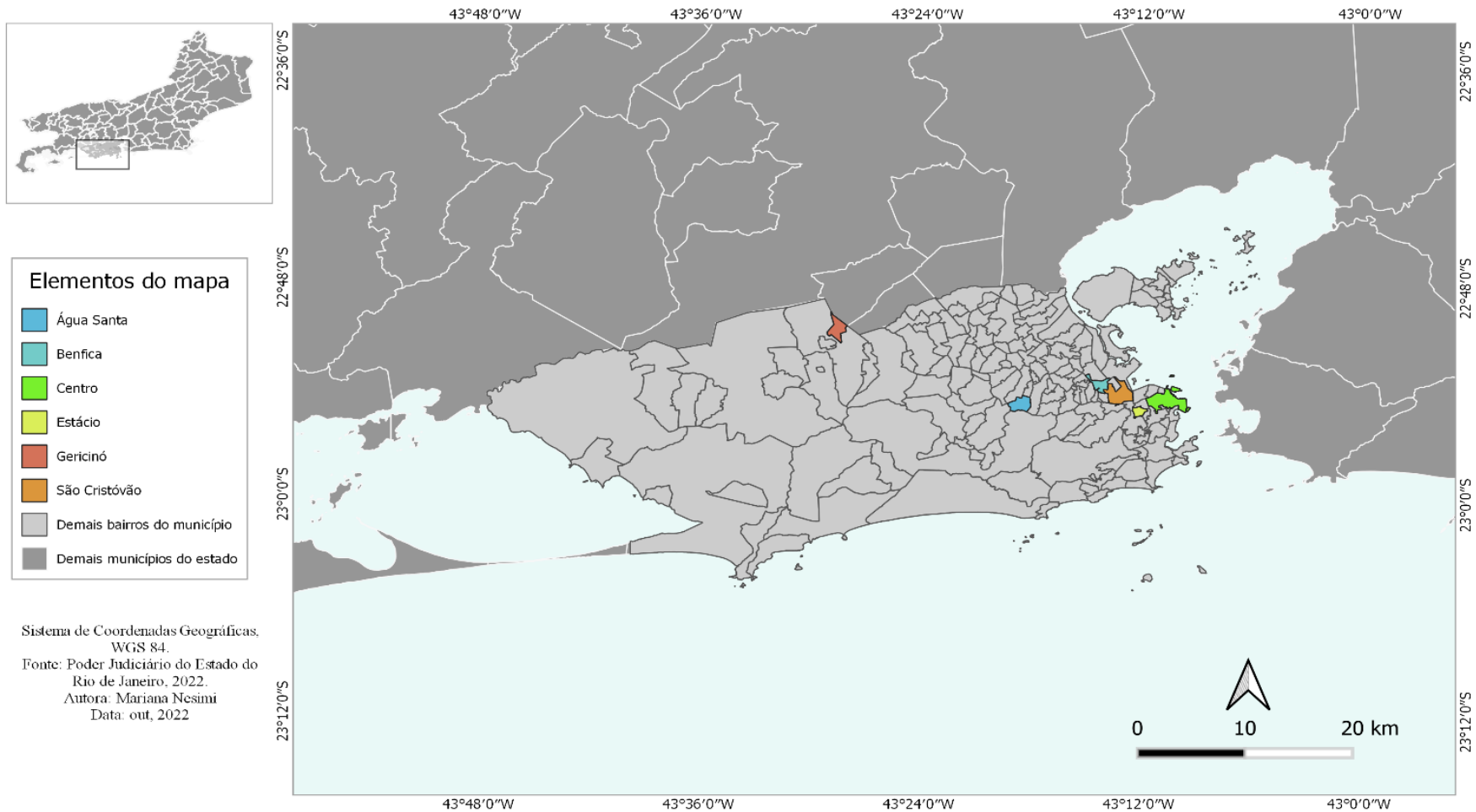


Figura 8. Bairros no município do Rio de Janeiro com unidades penais (2022).

Dados: Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (2022).

No mapa acima, foram indicados os bairros que atualmente apresentam unidades em operação no município do Rio de Janeiro. Mesmo que não haja uma distribuição das unidades no território, nota-se que as regiões que recebem algum estabelecimento penal são a Zona Norte, com Benfica; a Zona Central, com Água Santa, Centro, Estácio e São Cristóvão; e a Zona Oeste, com Gericinó. Ainda assim, a concentração é percebida na parte Oeste da cidade. Os autores Rafael Godoi, Fábio Araújo e Fábio Mallart buscaram discorrer sobre a ocupação das prisões no território do Rio de Janeiro, que teve a sua primeira penitenciária construída entre 1834 e 1850, numa área distante do centro urbano. Esse espaço se tornou, mais tarde, a unidade Frei Caneca, que como relatado no capítulo anterior, foi implodida nos anos 2000 em função das mudanças urbanas que pareciam colocar em risco a segurança da população ou parte dela. A consequência dessa implosão foi direcionar boa parte dessas pessoas que estavam em cumprimento de pena nesse estabelecimento para as unidades situadas no Complexo do Gericinó, localizado em uma área afastada da parte central da cidade.

O Complexo, criado em 1987, recebeu a primeira prisão de segurança máxima do país no ano de 1988. Esse período converge com um aumento da violência e com o enfraquecimento do poder estatal, que passa a disputar autonomia territorial e política com diferentes grupos armados que concentravam mais poder à época. De acordo com Godoi (*et al.* 2019, p. 600), a criação do Complexo também era uma forma de o estado reforçar seu poder frente à tentativa de combater o crime organizado. Ainda, os autores afirmam que nesse momento o Rio de Janeiro passava a apresentar uma nova visão estratégica sobre o encarceramento: a partir do governo Moreira Franco, que se estendeu até o ano de 1991, há um apelo direto à necessidade de repreender veementemente os crimes, o que para ele seria feito através de uma intensificação nos aparatos penais. Tal fato contrasta com a gestão anterior empreendida por Leonel Brizola, entre 1983 e 1987, e na gestão que segue o Moreira Franco, também de Brizola, entre 1991 e 1994, que tentou cumprir um plano de desativação de algumas unidades, além de defender o respeito aos direitos humanos de pessoas encarceradas. Ainda, é válido ressaltar que durante a década de 1990, mais três presídios de segurança máxima foram construídos no local: “Alfredo Trajan (1995 – “Bangu 2”), Dr. Serrano Neves (1997 – “Bangu 3”) e Jonas Lopes (1999 – “Bangu 4”)” (BRITO, 2012, p. 48).

Nos anos seguintes, outros governos eleitos assumiram com posturas igualmente repressoras e favoráveis à expansão das unidades prisionais, incluindo as de segurança máxima. Aos poucos, o Rio de Janeiro foi se destacando pelo incremento de uma lógica punitivista. No entanto, foi no início dos anos 2000, através da gestão do Anthony Garotinho, que é percebido um avanço ainda mais intenso desse movimento. Além das mudanças efetivadas na pasta da segurança pública, ele pediu em caráter de emergência a construção de onze unidades até o ano de 2004, sendo que cinco deveriam ser construídas no Complexo Gericinó. Também durante seu mandato, passou a existir uma preocupação geral com a abertura de novas vagas no sistema penal, até mesmo para presos provisórios que ainda não tinham sido julgados.

A sucessora de Anthony Garotinho, Rosinha Garotinho, empreendeu a mesma lógica e modificou questões administrativas que envolviam a segurança pública e o encarceramento, dando prosseguimento as obras iniciadas e pedindo pela criação de mais unidades (GODOI *et al.* 2019, p. 601). Sendo assim, a expansão do Complexo do Gericinó pode ser associada diretamente à implosão gradativa das unidades penais existentes no Frei Caneca, mas também pela consolidação de uma ideia de que as prisões seriam a solução para o combate à criminalidade e à violência. No entanto, algumas obras realizadas durante o governo foram vistas como um fracasso do ponto de vista do fornecimento de novas vagas e do aumento da capacidade penal. Esse fracasso se deu em função das diferentes irregularidades registradas durante as obras que comprometeram as estruturas das unidades. Estima-se que os dois

governos tenham gastado R\$ 53.033.356,51 com a realização dessas obras³⁰. Tratava-se, portanto, de um projeto grandioso de expansão dos aparelhos penais no estado do Rio de Janeiro que poderia ser observado com mais ênfase no Complexo Gericinó.

Os governos de Sérgio Cabral e Fernando Pezão também não romperam com a mencionada lógica. No caso do Sérgio Cabral, o início do seu mandato chamou atenção por ações que poderiam ser encaradas como contraditórias. Ao mesmo tempo em que seu governo discursava abertamente sobre a necessidade de fortalecer a segurança pública, inclusive passando a utilizar tecnologias modernas no contexto prisional voltadas para um controle mais incisivo de todos que entrassem nas unidades³¹, ele também foi marcado pela elaboração de um plano de gastos, válido para os anos de 2008 e 2011, em que o orçamento voltado para a garantia da sua proteção individual, além da segurança voltada para os Palácios Laranjeiras e Guanabara, superava os valores destinados à SEAP nesse mesmo período³². Embora muito se falasse sobre segurança pública, as prisões não pareciam ser um elemento de distinção na sua política.

Mais tarde, com uma mobilização do estado iniciada em 2012 voltada para os preparativos dos megaeventos que seriam realizados nos anos seguintes, o governo estabelece uma parceria com o Banco do Brasil, responsável por conceder um empréstimo de 3.6 bilhões de reais³³. A justificativa para tal estava centrada na necessidade de realizar obras que seriam pertinentes a uma eficiente administração dos aparelhos urbanos, afastando possíveis problemas durante a ocorrência dos megaeventos. Dentre as obras listadas como prioritárias para o momento, estava a construção de quatro unidades penais, que totalizavam, aproximadamente, um gasto de 120 milhões de reais. No entanto, a necessidade de construir unidades e a relação com os megaeventos nunca foi explicada com detalhes.

Assim, embora Sérgio Cabral tenha apresentado uma política que em um primeiro momento poderia parecer contraditória, foi responsável por construir algumas unidades, duas delas no Gericinó, dando prosseguimento a um ideal carcerário. Seu sucessor, Fernando Pezão, também seguiu essa linha e para além de uma unidade construída fora do município, promoveu algumas transformações nas dinâmicas das unidades, como a realização de transferências: a Cadeia Pública José Frederico Marques, antes no Complexo Gericinó, foi direcionada para Benfica, e o Gericinó passou a contemplar a Cadeia Pública José Antônio da Costa Barros (GODOI *et.al*, 2019, p. 602)

Sobre o Complexo do Gericinó, é possível dizer que ele possui particularidades que se destacam, como a proximidade “com um batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro, uma reserva ambiental, um aterro sanitário e um campo de treinamento militar” (GODOI *et al.* 2019, p. 597). Esses fatores foram apontados como justificativas favoráveis para a construção de um Complexo penal na área, já que se tratava de um bairro afastado do centro urbano, o que dificultaria que episódios como os efetuados no entorno do Frei Caneca voltassem a ser noticiados. Dessa forma, uma área que fosse menos urbanizada apresentaria riscos sociais menores.

³⁰ CALDEIRA, C. A política penitenciária fluminense na era pós-Carandiru. **Insight inteligência**. Disponível em: <https://inteligencia.insightnet.com.br/a-politica-penitenciaria-fluminense-na-era-pos-carandiru/> Acesso em: out, 2022.

³¹ Tribunal de Justiça e Governo do Estado inauguram tecnologia de ponta no Complexo de Gericinó. **JusBrasil**. Disponível em: <https://tj-rj.jusbrasil.com.br/noticias/51442/tribunal-de-justica-e-governo-do-estado-inauguram-tecnologia-de-ponta-no-complexo-de-gericino> Acesso em: dez, 2022.

³² TORRES, S; BERABA, Marcelo. Cabral prioriza gastos com sua segurança. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 de novembro de 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1811200720.htm> Acesso em: dez, 2022.

³³ KONCHINSKI, Vinicius. Governo do RJ inclui gasto para construção de quatro cadeias em conta da Copa e Olimpíada. **UOL**, Rio de Janeiro, 23 de junho de 2012. Disponível em: <https://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2012/06/23/governo-do-rj-pega-emprestimo-para-construir-cadeia-e-poe-gasto-na-conta-da-copa-e-olimpiada.htm> Acesso em: dez, 2022.

Se por um lado essa narrativa apresentava algum fundamento, a partir das mudanças vivenciadas pelas cidades, o que passa por seu respectivo crescimento populacional e urbano, o argumento é enfraquecido. Em 2013, por exemplo, ocorreu uma fuga em massa no Instituto Penal Vicente Piragibe, com um total de 33 pessoas foragidas³⁴. A fuga aconteceu através de um túnel construído que era conectado a uma rede de esgoto, que, por sua vez, terminava em um terreno vazio próximo à Avenida Brasil. Esse episódio se assemelhou a uma outra grande fuga, realizada em 2002, quando mais de 100 presos fugiram através de um túnel no Complexo Gericinó. Caso ainda mais recente, no ano de 2021, também direcionado para o Instituto Penal Vicente Piragibe³⁵, envolveu uma tentativa frustrada de resgate de presos a partir do sequestro de um helicóptero³⁶.

Como anteriormente mencionado, o Complexo fica localizado próximo ao bairro de Bangu e da Avenida Brasil, mas não há uma oferta abundante de transportes públicos que garantam fácil acesso ao local, mesmo que exista ônibus e van que tenham Bangu como o destino de partida e realizem o trajeto até as unidades³⁷. Inclusive, tentando reverter o déficit relacionado à escassez de transportes, recentemente o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro firmou uma parceria com a SEAP e Rio Ônibus para oferecer aos familiares de pessoas aprisionadas um transporte, que segundo eles, fosse digno³⁸. No entanto, por mais que o Complexo fique localizado em uma área considerada distante do centro da cidade, além de ser uma área que ainda possui um estigma de certa reclusão, não é mais possível falar de um completo isolamento geográfico devido ao crescimento registrado do bairro.

Em função desse crescimento que se estabelece uma organização relativamente consistente que passa a apresentar um comércio que se mantém a partir da existência das unidades penais. Rafael Godoi, em seu livro *Fluxos em Cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos* (2017), refletindo sobre o contexto de São Paulo, ressaltou que pequenos municípios que receberam unidades penais passaram por uma série de mudanças, assim como receberam fluxos populacionais diversos. Nas cidades em que o autor fez pesquisa de campo, ele verificou uma economia que era voltada e sustentada a partir do dia-a-dia das unidades penais. Sobretudo nos finais de semana, quando ocorriam as visitas dos familiares, ele notou uma movimentação maior na rede de hotéis e no aluguel de casas que recebiam temporariamente visitantes, além de notar mudanças no setor de transportes.

No caso do Complexo Gericinó, percorrendo a Estrada do Guandu do Sena, onde ficam algumas unidades, é possível perceber esse tipo de comércio que se movimenta a partir desses fluxos. Ainda que o aspecto geral da estrada seja bem similar a outros bairros periféricos, tendo a particularidade de concentrar características relativas a um bairro rural nos pontos onde não há a presença de casas ou comércio, percebe-se um apelo direto às unidades de formas variadas. Além dos escritórios de advocacia, situados em local estratégico próximo às unidades, e de “pensões” -- como é o caso da Pensão Vera e Shel, que no seu *banner* de apresentação diz

³⁴ THUM, Tássia. Governo não descarta facilitação na fuga de 31 presos de Gericinó, no RJ. **G1**, Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/02/governo-nao-descarta-facilitacao-na-fuga-de-31-presos-de-gericino-no-rj.html> Acesso em: dez, 2022.

³⁵ Mais três suspeitos de envolvimento na tentativa de resgate por helicóptero vão para presídio de segurança máxima. **EXTRA**, Rio de Janeiro, 24 de setembro de 2021. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/mais-tres-suspeitos-de-envolvimento-na-tentativa-de-resgate-por-helicoptero-vaio-para-presidio-de-seguranca-maxima-25212382.html> Acesso em: dez, 2022.

³⁶ Após a defesa desta dissertação, em janeiro de 2023, uma nova fuga aconteceu no Complexo Gericinó. Dessa vez, na Penitenciária Lemos Brito. Três pessoas deixaram a unidade a partir de uma corda feita com lençóis.

³⁷ Ao longo da realização da pesquisa, foi descoberto que a linha 811 do Consórcio Santa Cruz, que também realizava o trajeto, foi extinta.

³⁸ TJRJ, Rio ônibus e SEAP assinam acordo para doação de ônibus para Complexo Penitenciário de Gericinó. **Poder Judiciário do estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: <http://gmf.tjrj.jus.br/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5265985/5937706> Acesso: out, 2022.

fornecer *kits* de refeições para os presídios de segunda à domingo --, é possível observar na rua pessoas oferecendo materiais de higiene em bancadas improvisadas, anúncios de pessoas dispostas a guardar pertences pessoais; roupas femininas e masculinas sendo expostas para vendas; estacionamentos que possuem acesso ao *wi-fi*, e dormitórios, como é o caso da Andrea Modas, que diz oferecer, dentre outras cortesias, a possibilidade de usar a “prancha” de cabelo, carregar o celular e usar o ferro de passar roupas.



Figura 9. Segundo Comando de Policiamento de Área (2º CPA) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, localizado em Gericinó. Ao fundo, o Instituto Penal Talavera Bruce.



Figura 10. Entrada oficial do Complexo Penitenciário de Gericinó, ao lado de uma área, com bancos de madeira, que frequentemente é ocupada por pessoas que vão realizar visitas nas unidades.



Figura 11. Muro do Instituto Penal Santo Expedito, localizado no Gericinó.



Figura 12. Exemplo de comércio instituído no Gericinó, voltado para o atendimento das demandas das unidades prisionais.



Figura 13. Mais exemplos do comércio voltado para as unidades prisionais.



Figura 14. Imagens de um mercado localizado no Gericinó que tem seções voltadas para atender as exigências impostas à visitação, o que inclui as embalagens transparentes que possibilitarão a entrada de alimentos nas unidades.



Figura 15. Placa localizada no Gericinó.

Dessa forma, mesmo quando não há expressamente algo sobre as prisões, sua presença é evidenciada a partir de um comércio bastante específico que nasce e se estrutura a partir da existência desses estabelecimentos. No entanto, o surgimento desse comércio não significa uma integração com o restante da cidade. Embora não seja possível falar de um total isolamento geográfico em função da urbanização crescente, a área representada pelo Complexo do Gericinó, que concentra o maior número de unidades penais da cidade, ainda é diretamente marcada pela exclusão. O comércio periférico que se constitui no local acompanha a ideia do *circuito inferior da economia urbana*, cunhada por Milton Santos (SANTOS, 1978, p. 59), que é voltado para o atendimento em escala local de áreas empobrecidas. Pensando sobre os comércios que sobrevivem a partir das unidades penais como é o caso do Complexo Gericinó, eles acabam dimensionando a exclusão da exclusão, já que representam áreas situadas em locais periféricos, em boa parte alijadas dos circuitos formais de emprego, que têm sua sobrevivência necessariamente ligada à oferta de serviços e produtos para aqueles que foram direcionados para às prisões.

4.2 Distribuição Espacial do Encarceramento no Rio de Janeiro

Estabelecida uma formulação geral, é possível observar com mais atenção os dados obtidos pelo ISP. Ao contabilizar os números que envolvem janeiro de 2015 a junho de 2022, foi possível apresentar quantos casos de prisões cada bairro do município do Rio de Janeiro concentrava. Uma tabela com todos os dados foi organizada e consta como anexo, no entanto, cinco bairros se destacam por apresentar os maiores números, e são eles que irão mobilizar as reflexões trazidas neste capítulo: Centro (11010), Copacabana (8239), Bangu (6777), Barra da Tijuca (5638) e Campo Grande (4540). Sendo Campo Grande e Bangu os bairros mais populosos do Brasil, sua presença nessa listagem não seria, necessariamente, motivo para estranhamento. No entanto, estabelecendo o cálculo das taxas, em que se tem a proporção entre o número de presos com a população total, esses bairros se tornam numericamente os menos expressivos da lista, como demonstrado na Figura 16.

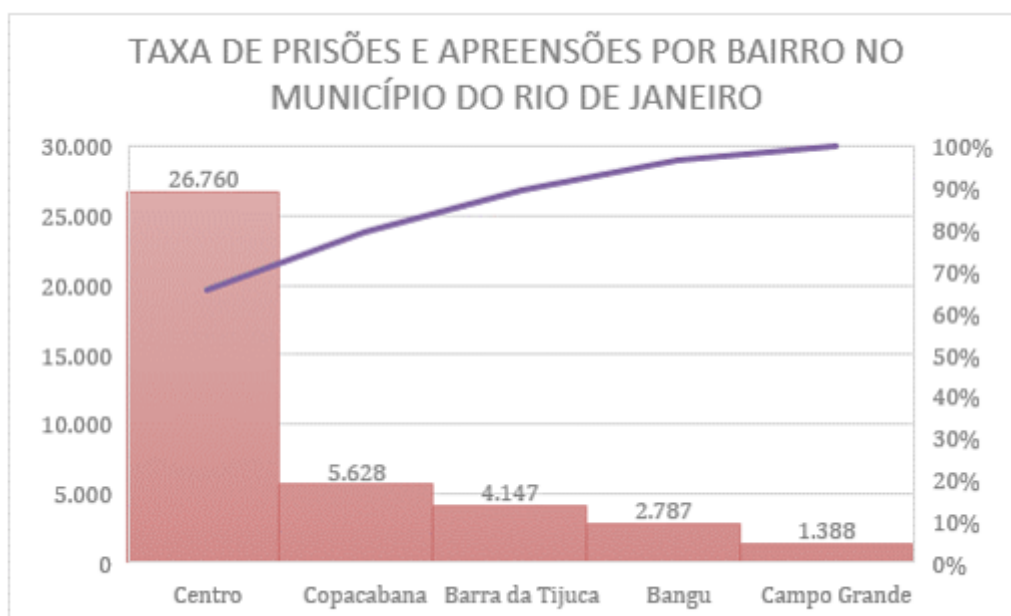


Figura 16. Taxas de prisões e apreensões por bairro no município do Rio de Janeiro (2015 – 2022).

Dados: ISP (2022) e Data Rio (2010).

Para a elaboração do gráfico anteriormente exposto, foram utilizados além dos dados do ISP, outros do último censo demográfico realizado em 2010, além da população residente dos bairros do município do Rio de Janeiro de acordo com o Data Rio. O cálculo da taxa foi realizado por 100 mil habitantes, e assim como nos números absolutos, o Centro apresenta o maior quantitativo geral; no entanto, como exposto, os bairros mais populosos do país diante dos cinco listados, apresentam números inferiores, com destaque para Campo Grande que apresenta a menor taxa de todos e possuía, em 2010, 328.370 habitantes, mais que 80 mil se comparado ao bairro de Bangu. Seguindo o critério das taxas, a disposição dos bairros que mais concentram declarações de apreensões e prisões acontece da seguinte forma: Centro (26.760), Copacabana (5.628), Barra da Tijuca (4.147), Bangu (2.787) e Campo Grande (1.388).

Na intenção de prosseguir na análise desses dados, é pertinente que algumas ponderações gerais sejam feitas sobre os bairros com mais declarações relativas às prisões. Sem

ter a pretensão de reconstruir a geografia urbana do Rio de Janeiro, serão trazidos alguns elementos interessantes à discussão geral. Com esse fim, será utilizado, principalmente, os escritos de Mauricio de Almeida Abreu em seu livro *Evolução urbana do Rio de Janeiro* (2006).

Campo Grande e Bangu integram parte da Zona Oeste da cidade. Embora aproximadamente 13km separem os bairros mais populosos do Brasil, eles apresentam características muito próprias quanto a sua história e ocupação, ao mesmo tempo que apresentam convergências referentes aos seus processos de urbanização. No entanto, como destaca Mauricio de Abreu (2006), a ocupação desses bairros não pode ser estudada sem estabelecer conexão com a própria ocupação da cidade do Rio de Janeiro, iniciada na parte central e na Zona Sul, em 1565, nos morros do Pão de Açúcar e Cara de Cão.

Ao longo da história do Rio de Janeiro, ocorreram diversas mudanças que alteraram a distribuição populacional no território, o que, gradativamente, promoveu a segregação, uma vez que determinados bairros passaram a ser procurados e povoados por pessoas com título de nobreza, ao passo que outros, por pessoas empobrecidas. Uma década após a chegada da família real na cidade do Rio de Janeiro, ela ainda era pequena e restrita a sua porção central, se restringindo à “Candelária, São José, Sacramento, Santa Rita e Santana, que correspondem grosso modo, às atuais regiões administrativas do Centro e Portuária” (ABREU, 2006, p. 37). As demais freguesias existentes, até o momento, se constituíam enquanto áreas rurais.

Ainda que essa ocupação tenha sido efetivada por algumas décadas, é principalmente entre 1870 e 1902 que a cidade passa por processos mais intensos que vão impactar de forma mais concreta no seu crescimento. Em função de interesses que também eram externos ao Brasil, cresce a necessidade de promover uma malha urbana que fosse detentora de uma infraestrutura adequada. Como aponta Mauricio de Abreu (2006), a questão dos transportes é um fator-chave para esse processo. Em 1858 teve início a construção da estrada de Ferro Dom Pedro II, mais tarde intitulada de Central do Brasil, responsável por estabelecer a conexão do centro com o subúrbio. Também de acordo com o autor, a partir de 1868 inaugura-se as linhas de bonde de burros que focavam na expansão da cidade sentidos Zona Sul e Norte. Esses dois meios de transporte possibilitaram que uma relação entre as áreas centrais da cidade e a periferia fosse estabelecida, ao mesmo tempo que favoreceu uma porção mais elitizada da população.

Controlados em grande parte pelo capital estrangeiro, trens e bondes tiveram um papel indutor diferente no que toca a expansão física da cidade. Os primeiros passaram a servir áreas ainda fracamente integradas à cidade, que se abriram então àqueles que podiam se dar ao luxo de morar fora da área central, mas não podiam arcar com os custos, já elevados, dos terrenos da Glória, Botafogo ou Tijuca; os bondes permitiram o êxodo cada vez maior dos que podiam arcar com esse ônus, mas mantinham-se no centro por falta de meio de transporte rápido e regular. (ABREU, 2006, p. 36).

No entanto, os anos seguintes foram marcados pela Reforma Passos, iniciada em 1910, que dentre suas ações passou a repensar a ocupação do centro da cidade. Algumas medidas empreendidas consistiram na tentativa de promover uma modernização da cidade, o que envolvia a abertura de grandes avenidas, a construção de grandes prédios, a incorporação de elementos franceses e a remoção da população pobre que o habitava. A solução encontrada foi, então, pensar no seu afastamento e no conseqüente direcionamento para os subúrbios, visto como predominantemente rurais à época.

O bairro de Campo Grande, criado oficialmente em 1878 em razão da criação da estação de trem, era reconhecido principalmente por sua produção de laranja que atendia outras regiões. Embora outros produtos tenham sido cultivados no bairro, foi a produção de laranja a responsável por garantir a importância econômica do local, que, em meados de 1960, entrou em decadência quando inúmeras fazendas foram abandonadas ou vendidas. Esse momento em que há um afastamento das produções marca o período em que Campo Grande deixa de ser

associado a um bairro rural, passando a vivenciar os movimentos de urbanização e industrialização, já que ele atraiu indústrias e empresas pelo baixo valor do solo.

Assim, o passado tradicional de Campo Grande é substituído por um crescimento vertiginoso da população. Mais tarde, na década de 1990, o bairro passa a atrair investimentos imobiliários, incluindo um *shopping* em 1997. Essa atração de investimentos não é acompanhada de uma distribuição de renda ou de condições de vida adequadas. Com isso, a população mais pobre residente passou a ser dirigida para áreas mais periféricas do bairro (FONSECA; FRANÇA, 2011, p. 26), proporcionando a formação de um bairro que conserva uma grande desigualdade.

No entanto, o crescimento econômico do bairro foi confirmado através de muitos fatores que hoje reforçam sua centralidade na Zona Oeste, além de sua expressividade política, já que se constitui enquanto um colégio eleitoral significativo. Tal fato fez com que nos últimos anos fossem empreendidos alguns movimentos, que não tiveram muita expressão, que visavam a municipalização do bairro sob a justificativa de que ele teria plenas condições de garantir sua autonomia política e econômica frente ao município e o estado. Um exemplo que comprovaria essa afirmação seria o fato de que o bairro é um dos principais arrecadadores do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) (FONSECA; FRANÇA, 2011, p. 30).

Já o caso de Bangu, que também recebeu um número elevado de pessoas a partir desse movimento de expulsão do centro da cidade, pode ser analisado sobretudo em função da construção da Companhia Progresso Industrial do Brasil (CPIB), em 1889, também conhecida como Fábrica Bangu (BRITO, 2012, p. 33). A ocupação do bairro esteve diretamente associada às necessidades da fábrica que demandava uma estação de trem que conseguisse contemplar os trabalhadores fabris e a construção de vilas operárias que atraíssem pessoas para morar próximo ao local de trabalho. A infraestrutura empreendida pela fábrica foi além:

Uma escola foi criada para os funcionários; foi implantado um sistema de iluminação elétrica para a fábrica, para a rua principal e para as casas daqueles que estivessem dispostos a pagar uma mensalidade; e terrenos da fábrica passaram a ser vendidos para a construção de casas e comércio. Em 1906, cresce o apoio da CPIB à Caixa Beneficente, criada em 1899 para a prestação de serviços médicos e farmacêuticos à população. Nos anos seguintes, até o fim da primeira década do século passado, a iluminação elétrica passou a fazer parte do cotidiano operário-fabril, rios foram canalizados, estradas e caminhos foram melhorados, novas ruas e moradores surgiam nas quadras que formavam um “tabuleiro de xadrez” alinhado com a fábrica, a Vila Operária, a estação e a ferrovia. (BRITO, 2012, p. 23).

Os anos seguintes foram marcados por um aumento produtivo que assegurou à Companhia tamanho poder que era expresso na quantidade territorial que ela possuía, chegando a realizar doações para órgãos federais. Nesse contexto, dois terrenos foram doados ao Ministério da Justiça para a criação de “uma Penitenciária Agrícola para Mulheres e outro para a construção de um sanatório para detentos tuberculosos. (SILVA, 1989: 92 *apud* BRITO, 2012, p. 40). Ainda que a fábrica tenha seguido em operação até a década de 1990, quando foi vendida, ela já dava sinais do seu declínio nos anos anteriores, o que passava pela decadência econômica presenciada na década de 1980 no país.

A consequência direta foi além da redução absoluta dos postos de trabalho, que há alguns anos já apresentava estagnação, a desvalorização do solo, que antes atraía olhares em razão da fábrica e, conseqüentemente, das mudanças urbanas empreendidas por ela. Outra consequência apontada é o recrudescimento da miséria: assim como no caso de Campo Grande, a industrialização e a urbanização não promoveram condições adequadas de vida para a população como um todo, o que contribui para uma dicotomia: ao mesmo tempo que se trata

de um bairro com uma centralidade econômica, também concentra áreas empobrecidas e desiguais.

É junto ao momento marcado pelo declínio da Fábrica Bangu que se efetiva uma lógica penal no então bairro de Bangu através da construção do presídio de segurança máxima denominado Laércio da Costa Pellegrino, que popularmente ficou conhecido como Bangu 1 (BRITO, 2012, p. 47). Como também demonstrado, esse foi seguido pela construção de mais três unidades de segurança máxima. Ainda de acordo com o autor:

Bangu passou a ser conhecido nacionalmente como o lugar onde estão presos os criminosos mais perigosos do Rio de Janeiro, e o nome do bairro foi associado ao “escritório central do crime” (Caldeira, 2004: 90), nome dado pela imprensa a “Bangu 1”. O preço dos terrenos ao lado do complexo baixou e isso fez adensar a população local (BRITO, 2012, p. 48).

A Barra da Tijuca, que foi criada em 1981, também pertence à Zona Oeste, no entanto, embora compartilhe a mesma região, sua estrutura urbana difere quase por completo dos dois bairros anteriormente mencionados. De acordo com Mauricio de Abreu (2006), refletindo sobre a região metropolitana do Rio de Janeiro, existem dois círculos; o primeiro era composto por uma área reconhecida pelo comércio e pela parte financeira, que compreende o centro antigo, a Zona Sul, alguns bairros da Zona Central e a parte sul de Niterói. Já o segundo, contemplaria a parte antiga do subúrbio carioca margeado pelas linhas do trem, a parte norte do município de Niterói e a parte que compreende os bairros de Jacarepaguá e Barra da Tijuca, que segundo o autor, representariam o “novo centro administrativo do Rio de Janeiro” (ABREU, 2006, p. 15), podendo ser elevados, sobretudo a Barra da Tijuca, ao *status* de núcleo metropolitano.

Anos depois dos escritos de Mauricio de Abreu, percebe-se a atualidade do seu pensamento. De acordo com os dados do Data Rio, a população da Barra da Tijuca era de 92.233 em 2000, chegando a 135.924 em 2010, e com projeções ainda maiores para o próximo censo demográfico. O crescimento populacional foi acompanhado, ou talvez tenha sido consequência, de um bairro que vivenciou o processo de urbanização de maneira acelerada e que passou a apresentar uma grande concentração de renda se comparado aos outros bairros da cidade. Além disso, passou a apresentar um padrão de vida que é marcado por um número elevado de *shoppings centers*, diversos prédios e condomínios altamente securitizados e fortificados, igualmente destinados a uma parcela bem particular da população. A especulação imobiliária também é uma realidade local, que além de elevar o preço do solo urbano, ratifica eventuais movimentos de segregação. Um exemplo é a Vila Autódromo, localizada na Barra da Tijuca, que, em 2002, em função dos megaeventos que passariam a ser efetivados no Rio de Janeiro, foi uma das favelas da cidade que passaram a ter sua remoção agendada no calendário do planejamento urbano municipal. De acordo com o Museu das Remoções, acredita-se que até o ano de 2015, mais de 20 mil famílias tenham sido removidas³⁹.

Uma série de mobilizações foram feitas que culminaram no Plano Popular da Vila Autódromo (PPVA), feito em parceria com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ e do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos, vinculado à Universidade Federal Fluminense. Embora tal articulação não tenha impedido que as remoções ou demolições fossem efetivadas, ela representou uma conquista à medida em que foi anunciado um projeto de urbanização, com a construção de 20 casas, respeitando, principalmente, a memória local.

No entanto, nenhum desses fatores pode ser verificado como um movimento espontâneo. A especulação imobiliária, como demonstra Mauricio de Abreu, estabelece relação

³⁹ A Vila Autódromo. Disponível em: <https://museudasremocoes.com/sobre/a-vila-autodromo/>. Acesso em: out, 2022.

com diversas medidas postas em práticas pelo aparelho estatal. A partir de 1960, inicia-se a construção da Auto Estrada que conecta a Lagoa à Barra.

Note-se, entretanto, que embora essa nova área da cidade ainda esteja esparsamente habitada, o Estado - em associação com o capital privado já vem investindo grandes somas na sua "preparação" (abertura de estradas e mais, pavimentação, iluminação pública, instalação de infraestrutura etc.), em detrimento de investimentos mais urgentes e mais necessários que poderiam ser realizados nas zonas suburbanas da cidade ou na periferia metropolitana. Este se constitui, na verdade, no exemplo mais atual de toda uma ação parcial do poder público em benefício das classes de maior poder aquisitivo (ABREU, 2006, p. 127).

A partir dessas intervenções urbanas, é possível falar de um projeto que consistia em uma expansão da parte abastada da cidade sentido Zona Oeste, nascendo, de certa forma, um anexo à Zona Sul que garantiria a expansão econômica para outra região. Historicamente, essa região é identificada como sendo detentora de boa parte da riqueza que circula na cidade. A ocupação urbana do bairro se deu inicialmente em função da Companhia Jardim Botânico, que tinha concessão temporária para controlar o setor dos transportes no Rio de Janeiro, que enfrentava uma crise. E é justamente por causa dela que a empresa consegue uma permissão para estender os seus trilhos, onde anteriormente passavam os bondes de tração animal. Fora isso, foi necessária a construção do túnel no Morro Barroso, chamado de Túnel Velho, construído em 1892. Em um primeiro momento, essa concessão tinha sido negada: o fator decisivo para tal foi o fato de se tratar de um local com potencial econômico que concentrava interesses políticos.

No entanto, como afirma Abreu, embora inicialmente a história do bairro de Copacabana seja conectada com as empresas que cuidavam dos transportes, é o Estado, ainda que indiretamente, que é o principal responsável por sua ocupação, já que ele direcionou uma intimação à “Companhia Jardim Botânico para acelerar a obra de perfuração do Túnel do Leme (inaugurado em 4/3/1906)” e efetivou a construção da Avenida Atlântica, obra igualmente importante para o bairro (2006, p. 132).

Com o passar dos anos, as obras realizadas renderam frutos, fazendo com que Copacabana gradativamente registrasse um fortalecimento econômico além de um aumento populacional. Tal fato pode ser analisado diante de um contexto mais geral que apontava para um crescimento de toda Zona Sul, embora alguns bairros, como é o caso de Copacabana, se destacassem. Impulsionada pelos referidos crescimentos, nas décadas de 1940 e 1950 a economia do bairro e sua rede de serviços possibilitou que ele fosse, de certa forma, elevado à categoria de subcentro, apresentando condições necessárias que garantiam a ele uma certa autonomia frente aos outros bairros, incluindo o centro.

Referindo-se ao início dos anos 50, assim dizia Geiger: "Seu comércio (o de Copacabana) tem registrado crescimento espetacular, o mesmo acontecendo no setor de serviços; os consumidores obtêm tudo sem necessidade de ir ao centro da cidade...É este fato de Copacabana dispor de tudo (exceto repartições públicas) graças ao seu conteúdo social e ao dos bairros vizinhos, de constituir uma clientela exigente, numerosa e concentrada, que a distingue do restante da zona residencial. Por tudo isso Copacabana é uma cidade dentro da cidade". (GEIGER *apud* ABREU, 2006, p. 105).

Dessa forma, o centro da cidade teve sua importância, no que diz respeito às atividades urbanas, reduzida. Muitos serviços que eram oferecidos à época, como lazer e um comércio mais especializado passaram a migrar para esses bairros que eram considerados como locais com potencial econômico. Assim, o crescimento de Copacabana ocorreu em função da expansão vivida pelo setor terciário, que passou a atrair numerosos grupos de trabalhadores

com baixa especialização e que se caracterizavam como mão-de-obra barata. Esse movimento, segundo Abreu (2006, p. 105), contribuiu para que os morros do entorno que não despertavam interesse para os setores ligados à questão imobiliária fossem ocupados, promovendo, assim, a verticalização: enquanto em 1942 existiam dez favelas, na década seguinte esse número supera o dobro, agrupando mais de 40 mil pessoas no total.

Normalmente, os centros das cidades capitalistas são reconhecidos como espaços que concentram uma larga oferta de serviços, além do poder administrativo, o que pode ser observado também na cidade do Rio de Janeiro. Desde sua ocupação no século XVII, que logo contribuiu para um aumento populacional, partes antes pouco habitadas passaram por reformulações que permitiram a sua ocupação, bem como diversas ações foram empreendidas para superar, em termos, alguns estigmas existentes.

Após os tempos áureos vividos em função da expansão da produção de café que depois chegou ao seu esgotamento, o Rio de Janeiro passou por grandes transformações quando o sistema escravista também passou a dar indícios evidentes do seu declínio, o que foi seguido pelo recebimento de fluxo de imigrantes incentivado promover o embranquecimento da população. Essas mudanças modificaram radicalmente a estrutura urbana, que se mostrou ineficiente diante do quantitativo de gente que passava a demandar condições mínimas que lhes garantisse dignidade e sobrevivência. Ciente de que não daria conta de reverter uma iminente crise na habitação, o Estado passa a pensar em uma intervenção que fosse conveniente às indústrias: em dezembro de 1882, cria-se um decreto que assegura a isenção de impostos além de outros benefícios para industriais que construíssem habitações populares para os operários. Elas precisavam ter uma boa circulação de ar e condições higiênicas, já que uma das preocupações também era a propagação de pestes e demais doenças para outros cantos da cidade. Como ressalta Abreu (2006, p. 52), através desse decreto, o Estado assume a responsabilidade de “subsidiar, pelo menos em parte, a reprodução da força de trabalho”.

Embora essas construções tenham sido realizadas, ainda existia um tipo de habitação, chamada de cortiço, que concentrava boa parte da população pobre e apresentava condições insalubres de vida para os seus moradores. Muitas dessas habitações estavam presentes no Centro, o que, com o tempo, passou a ser motivo de incomodo por aproximar a insalubridade ao cotidiano. Para reverter essa situação, era necessário que um projeto urbano fosse empreendido, e foi o que transcorreu a partir do século XX, quando a cidade passou a ser planejada atendendo os interesses do capital, inclusive, externo.

Esse planejamento ganha fôlego a partir das ideias de Pereira Passos, prefeito sob indicação que teve um mandato de quatro anos. Além de promover uma expansão econômica do Rio de Janeiro, reforçando uma visibilidade internacional que era vislumbrada, pretendia-se conceder à cidade aspectos modernos na tentativa de superar as marcas coloniais facilmente encontradas em diversas áreas, além dos casos de doenças, como a febre amarela.

Com o início das obras que foram realizadas durante o período, muitas casas foram demolidas. A justificativa para tal movimento estaria relacionada a uma expectativa de “progresso”, que em termos urbanos passava por um alargamento de vias consideradas estratégicas no Centro no que se refere à conexão com outros pontos. Seguindo essa mesma lógica, outras obras foram feitas, como por exemplo a Avenida Beira Mar, que conectava o Centro à Zona Sul, que como demonstrado anteriormente, já nesse período era considerada uma região de distinção econômica. No mais, obras voltadas para o “embelezamento” da paisagem, o que envolvia a instalação de estátuas, também aconteciam. No Centro, alguns exemplos são: Praça XV, Largo do Machado, Praça São Salvador, Praça Onze de Junho, Passeio Público e a Praça Tiradentes (ABREU, 2006, p. 57).

A mais importante, em termos de transformação da forma urbana, foi sem dúvida a construção da Avenida Central (atual Rio Branco) para cuja abertura foram demolidas

"duas ou três mil casas, muitas com famílias numerosas", custando as desapropriações ao Governo Federal a quantia de 26.456:638\$01961*. Esta avenida era, sem dúvida, o complemento natural de duas outras grandes obras que se realizavam na cidade, ou seja, a Avenida Beira Mar (pela administração Passos) e o novo porto do Rio de Janeiro (a cargo da União) (ABREU, 2006, p. 59).

Através dessas reformulações urbanas é possível verificar alguns caminhos históricos que ajudam a explicar as contradições hoje vistas na cidade. Quando a Reforma Passos foi empreendida, a ideia era construir um novo modelo de cidade que pudesse estabelecer conexão direta com às demandas do capital. Por isso, remoções de casas populares foram feitas porque acreditava-se que elas representavam um atraso ao convívio urbano. A partir dessa tentativa, outros pontos passaram a ser relevantes, como o processo de favelização. É a partir dessas mudanças que morros como São Carlos e Santo Antônio, ambos no Centro, passam a ser ocupados por moradores que perderam suas casas e que necessitavam morar próximos ao Centro em função do trabalho. Também é válido ressaltar que com o tempo, as favelas foram cada vez mais marcadas por ter a sua composição populacional formada majoritariamente por negros que residiam na cidade e estabeleciam atividades autônomas e informais. Mais tarde, essas atividades foram extintas a partir das próprias reformas urbanas (NESIMI; BOTELHO, 2020, p. 294).

No entanto, as favelas não eram os únicos locais que passaram a receber um maior número de pessoas em razão do novo planejamento urbano em curso. Os subúrbios, que eram totalmente dependentes do centro e conectados a ele através de linhas férreas cujo sentido principal era a Central do Brasil, também passaram a receber esses grupos que tiveram seu direito à moradia em áreas centrais da cidade negado. Como reitera Abreu (2006, p. 63), a Reforma Passos inicia uma etapa do desenvolvimento que é marcada por contradições e que tem bases essencialmente capitalistas, responsáveis por marcar profundamente a evolução da cidade.

Sendo assim, um estudo geral sobre esses bairros auxilia no entendimento contemporâneo deles, e uma vez compreendido os seus dados, é ratificada a necessidade de incorporar nesse trabalho uma discussão acerca do centro e da centralidade urbana, buscando entender o papel que eles desempenham para as outras áreas. Como salienta Maria Encarnação Beltrão Sposito, o conceito de centro seria:

Pode se pensar em “centro” ou “centros” (subcentros, eixos comerciais e de serviços, shoppings centers) como parcelas do espaço urbano, nas quais a concentração de atividades comerciais e de serviços gera aumento de fluxos de pessoas, maior circulação de bens e informações e maior densidade de conteúdos econômicos, sociais, políticos e culturais (...). Assim, a centralidade é a relação entre os espaços com maior densidade de meios de consumo, coletivos ou individuais, e o que representam esses espaços em termos de valor histórico e simbólico, bem como as possibilidades de se ter acesso a eles” (SPOSITO, 2013, p. 121).

A forma da autora interpretar as dinâmicas que envolvem o centro se configura enquanto uma crítica à visão anteriormente estabelecida que situava o centro como algo fixo, sem variação. Com o avançar dos anos, percebeu-se a necessidade de se incorporar aos estudos concernentes ao espaço urbano e a sua estruturação, o que é móvel e transitório. Assim, para além de uma questão ligada unicamente às infraestruturas, o centro poderia ser visto como sendo um espaço onde há circulação de mercadoria, sendo favorável e estimulando a intensificação do consumo.

Em alguns casos, o centro igualmente pode ser o local responsável por concentrar as memórias e a história de um determinado local. Embora ele não necessariamente seja reconhecido dessa forma pela população como um todo, já que o movimento que envolve a

composição de suas centralidades é dinâmico, podendo surgir novas à medida em que as cidades se expandem e, conseqüentemente, as populações se transformam.

Sendo assim, os espaços centrais são considerados atrativos porque vão contemplar desde os capitais até um fluxo cada vez maior de pessoas, resultado de processos relativos à divisão do trabalho. Sobre isso, Sposito vai destacar que para além dos centros serem vistos a partir de sua importância histórica, eles devem ser lidos pela influência econômica que exercem, traduzida numa espécie de autonomia. Dessa forma, ainda que outras dinâmicas oriundas da divisão do trabalho se consolidem no espaço, eles desempenham uma “concentricidade” particular, se configurando como uma área de atração.

Esse movimento estabelece vínculos imediatos com o crescimento populacional que vai sendo direcionado para às áreas centrais. Com o tempo, a expansão das cidades é marcada pela absorção de áreas periféricas, ainda que esse processo não aconteça de forma homogênea. No caso das metrópoles, a consequência direta desse movimento de expansão foi a criação de subcentros (SPOSITO, 2013), que representam locais, ainda que em escala menor e de maneira mais especializada, onde se tem acesso aos serviços e atividades que antes só eram oferecidos nos grandes centros. Dessa forma, alguns bairros passam a ser destacados a partir da importância econômica que podem exercer para uma cidade no que se refere à atração de investimentos, de empreendimentos, bem como de pessoas.

A estrutura urbana dos bairros analisados nesse trabalho, embora distintas, reforçam a uma centralidade que pode ocorrer em escalas diferentes. Além do Centro, que reúne diversos órgãos públicos, empresas privadas, prédios importantes do ponto de vista cultural e até militar, como é o caso do Comando Militar do Leste, representando a concentração de elementos políticos, culturais e econômicos; os outros bairros também se destacam em termos de importância e de concentração de diferentes equipamentos urbanos.

Copacabana, que pela sua localidade privilegiada foi palco para a construção de um forte em 1908 cujo objetivo era afastar possíveis ataques marítimos, mais tarde se tornou o bairro mais populoso da Zona Sul do Rio de Janeiro, além de um dos pontos turísticos mais visitados. Sua relevância foi destacada por músicas e filmes que retratavam uma imagem de Rio de Janeiro aprazível e dava ênfase para áreas como as praias e o Copacabana Palace, talvez um dos hotéis mais famosos da cidade. Além disso, a oferta de serviços é um ponto de atração importante, já que o bairro concentra centros culturais e demais espaços de lazer.

A Barra da Tijuca também é outro bairro de distinção, que além das praias e disponibilidade de diversos restaurantes, apresenta dois elementos essenciais para pensar a sua centralidade. O primeiro deles é o fato de possuir uma concentração de *shoppings* de grande porte, incluindo o considerado mais “exclusivo” do Rio de Janeiro⁴⁰, que agrupa lojas grifadas. Como demonstra Sposito (2013), os *shoppings* surgem no Brasil na década de 1970, se popularizando na década seguinte e promovendo significativas reestruturações urbanas, o que inclui a criação de novas centralidades. Eles são instalados em áreas próximas às vias expressas e são marcados por concentrar uma série de serviços em um lugar. Outro ponto sobre a Barra da Tijuca é que ela possui diversos prédios residenciais de alto e médio padrão que oferecem um *status* de vida particular, onde muitos condomínios passam a seguir um modelo de autoss segregação, tendo dentro dos seus limites serviços como padarias e escolas, reduzindo a necessidade de convívio direto com outras partes da cidade.

⁴⁰ Village Mall Barra – O shopping mais exclusivo do Rio. **INVEXO**, 30 de setembro de 2022. Disponível em: <https://invexo.com.br/blog/village-mall-barra/#:~:text=Shopping%20Village%20Mall%20na%20Barra%20da%20Tijuca,-O%20Shopping%20Village&text=Com%20mais%20de%2090%20lojas,focados%20no%20mercado%20de%20luxo>. Acesso em: dez, 2022.

E ainda que esses bairros passem por constantes transformações, há anos já vêm demonstrando a sua centralidade. Sobre os bairros que mais arrecadavam o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) em 2006, os primeiros colocados eram a Barra da

Tijuca, o Centro e Copacabana⁴¹. Segundo dados do ano seguinte sobre a arrecadação de impostos sobre serviços por regiões administrativas, publicados pelo Data Rio, observa-se os seguintes números na Tabela 3.

Tabela 3. Arrecadação de impostos sobre serviço por regiões administrativas por bairros no município do Rio de Janeiro (2007).

Bairro	Arrecadação de imposto sobre serviço por regiões administrativas (2007)
Centro	651.373.528,72
Copacabana	64.860.664,42
Barra da Tijuca	205.894.394,12
Campo Grande	17.484.165,49
Bangu	6.469.492,24
Total	1.903.125.726,90

Dados: Data Rio (2007).

De acordo com esses dados, o Centro é o bairro com a maior arrecadação, seguido pela Barra da Tijuca e Copacabana. Bangu e Campo Grande também podem ser analisados enquanto centros de uma parte ainda mais à oeste da Zona Oeste se comparados à Barra da Tijuca, já que igualmente concentram *shoppings*, serviços essenciais, além de uma densa rede urbana e habitacional. No entanto, sua centralidade ocorre em uma escala menor se comparados aos outros bairros analisados. Em função disso, essas áreas periféricas conservam menos relação com outros pontos da cidade, o que vai impactar no número de arrecadação. De todo modo, observando o quantitativo geral, os cinco bairros representavam 49.7% de todo o valor arrecado no ano de 2007, o que reforça a relevância deles.

A partir do site da Fazenda e Planejamento do Rio de Janeiro, da Prefeitura, é possível acessar o IPTU atualizado, de 2022, dos logradouros do município, contendo os seguintes valores: unitário padrão apartamento; unitário padrão casa; unitário padrão loja; unitário padrão sala comercial e unitário padrão territorial. Para fins de exemplificação, foram escolhidos logradouros expressivos de cada bairro: Rua Fonseca, em Bangu; a estrada do Mendanha, em Campo Grande; a praia de Copacabana, em Copacabana; a avenida Rio Branco, no Centro; e por fim, a Avenida Lúcio Costa, na Barra da Tijuca.

⁴¹ FREIRE, Q G. Os bairros que mais arrecadam IPTU no Rio de Janeiro. **Diário do Rio**, Rio de Janeiro, 04 de abril de 2007. Disponível em: <https://diariodorio.com/os-bairros-que-mais-arrecadam-iptu-no-rio-de-janeiro/> Acesso em: dez, 2022.

Tabela 4. Arrecadação do IPTU por logradouro e bairros (2022).

Rua Fonseca (Bangu)	2022
Valor Unitário Padrão Apartamento	2.065,2400
Valor Unitário Padrão Casa	1.424,6600
Valor Unitário Padrão Loja	2.155,0300
Valor Unitário Padrão Sala Comercial	1.249,1700
Valor Unitário Padrão Territorial:	11.026,5100
Estrada do Mendanha (Campo Grande)	2022
Valor Unitário Padrão Apartamento	2.117,1800
Valor Unitário Padrão Casa	1.375,8900
Valor Unitário Padrão Loja	1.805,4500
Valor Unitário Padrão Sala Comercial	1.521,8400
Valor Unitário Padrão Territorial:	7.679,1500
Avenida Rio Branco (Centro)	2022
Valor Unitário Padrão Apartamento	4.611,8500
Valor Unitário Padrão Casa	2.915,1600
Valor Unitário Padrão Loja	6.897,9400
Valor Unitário Padrão Sala Comercial	3.997,5400
Valor Unitário Padrão Territorial:	524.546,5900
Avenida Lucio Costa (Barra da Tijuca)	2022
Valor Unitário Padrão Apartamento	8.702,1500
Valor Unitário Padrão Casa	8.624,2900
Valor Unitário Padrão Loja	5.153,0500
Valor Unitário Padrão Sala Comercial	3.898,6300
Valor Unitário Padrão Territorial:	182.507,3700
Praia de Copacabana (Copacabana)	2022
Valor Unitário Padrão Apartamento	9.968,8700
Valor Unitário Padrão Casa	11.584,5800
Valor Unitário Padrão Loja	10.036,8900
Valor Unitário Padrão Sala Comercial	6.041,2800
Valor Unitário Padrão Territorial:	512.535,5800

Dados: Prefeitura do Rio de Janeiro (2022).

A tabela segue uma ordem crescente referente ao valor unitário padrão de apartamento. No entanto, é possível perceber uma variação maior nos outros números, o que provocaria mudanças na exposição. Um exemplo é o caso do Centro, que seria o terceiro colocado, mas se observado o índice que corresponde ao Valor Unitário Padrão Territorial, que são os imóveis com tributação territorial e predial com área excedente, passaria a ser o que apresenta o número mais elevado.

Assim, ao longo do capítulo dois foi apresentado a tese de que um projeto de cidade militarizada e punitiva no Rio de Janeiro foi mobilizado por interesses econômicos diversos, aprofundando uma lógica de segregação urbana. Esse projeto legitimou sucessivas ações policiais e militares que em muitos momentos parecem indissociáveis, e são direcionadas, sobretudo, para áreas periféricas e favelizadas, dando prosseguimento a uma criminalização de áreas que concentram parte dos excluídos da sociedade. Como historicamente essas áreas são associadas à criminalidade, essas ações muitas vezes são naturalizadas.

Nesse sentido, a forma que o encarceramento procede no município do Rio de Janeiro demonstra o aprofundamento desse movimento de segregação, uma vez que evidencia que o

maior número de prisões não acontece em áreas favelizadas, mas em espaços onde há a circulação direta de mercadorias. O referido ponto ratifica como o encarceramento se torna parte do processo de militarização do espaço urbano. Os rejeitados urbanos podem ter sua mobilidade reduzida a partir de operações ostensivas que podem envolver fichamento de moradores e a imposição de toques de recolher. Ou, em outros casos, como demonstrado a partir dos dados que indicavam o perfil das pessoas presas no município, podem ser alvos expressos de um controle ainda mais incisivo, representado pelo encarceramento, principalmente em espaços de circulação de mercadoria, onde o apelo à segurança é levado as últimas instâncias.

Esse argumento nos direciona para a ideia cunhada por Barreira (2013), no contexto das UPPs, percebendo que os excluídos passam a ser vistos como um problema quando eles começam a se deslocar por outros espaços da cidade. Ainda, contribui para a reflexão sobre a desproporção na relação entre onde as pessoas são presas e para onde elas são destinadas na cidade, tendo em vista que as unidades estão em áreas mais periféricas, com pouca integração; enquanto as prisões se dão em espaços relevante em termos econômicos.

Os defensores das instituições prisionais se amparam, quase sempre, no argumento de que é necessário remover do convívio pessoas que apresentam perigos graves ao ordenamento urbano, destacando a violência e a agressividade e se atendo principalmente a crimes bárbaros. No entanto, sem eximir a responsabilidade e as consequências de cada fato, os dados obtidos pelo ISP indicam alguns crimes considerados comuns.

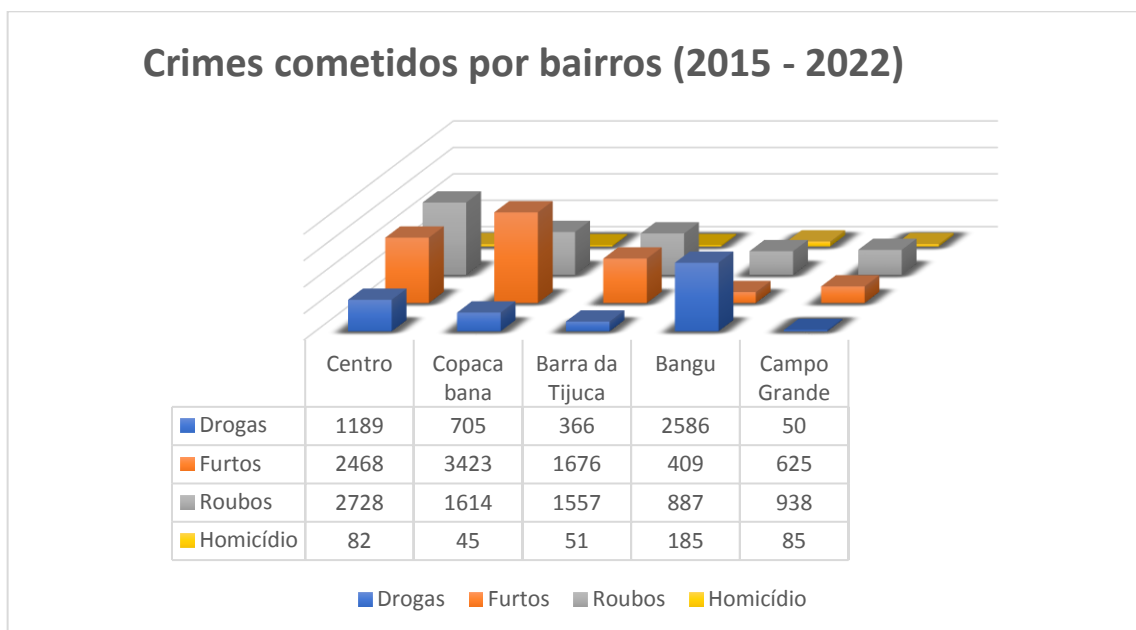


Figura 17. Crimes cometidos por bairros no município do Rio de Janeiro (2015-2022).

Dados: Instituto de Segurança Pública (2022).

Embora existam outros, o gráfico é separado em quatro índices que são observados por bairros para compor a reflexão geral, são eles: os crimes que envolvem drogas, homicídios, roubos e furtos; os dois últimos estão relacionados com a subtração de algum elemento, no entanto, no roubo isso é acompanhado por atos agressivos, sejam eles físicos ou psicológicos. O primeiro ponto a ser analisado é o número bastante inferior no registro de homicídios, que se

enquadra enquanto crimes violentos. Os dados que envolvem crimes de drogas, embora maior, também não se apresentam como os mais expressivos, excetuando no caso de Bangu.

Nos outros bairros, os crimes mais comuns são o roubo e o furto, que no Código Penal brasileiro são classificados como crimes contra ao patrimônio. No Centro, em Bangu e em Campo Grande, o número de roubos supera o de furtos; já em Copacabana e Barra da Tijuca, o de furtos é mais alto, ainda que nesse último a diferença seja pequena: furtos (1676) e roubos (1557).

Assim como abordado ao longo do capítulo dois, a necessidade de atrair investimentos externos deveria passar, necessariamente, pela tentativa de construir espaços seguros inclusive para turistas. Áreas que recebem um quantitativo maior de pessoas em função da oferta abundante em serviços, serão marcadas por um controle igualmente maior, já que elas representam uma forma de captar mais investimentos. Nesse contexto, Copacabana, por ser um dos bairros mais desejados, demonstra na prática a efetivação desse movimento. Em 2019, durante o carnaval, o bairro recebeu a instalação de 28 câmeras de reconhecimento facial que enviavam imagens para um centro de inteligência, intitulado Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), onde trabalhavam policiais e pessoas civis na busca de pessoas suspeitas. A partir dessa tecnologia, foram efetuadas quatro prisões⁴².

Já em agosto de 2022, Copacabana se tornou o primeiro bairro a receber ações de um Plano Operacional Integrado do Conselho Estadual de Segurança Turística que tem como uma das finalidades diminuir a criminalidade e oferecer aos turistas uma melhor experiência na cidade⁴³. Também apelidado de Tolerância Zero, uma provável alusão às políticas de controle efetivadas nos EUA, ele é fruto de uma parceria entre Governo do Estado, Prefeitura e empresas privadas e pode indicar para uma nova leva de ações voltadas para a perpetuação de uma lógica punitiva que pode ser observada em espaços interessantes economicamente.

O contraste desse movimento pode ser pensado a partir de Campo Grande e Bangu. Embora o presente trabalho apresente a visão de que esses se constituem enquanto centralidades urbanas que exercem influência na Região e em outros pontos do estado, é perceptível que o tipo de visão social que os acompanha não é a mesma dos outros bairros aqui analisados: a realidade demonstra que ambos são historicamente estigmatizados. Ainda que não seja a pretensão apontar explicações únicas para tal, elementos como a distribuição racial, sobretudo no caso de Bangu; a disputa cada vez mais intensa do território com grupos armados com domínio de território, em Campo Grande; ou o próprio posicionamento geográfico, distante de pontos com valor turístico, podem ser indicações pertinentes para pensar essa desproporção entre esses bairros, ao mesmo tempo que aponta a criminalização prévia como um recurso imediato do processo de militarização do espaço urbano. E o caso de Bangu exemplifica bem esse ponto: além de receber o Segurança Presente e de ter tido suas proximidades como alvos iniciais da Intervenção Federal no Rio de Janeiro e de diversas operações rotineiras, ele possui no seu calçadão uma cabine fixa da Polícia Militar que não raramente realiza apreensões.

4.3 Quando a Alternativa não Soluciona

O fenômeno da violência passou a ser objeto de estudo de muitas ciências, e embora não exista um consenso, o conceito de violência urbana parece estar sempre atrelado à noção de

⁴² LISBOA, V. Câmeras de reconhecimento facial levam a 4 prisões no carnaval do Rio. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 08 de março de 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2019-03/cameras-de-reconhecimento-facial-levam-4-prisoas-no-carnaval-do-rio> Acesso em: dez, 2022.

⁴³ LIMA, P. Novo Plano de Segurança começa a ser implantado na orla de Copacabana. **Diário do Rio**, Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2022. Disponível em: <https://diariodorio.com/plano-operacional-integrado-de-seguranca-turistica-comeca-a-ser-implantando-na-orla-de-copacabana/> Acesso em: dez, 2022.

“delinquência de classe baixa, que no Rio de Janeiro deixou de estar restrita as áreas como a Baixada Fluminense para atingir os redutos das classes médias e altas, como a Zona Sul” (OLIVEN, 2010, p. 15). Uma vez que há uma dissipação da violência para outros pontos da cidade, o tema não só passa a ganhar mais notoriedade e espaço nas mídias, como a ser responsável por causar um sentimento de insegurança geral, principalmente a partir de um movimento que transforma a violência em espetáculo.

À medida em que esses sentimentos se desenvolvem, a sociedade passa a ser marcada pela indiferença e pelo medo do outro, e como consequência, passa a aderir um ideal militarizado de vida que converge diretamente com uma das características do processo de militarização, que enxerga os cidadãos como potenciais criminosos. Controlar e retirar de circulação pessoas se torna uma medida eficiente para que não haja a necessidade de se lidar com a diferença.

No entanto, pensando no caso brasileiro, é necessário que uma mediação com a questão da pobreza seja estabelecida (RODRIGUES, 2005), uma vez que seu histórico de exceção confirma que os direitos de parte da população nunca foram plenamente conquistados, quadro que foi agravado com o desemprego e o consequente aumento no número de pessoas excluídas. Hoje, as prisões estão presentes no cotidiano urbano: ainda que algumas unidades estejam em áreas com pouca integração, elas estão permanentemente no ideal das pessoas que a entendem como um regulador da justiça. A solução imediata para a ocorrência de crimes é direcionar os criminosos para as prisões, e por isso, seu estudo, o que passa pela sua relação com o espaço urbano, deve ser discutido.

Sendo assim, o aumento vertiginoso da população prisional nos últimos anos deveria representar uma queda na violência. Paradoxalmente, esse quadro não é visto. Analisando os dados publicados pelo Atlas da Violência de 2021, embora o número de homicídios tenha apresentado queda tanto em termos nacionais quanto no estado do Rio de Janeiro, as mortes violentas por causas indeterminadas nos mesmos anos tiveram um aumento significativo: entre os anos de 2015 e 2019, o Rio de Janeiro foi de 941 para 4.775 (IPEA, 2021). Esse fato demonstra a ineficiência de um sistema que pretende ser uma alternativa à violência, mas que não resolve e ainda agrava a situação, intensificando as disparidades sociais e raciais que se materializam, principalmente, no espaço urbano.

E a presença de um discurso favorável às prisões é percebido, inclusive, em ambientes que se dizem críticos e democráticos. Pensando sobre o caso do Rio de Janeiro, em que seis governadores foram presos ou afastados nos últimos anos, esses feitos foram considerados enquanto “avanços políticos”. Ainda que os governadores não se enquadrem no perfil das pessoas que são majoritariamente encarceradas tanto no município quanto no país, ao comemorar tais acontecimentos há uma legitimação da existência das prisões e das formas de punir em operação. E num contexto em que há, mesmo como uma redução da população prisional, diversas unidades que são marcadas pela superlotação, condições degradantes e de insalubridade, como é o caso da unidade Ary Franco, localizada em Água Santa, no município do Rio de Janeiro, reconhecida até pela Organização das Nações Unidas como desumana, parece ilógico defendê-las ou enxergá-las como um meio de resolução dos conflitos contemporâneos.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como finalidade apresentar a distribuição espacial do encarceramento no município do Rio de Janeiro, entre os anos de 2015 e 2022. Para tal, foi estabelecido um caminho metodológico que compreende a discussão sobre o processo de militarização do espaço urbano, voltado para um controle ostensivo que se realiza de forma cada vez mais permanente nas cidades. Essa relação foi proposta por entender que o encarceramento é uma radicalização do referido fenômeno, promovendo o controle de forma mais direta através dos aparelhos penais.

Os alvos desses processos também foram motivo de investigação. Através do primeiro capítulo, *A produção de uma massa supérflua*, foi demonstrado como os estabelecimentos penais se constituíram, em diferentes períodos históricos, como espaços que concentram pessoas marginalizadas. Também foi objetivo desse capítulo discutir elementos pertinentes à produção de uma massa da população considerada supérflua e, em função disso, não é integrada aos sistemas econômicos. Estabelecendo uma mediação entre a dinâmica mundial com o caso brasileiro, foi elucidado como a partir do advento do fordismo há uma progressiva eliminação dos postos de trabalho, bem como uma escassa criação de novos.

O caso brasileiro foi evidenciado a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao apresentar características gerais entre os anos de 2005 e 2015 que indicam uma precarização evidente das relações de trabalho. Através de dados mais recentes, foi demonstrada a taxa de desocupação do país entre 2016 e 2022. Embora tenha acontecido uma oscilação nos dados, indicando uma queda na taxa em alguns anos, outros pontos ratificam o argumento da precarização, como, por exemplo, o aumento do número de trabalhadores informais que atuam sem ter seus direitos amparados pela CLT.

Historicamente, as tensões sociais resultantes das desigualdades têm sido respondidas através do controle e da punição. Pensando no contexto brasileiro, sobretudo no período da pandemia de covid-19 em que houve um aumento no número de demissões, um exemplo significativo foi o crescimento no número de pessoas presas ou apreendidas a partir dos furtos famélicos, relacionados às necessidades vitais.

No segundo capítulo, *A vida permeada pelo controle*, foi realizada uma discussão sobre o processo de militarização do espaço urbano, elencando a sua relação com o encarceramento. Na intenção de estabelecer uma mediação com o caso internacional, foram apontadas as políticas empreendidas nos Estados Unidos da América que objetivavam o controle, sobretudo da população negra. Nesse sentido, foi possível destacar os guetos estadunidenses como exemplos de medidas relativas ao confinamento urbano, bem como propor aproximações com as favelas no Brasil, que se configuram enquanto espaços que concentram pessoas excluídas que são excluídas circuitos econômicos.

Sendo assim, um dos pontos centrais do capítulo foi ressaltar a questão racial como um elemento estruturante do processo de militarização do espaço urbano, uma vez que, majoritariamente, o grupo de pessoas mais suscetível à aplicação de práticas ostensivas e do encarceramento são pessoas negras. Também durante esse capítulo, foram trazidos os dados sobre o número de prisões existentes no Brasil e no Rio de Janeiro.

No último capítulo, *A cidade marcada pela contradição*, a partir de dados que foram disponibilizados pelo Instituto de Segurança Pública relacionados aos anos de 2015 e 2022, foi realizada, inicialmente, uma exposição sobre o perfil do encarcerado no município do Rio de Janeiro: majoritariamente homens, negros, jovens, com baixa escolaridade e com pouca ou nenhuma integração no sistema econômico. Os números indicam que uma parte considerável

das pessoas estava desempregada, desocupada ou vivendo na informalidade quando foram presas. Tal fato reforça uma das hipóteses apresentadas por essa dissertação: as prisões na contemporaneidade conservam interesses antigos e concentram os excluídos da sociedade do mercado, que vivenciaram diversos movimentos de criminalização em diferentes contextos.

Os dados do ISP também possibilitaram a apresentação de uma distribuição espacial do encarceramento, objetivo principal do trabalho. Foi concluído que os bairros do município que mais concentram números relacionados ao aprisionamento, seguindo a taxa por habitantes, são: Centro, Copacabana, Barra da Tijuca, Bangu e Campo Grande. Todos esses bairros apresentam importância e centralidade econômica, ainda que em níveis distintos, o que aponta para a ideia de que, diferente do que se é propagado rotineiramente, os bairros que mais aprisionam pessoas no município do Rio de Janeiro são locais onde há circulação de mercadorias e serviços, e, por isso, não é interessante ter a circulação de pessoas indesejáveis à economia de mercado. Esse processo, por sua vez, aprofunda a lógica de segregação urbana, fornecendo elementos para se discutir um movimento de confinamento urbano.

Como último ponto do capítulo, foi ressaltado que embora exista um apelo direto às prisões inclusive em espaços entendidos como críticos, elas não conseguem reduzir a violência, tampouco diminuir os conflitos sociais: junto ao crescimento populacional nos últimos anos, cresce também números relacionados à violência, como, por exemplo, o aumento de casos que envolvem mortes que não foram explicadas. No caso do Rio de Janeiro em particular, ele apresenta ainda mais pontos que confirmam esse argumento: desde 2020, ele concentrou mais de 67 chacinas policiais⁴⁴; ainda, o governo do Cláudio Castro, iniciado em 2019, registrou três das cinco chacinas mais letais da história do Rio de Janeiro.

Em relação aos limites da pesquisa, é possível citar, em primeiro lugar, a dificuldade de acesso à SEAP, o que, em termos estatísticos, foi revertido a partir da prontidão e solicitude do ISP. No entanto, existe uma lacuna de estudos sobre as prisões, o que dificulta a composição de uma história a respeito da formação delas, buscando apresentar sua relação com os bairros ao seu redor que cresceram e passaram a apresentar uma composição específica. Outro ponto negativo foi o acesso aos dados do Infopen sobre a população prisional total do país, que embora disponíveis, sofreram modificações na forma de apresentação que dificultam a leitura deles, e, conseqüentemente, dificulta a interpretação.

Sendo assim, frente aos extensos pontos levantados pelo trabalho, acreditamos que longe de esgotar teoricamente o tema, há uma perspectiva de continuidade, uma vez que ele direciona nosso olhar para investigações futuras, como propor um estudo mais detalhado sobre o papel das centralidades e subcentros, ou, ainda, a possibilidade de adotar uma escala metropolitana na análise compreendendo outros municípios e tentando ampliar as reflexões que foram estabelecidas.

De todo modo, foi objetivo dessa dissertação refletir sobre a espacialidade do encarceramento no município do Rio de Janeiro, aproximando de uma discussão conceitual sobre o processo de militarização do espaço urbano. A reflexão desses temas se torna ainda mais pertinente em contextos como o do Rio de Janeiro, onde há elementos expressivos que demonstram uma estrutura violenta e punitiva sendo empreendida na cidade.

⁴⁴ VENTURA, G. RJ teve 67 chacinas em ações policiais desde 2020, diz estudo. **Metrópoles**, 18 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/rj-teve-67-chacinas-em-acoes-policiais-desde-2020-diz-estudo> Acesso em: dez, 2022.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana no Rio de Janeiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2006. 155 p.

AMOROSO, Mauro Henrique de Barros. A tropa e a cidade: a Polícia Militar no Rio de Janeiro durante a abertura e seus impactos negativos futuros para a consolidação de um universo de direitos para as favelas. **Tempo e Argumento**, Santa Catarina, SC, v. 11, p. 129-157, 2019.

ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Marcio. A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. In: Alberto D.; CATTANI, Antonio David (org). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. CLACSO-CROP, 2007, p. 195 – 209.

_____. Dimensões do desemprego e da pobreza no Brasil. **INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, São Paulo, SP, v.3, n.2, p.2-10, 2008.

ARANTES, Paulo. (2021) **O mundo como alvo [recurso eletrônico]**: uma genealogia da militarização contemporânea. São Paulo: [s.n].

ARAUJO, C. E. M. Da Casa de Correção da Corte ao Complexo Penitenciário da Frei Caneca: um breve histórico do sistema prisional no Rio de Janeiro, 1834 - 2006. **Revista Cidade Nova (Cessou em 2007. Cont. ISSN 1983-6031 Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro)**, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, p. 147-161, 2007.

BACEVICH, Andrew J. **The New American Militarism: How Americans Are Seduced by War: How Americans Are Seduced by War**. 1 ed. Oxford University Press, 2005. 304 p.

BARREIRA, Marcos; BOTELHO, Maurilio. O Exército nas ruas: da Operação Rio à ocupação do Complexo do Alemão. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA Pedro Rocha de (org) **Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BARREIRA, Marcos. Cidade Olímpica: sobre o nexos entre reestruturação urbana e violência na cidade do Rio de Janeiro. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA Pedro Rocha de (org) **Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. 148 p.

BOTELHO, Maurilio. Estado de exceção e militarização do espaço urbano. In: ROCHA, André Santos da (org). **Baixada Fluminense: Estudos Contemporâneos e (re)descobertas histórico-geográficas**. Duque de Caxias, ASAMIH. 2020, p. 61 – 74.

_____. **Crise da sociedade do trabalho: teorias em conflito.** 2009. 392 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2009.

BRITO, João Felipe Pereira. **Terras quentes reinventadas: A criação do bairro Gericinó como parte de transformações urbanas do bairro Bangu.** 2012, 132f. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2012.

CACCIAMALI; Maria Cristina; TATEI; Fabio. Mercado de trabalho: da euforia do ciclo expansivo e de inclusão social à frustração da recessão econômica. **Estudos Avançados.** 30 (87), p.103 – 121, 2016.

CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da Violência 2021** / Daniel Cerqueira *et al.*, — São Paulo: FBSP, 2021.

COMITRE, Felipe. **Planejamento urbano em Sorocaba-SP: a militarização urbana e o estado de exceção.** 2017. 303 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2017.

CURI, Andréa Zitune; FILHO, Naércio Aquino Menezes. O Mercado de Trabalho Brasileiro é Segmentado? Alterações no Perfil da Informalidade e nos Diferenciais de Salários nas Décadas de 1980 e 1990. **Estudos econômicos**, São Paulo, 2006, p.867 – 899.

DAVIS, Mike. **Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles.** Boitempo; 1ª ed, 2009. 425 p.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. Economia Política do Trabalho no capitalismo dependente: apontamentos sobre a marginalidade social e a superexploração da força de trabalho. **Revista da Sociedade brasileira de economia política.** Uberlândia, p.94-118. 2016.

DUPAS, Gilberto. A lógica da economia global e a exclusão social. **Estudos Avançados**, 12 (34), 1998, p.121-159.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. **Guerra Civil.** Tradução Marcos Branda Lacerda e Sergio Flaskman – São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 144 p.

FONSECA, Priscilla Rodrigues; FRANÇA, Sarah Lúcia Alves. O crescimento urbano e suas consequências na reconfiguração do bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro. RDE – **Revista de Desenvolvimento Econômico** – Ano XIII, nº 24, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão.** Editora Vozes, 24 ed. 1 Janeiro 2014. 296 p.

GILMORE, Ruth Wilson. **Golden Gulag, 21: Prisons, Surplus, Crisis, and Opposition in Globalizing California.** 1 ed. University of California Press, 2006. 412 p.

GIROUX, Henry A. **America at war with itself.** City Lights Books, 1 ed, 2016. 320 p.

GODOI, Rafael; Araújo, Fábio; MALLART, Fábio. A conformação dos parques penitenciários em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Novos estud. II CeBRAP II** São Paulo, v.38, n.03, 2019. P. 591 – 611.

GODOI, Rafael. **Fluxos em Cadeia**. Boitempo; 1ª edição, 2017. 272 p.

GRAHAM, Stephen. **Cities, War and Terrorism: Towards an Urban Geopolitics**. John Wiley & Sons, 2004. 412 p.

_____. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar**. São Paulo, SP: Boitempo, 2016. 512 p.

Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI – UFF). **A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados**, 2021.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. Edições Loyola; 25ª edição, 1992. 352 p.

_____. **O neoliberalismo: História e implicações**. Edições Loyola; 5ª ed, 2008. 256 p.

HINTON, Elizabeth. **From the War on Poverty to the War on Crime: The Making of Mass Incarceration in America**. Harvard University Press; 1ª ed, 2016. 464 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: dez, 2022.

JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria: por uma nova crítica do valor**. Antígona, 2006. 283 p.

JÚNIOR, James Humberto Zomighani. **Território ativo e esquizofrênico: prisão e pena privativa de liberdade no Estado de São Paulo**. 2009. 320 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

_____. **Desigualdades espaciais e prisões na era da globalização neoliberal: fundamentos da insegurança no atual período**. 2013. 448 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

KALDOR, Mary; SASSEN, Saskia. **Cities at War: Global Insecurity and Urban Resistance**. Columbia University Press, 2020. 264 p.

KRISIS, Grupo. **Manifesto contra o trabalho**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003. 29 p.

KURZ, Robert. **A Guerra de Ordenamento Mundial: o Fim da Soberania e as Metamorfoses do Imperialismo na era da Globalização**. 2003. 306 p.

_____. **O livro negro do capitalismo: um canto de despedida da economia de mercado**, 1999.

_____. A ditadura do tempo abstrato: o trabalho como desajustamento da era moderna. In: **Margem Esquerda**, nº 35: novembro, 2020, pp. 55 - 78.

LOHOFF, Ernst. A quarta expropriação. In: **Margem Esquerda**, nº 35: novembro, 2020, pp. 46- 54.

LOURENÇO, Samuel. **Ressocializando na Cidade do Caos**. Multifoco, 2022. 112 p.

LUGALLIA-HOLLON, Ryan; COOPER, Daniel. **The War on Neighborhoods: Policing, Prison, and Punishment in a Divided City**. Beacon Press; Illustrated edição, 2018.

MARICATO, ERMINIA. **Para entender a crise urbana**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular; 2015. 112 p.

MATTOSO, José. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. 1 ed. Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. 48 p.

MENDONÇA, Márcio José. Militarização volumétrica no Rio de Janeiro: entre o tráfico de drogas e o policiamento. **GEOgraphia**, Niterói, vol. 20, n. 44, p. 71 – 83, set./dez, 2018.

_____. **A cidade como espaço de batalha urbica**. - 2019. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. 309 f.

NESIMI, Mariana dos Santos; BOTELHO, Maurilio Lima. Das prisões às favelas: transformações na segregação urbana no Rio de Janeiro, **Revista Continentes**. Seropédica, RJ, 285 – 315, 2019.

NUN, José. O futuro do emprego e a tese marginal. **Novos Estudos**, 56, 2000, p. 46 – 53.

OLIVEN, Ruben George. **Violência e Cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2010, 94 p.

POCHMAN, Marcio. Introdução: trabalho em questão neste início do século XXI. In: BRAGA, Thaiz; VIDAL, Francisco; NEVES, Laumar (orgs). **Trabalho em Questão**. Salvador: SEI, 2010. 348 p.

QUADROS, Waldir. Classes sociais e desemprego no Brasil dos anos 1990. **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 12, n. 1 (20), p. 109-135, 2003.

RODRIGUES, Rute Imanishi; ARMSTRONG, Karolina. A intervenção federal no Rio de Janeiro e as organizações da sociedade civil. **IPEA – Instituto de Pesquisa e Econômica Aplicada**. Rio de Janeiro, 2019.

_____. **O lugar dos pobres e a violência na cidade: um estudo sobre o município de São Paulo**, Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2005.

RUSCHE; Georg; Kirchheimer, Otto. **Punição e Estrutura Social**. 2 ed. Revan, 2004. 288 p.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 1 ed. São Paulo: Edusp, 2013. 136 p.

_____. **O espaço dividido**. Livraria Editora Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1978. 440 p.

SANTOS, Silmara Mendes Costa. **A intensificação da força repressora do Estado nos marcos da crise estrutural do capital: o encarceramento em massa no Brasil (2003-2010)**. / Silmara Mendes Costa Santos, 2016. 303 folhas.

SILVA, Luciene Soares da. Baile Funk, missão civilizatória e UPP: cultura e segurança pública na cidade do Rio de Janeiro. **RASILIANA– Journal for Brazilian Studies**. Vol. 4, n.2, 2016. p. 318 – 342.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Espaços fechados e cidades: Insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. Editora Unesp; 1ª ed , 2013. 376 p.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020. 285 p.

TRENKLE, Norbert. **Globalização e migração**. 1996. Disponível em: <http://grupokrisis2003.blogspot.com/2009/08/norbert-trenkle-globalizacao-e-migracao.html>

_____. **Nem os baixos salários vos salvam!** - A ilusão do Capitalismo da miséria e das prestações de serviços. 1999. Disponível em: <https://www.krisis.org/1999/nem-os-baixos-salarios-vos-salvam/>

_____. Miséria informalizada: sobre a relação entre o setor informal e a moderna produção mercantil. In: **Margem Esquerda**, nº 35: novembro, 2020, pp. 40 – 45.

ULYSSEA, Gabriel. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. **Revista de Economia Política**, vol. 26, nº 4 (104), 2006, p. 596 – 618.

VALENTE, Júlia Leite. O Rio de Janeiro no urbanismo militar e empresarial - **Revista Continentes**, Seropédica, RJ, ano 6, n. 10, 2017. P. 7 – 26.

WACQUANT, Loic. **Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001. 224 p.

_____. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Revan; 2003. 476 p.

_____. Rumo à militarização da marginalização urbana. **Criminologia**, 2007, pp.203 -220.

_____. **As duas faces do gueto**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2008. 160 p.

WANG, Jackie. **Capitalismo Carcerário**. IGRA KNIGA, 1 ed, São Paulo, 2022. 320 p.

ANEXOS

Anexo A – Bairros com o número total de prisões e apreensões (2015 – 2022) (Continua).

Bairro	Total de prisões/apreensões (2015 – 2022)
Abolição	164
Acari	528
Água Santa	121
Alto Da Boa Vista	203
Anchieta	1351
Andaraí	674
Anil	550
Bancários	139
Bangu	6777
Barra Da Tijuca	5638
Barra De Guaratiba	59
Barros Filho	830
Benfica	1067
Bento Ribeiro	629
Bonsucesso	2409
Botafogo	2404
Brás de Pina	1156
Cachambi	1179
Cacua	139
Caju	748
Camorim	60
Campinho	977
Campo dos Afonsos	67
Campo Grande	4540
Cascadura	808
Catete	378
Catumbi	231
Cavalcanti	512
Centro	11010
Cidade de Deus	1555
Cidade Nova	890
Cidade Universitária	167
Cocotá	65
Coelho Neto	1022
Colégio	402
Complexo do Alemão	284
Copacabana	8239
Cordovil	1123
Cosme Velho	97
Cosmos	431
Costa Barros	1009
Curicica	780
Del Castilho	811
Deodoro	506
Encantado	179
Engenheiro Leal	43
Engenho da Rainha	386
Engenho de Dentro	856
Engenho Novo	1094
Estácio	461
Flamengo	1009
Freguesia	228

Anexo A – Bairros com o número total de prisões e apreensões (2015 – 2022) (Continua).

Freguesia Jacarepaguá	241
Galeão	936
Gamboa	357
Gardênia Azul	444
Gávea	365
Gericinó	45
Glória	651
Grajaú	511
Grumari	19
Guadalupe	1018
Guaratiba	932
Higienópolis	309
Honório Gurgel	440
Humaitá	115
Inhaúma	591
Inhoaíba	320
Ipanema	2827
Irajá	1974
Itanhangá	400
Jacaré	897
Jacarepaguá	1264
Jacarezinho	186
Jardim América	723
Jardim Botânico	235
Jardim Carioca	179
Jardim Guanabara	219
Jardim Sulacap	107
Joá	13
Lagoa	444
Laranjeiras	483
Leblon	1871
Leme	591
Lins de Vasconcelos	412
Madureira	2030
Magalhães Bastos	383
Mangueira	680
Manguinhos	406
Maracanã	1013
Maré	597
Marechal Hermes	961
Maria da Graça	213
Méier	1175
Moneró	34
Olaria	654
Osvaldo Cruz	396
Paciência	467
Padre Miguel	1050
Paquetá	62
Parada de Lucas	476
Parque Anchieta	293
Parque Colúmbia	156
Pavuna	2448
Pechincha	410
Pedra de Guaratiba	140
Penha	1885
Penha Circular	666
Piedade	525
Pilares	415
Pitangueiras	32
Portuguesa	207

**Anexo A – Bairros com o número total de prisões e apreensões (2015 – 2022)
(Conclusão).**

Praça da Bandeira	342
Praça Seca	524
Praia da Bandeira	24
Quintino Bocaiúva	198
Ramos	860
Realengo	2378
Recreio dos Bandeirantes	2513
Riachuelo	234
Ribeira	6
Ricardo de Albuquerque	362
Rio Comprido	1427
Rocha	263
Rocha Miranda	896
Rocinha	388
Sampaio	168
Santa Cruz	2441
Santa Teresa	650
Santíssimo	451
Santo Cristo	461
São Conrado	325
São Cristóvão	2303
São Francisco Xavier	54
Saúde	160
Senador Camará	706
Senador Vasconcelos	359
Sepetiba	311
Tanque	687
Taquara	2206
Tauá	132
Tijuca	2949
Todos os Santos	116
Tomás Coelho	159
Turiaçú	234
Urca	128
Vargem Grande	260
Vargem Pequena	212
Vasco da Gama	16
Vaz Lobo	189
Vicente de Carvalho	512
Vidigal	346
Vigário Geral	570
Vila da Penha	303
Vila Isabel	1111
Vila Kosmos	54
Vila Militar	67
Vila Valqueire	332
Vista Alegre	107
Zumbi	22

Dados: Instituto de Segurança Pública, 2022.

Notas⁴⁵

Andaraí contempla a Comunidade do Cruz, Cravão e Morro do Andaraí.

Bangu contempla a Vila Kennedy, Vila Aliança, Quarenta e oito, Catiri, Gericinó, Comunidade do 77, Congo, Guilherme da Silveira, Jardim Bangu, Rio da Prata, Senador Camará e Vila Olímpica.

Benfica contempla Arará, Jacaré e Mandela.

⁴⁵ Os nomes foram preservados conforme os dados primários, cedidos pelo Instituto de Segurança Pública.

Bonsucesso contempla Timbau, Baixa do Sapateiro e Vila do Pinheiro.
Caju contempla Nove galo e Chatuba do Caju.
Campo Grande contempla Favela das Almas, Carobinha, Jardim Paulista, Novo Horizonte, Rio da Prata, Santa Margarida, Santa Maria e Tingui.
Centro contempla Morro da Providência, Morro da Coroa, Lapa, Gamboa, Cidade Nova e Central do Brasil.
Complexo do Alemão contempla Fazendinha, Nova Brasília e Ramos.
Cordovil contempla Favela da Tinta e Cidade alta.
Costa Barros contempla Pedreira e Chapadão.
Curicica contempla Vila Sapê e Colônia.
Irajá contempla Complexo da Serrinha, Favela da Malvina, Favela para Pedro.
Itanhangá contempla Tijuquinha, Rio das Pedras, Muzema e Morro do Banco.
Jacarepaguá contempla Rio das Pedras, Cidade de Deus, Colônia, Curicica, Rio das Pedras e Praça Seca.
Laranjeiras contempla Morro Cerro cora.
Leme contempla Chapéu Mangueira.
Madureira contempla Morro da Congonha.
Mangueira contempla Favela Metrô.
Maré contempla Baixa do Sapateiro, Nova Holanda e Vila João.
Santa Cruz contempla Jardim Palmares, Jesuítas, Manguariba, Vila Alzira, Urucrania.
Padre Miguel contempla Vila Vintém e Comunidade 77.
Pavuna contempla Complexo do Chapadão e Morro da Pedreira.
Penha contempla Vila Cruzeiro, Parque Proletário, Fazendinha, Comunidade Kelson e Complexo do Alemão.
Realengo contempla Batan, Curral das águas, Fumacê, Jardim Novo e Vila Vintén.
Recreio contempla Terreirão.
Rio Comprido contempla Morro do Turano.
Rocinha contempla Cachopa, São Conrado e Vila Verde.
Sampaio contempla Favela do Rato.
São Cristóvão contempla Tuiuti.
Senador Camará contempla Rebu, Coreia, Taquaral e Vila Aliança.
Tanque contempla Comunidade Renascer, Morro da Covanca e Comunidade do Caico.
Taquara contempla Colônia, Boiuna, Vila Sapê e Comunidade Jordão.
Tijuca contempla Turano, Borel, Chácara do Céu, Salgueiro, Formiga e Morro da Casa Branca.
Vaz Lobo contempla Faz Quem Quer.
Vidigal contempla Chácara do Céu.

ANEXO B – Nome das unidades penais por bairros no município do Rio de Janeiro (2022).

Bairro	Unidades penais
Água Santa	SEAPAF - Presídio Ary Franco
Benfica	SEAPAC - Casa do Albergado Crispim Ventino; SEAPFM - Cadeia Pública José Frederico Marques; SEAPOS - Instituto Penal Oscar Stevenson e SEAPMT - Patronato Magarinos Torres
Centro Estácio	SEAPCM - Instituto Penal Cândido Mendes
São Cristóvão	SEAPHH - Instituto de Perícias Heitor Carrilho
	SEAPEM - Presídio Evaristo de Moraes
Gericinó	SEAPJS - Cadeia Pública Jorge Santana; SEAPJB - Cadeia Pública José Antônio da Costa Barros; SEAPPR - Cadeia Pública Paulo Roberto Rocha; SEAPPM - Cadeia Pública Pedro Melo da Silva; SEAPPO - Cadeia Pública Pedrolino Werling de Oliveira; SEAPJFS - Cadeira Pública Joaquim Ferreira de Souza; SEAPHA - Hospital Dr. Hamilton Agostinho Vieira de Castro; SEAPRM - Hospital Psiquiátrico Penal Roberto Medeiro; SEAPBM - Instituto Penal Benjamin de Moraes Filho; SEAPPC - Instituto Penal Plácido Sá Carvalho; SEAPVP - Instituto Penal Vicente Piragibe; SEAPAT - Penitenciária Alfredo Tranjan; SEAPBS - Penitenciária Bandeira Stampa; SEAPSN - Penitenciária Dr. Serrano Neves; SEAPGC - Penitenciária Gabriel Ferreira de Castilho; SEAPEB - Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira; SEAPJL - Penitenciária Jonas Lopes de Carvalho; SEAPLP - Penitenciária Laércio da Costa Pelegrino; SEAPLB - Penitenciária Lemos Brito; SEAPMS - Penitenciária Moniz Sodré; SEAPTB - Penitenciária Talavera Bruce; SEAPSR - Presídio Elizabeth Sá Rego; SEAPNH - Presídio Nelson Hungria; SEAPSP - Sanatório Penal e TPMI - Unidade Materno Infantil (UMI) – Creche e Maternidade